UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A cidade, a fábrica e a juventude:

a mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" e o contexto industrial de São José dos Campos–SP (1921-1973).

Cristiano José Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em História.

Orientadora: **Prof.ª Dr.ª *Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura.***

SÃO PAULO
2009

A meus pais

À minha irmã

À minha família, nuclear e expandida

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.ª Dr.ª *Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura*. Sua extrema competência, gentileza e postura profissional foram elementos fundamentais para a existência da presente Dissertação de Mestrado. À ela dedico o meu afeto de orientando.

Aos Professores Doutores *Pedro Puntoni* e *Vera Lúcia Amaral Ferlini,* pela acolhida inicial no Programa de Pós-Graduação em História Econômica. À Prof.ª Dr.ª *Raquel Glezer*, pelas críticas construtivas em minha Banca de Qualificação. À Prof.ª Dr.ª *Léa Francesconi*, pelo incentivo e também pela atribuição de uma importância prévia ao conteúdo de minha Dissertação.

Ao Prof. Dr. *José Roberto Rodrigues* (UNESP-São José dos Campos), pelo incentivo bem-humorado em insistir que meus estudos sobre a "Capital do Vale" deveriam ser utilizados numa Dissertação de Mestrado.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APM-SJC), que sempre me ajudaram com presteza ao longo dos anos.

A *Eugênio Bonadio*, por ter fundado a Fábrica de Louças, e aos seus descendentes, dentre os quais destaco as figuras de *Ana Maria Bonadio Becker (D. Nena)* e *Sergio Weiss*.

À *Prefeitura de Taubaté*, através do *Departamento de Educação e Cultura (DEC)*, por dignificar minha função de Professor na Rede Pública Municipal de Ensino.

A meu grande amigo *Adalberto Graciano*, historiador, que, oferecendo-me sua leal amizade, me acompanha de 1997 até hoje.

À *Virgínia Durci* – por que você não apareceu antes em nossa vida? – pelo amor que realmente merece esse nome.

À minha avó *Ana Aguiar*, por ter incentivado algumas de minhas primeiras leituras.

À minha irmã, *Kátia Fernanda Pereira*, geógrafa, radiante e pródiga em sorrisos.

E, principalmente, a meus pais, *José Dair Pereira* e *Lourdes Ribeiro da Silva Pereira*, que muitas vezes em silêncio demonstraram afeto pelo distraído filho historiador. Peço perdão por não externar amor e gratidão como deveria.

SUMÁRIO

Agradecimentos 4

Resumo 7

Abstract 8

Lista de Tabelas 9

Introdução 10

1. A cidade 23
1.1. Pobreza e luta pela sobrevivência em São José dos Campos 23
1.2. Clima e salvação econômica: o caso do tratamento da tuberculose 35
1.3. Desenvolvimento da industrialização joseense (1921-1951) 49
1.4. Desenvolvimento da industrialização joseense (1952-1973) 64

2. A fábrica 78
2.1. Implantação da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" 78
2.2. Processo produtivo da Fábrica 89

3. A cidade, a fábrica e a juventude: confluências 108
3.1. Estrutura das confluências. 108
3.2. Confluências quantificadas: análise dos dados contidos nas fichas de jovens trabalhadores – 13 a 17 anos de idade – da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" 123

3.2.1. Dados pessoais do trabalhador na fábrica 130
a. Idade 130
b. Estado civil declarado 134
c. Anotações sobre os pais do jovem 135
d. Naturalidade 141
e. Níveis aparentes de escolaridade 143
f. Local de moradia 146

3.2.2. Dados de inserção do trabalhador na fábrica 146
a. Função inicial 146
b. Beneficiários 149
c. Formas de pagamento 151
d. Salários iniciais 153
e. Cálculo do tempo de serviço 161

3.2.3. Dados de ocorrências sobre o trabalhador na fábrica 162
a. Acidentes de trabalho 162
b. Afastamento pelo I.A.P.I. ou I.N.P.S 165
c. Participação do trabalhador em greves 167
d. Registros quanto a atitudes diversas 167
d.1. Referências sobre indisciplina 168
d.2. Ausências forçadas do trabalhador 170
d.3. Referências a aumentos salariais 170
d.4. Registros feitos no ato de demissão do trabalhador 171
d.5. Outros registros 172

Considerações Finais 174

Anexos *184*
1. Textos referentes à concessão feita a Monteiro Lobato (construção de um hotel-sanatório) *184*
2. Panfleto para a exposição de cerâmicas de Ines Bonadio Weiss *189*
3. Texto da Lei Municipal n.º 155, de 14 de abril de 1952 ..... *191*
4. Texto da Lei Municipal n.º 1535, de 6 de janeiro de 1970 ..... *193*
5. Ilustração de processos de manufatura de louças, segundo Aristides Pileggi *195*
6. Ficha-resumo para transcrição de fichas de funcionário (frente) *196*
7. Ficha-resumo para transcrição de fichas de funcionário (verso) *197*
8. Fotografia de uma ficha de funcionário (frente) – modelo "1" *198*
9. Fotografia de uma ficha de funcionário (frente) – modelo "2" *199*
10. Lista de 450 funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" (amostragem) *200*

Bibliografia e Fontes *217*

RESUMO

A presente Dissertação possui, como objetivo principal, estudar as características da mão-de-obra juvenil, entendida neste trabalho como situada entre 13 e 17 anos de idade, na "Fábrica de Louças Santo Eugênio", fundada em 1921. Esta foi a primeira indústria de porte de São José dos Campos-SP.

A Fábrica foi fechada em 1973, época de grande prosperidade industrial em São José dos Campos. A data, também, marca o início da derrocada do ramo industrial de minerais não-metálicos na cidade. Em 1977, a cidade deixava de ser, oficialmente, uma "Estância Hidromineral e Climatérica", para assumir de vez o status de uma das cidades mais industrializadas do Estado de São Paulo.

Estabelecer as relações entre a juventude, a fábrica e a cidade de São José dos Campos, nesta Dissertação, possibilita uma maior compreensão sobre como dado espaço transforma-se através da ação conjugada entre Estado, movimento do Capital e mão-de-obra pouco qualificada, no contexto da industrialização paulista em uma fábrica de produção tradicional no século XX.

Palavras-chave: juventude, industrialização, trabalho juvenil, história de São José dos Campos.

ABSTRACT

The present Dissertation it possesses, as main objective, to study the characteristics of the juvenile labor, understood in this work as placed between 13 and 17 years of age, in the "Fábrica de Louças Santo Eugênio", founded in 1921. This was the first industry of load of São José dos Campos-SP.

The factory was closed in 1973, time of great industrial prosperity in São José dos Campos. The date, also, marks the beginning of the overthrown of the industrial branch of no-metallic minerals in the city. In 1977, the city stopped being, officially, a "Estância Hidromineral e Climatérica", to assume the status once and for all of one of the industrialized cities of the State of São Paulo.

To establish the relationships among the youth, the factory and the city of São José dos Campos, in this Dissertation, it facilitates a larger understanding on as given space changes through the action conjugated among State, movement of the Capital and not very qualified labor, in the context of the industrialization from São Paulo in a factory of traditional production in the 20th century.

Keywords: youth, industrialization, juvenile work, history of São José dos Campos.

LISTA DE TABELAS(*)

Tabela 1: Nome, localização e fundação de fábricas em São José dos Campos (1921-1946) 61
Tabela 2: Volume e valor dos cinco principais produtos de São José dos Campos (1956) 64
Tabela 3: Nome, localização e fundação de fábricas em São José dos Campos (1952-1973) 70
Tabela 4: Evolução da indústria joseense – recenseamentos (1940-1980) 77
Tabela 5: População de São José dos Campos (1872-1970) 108
Tabela 6: Permanência no quadro de funcionários da Fábrica de Louças - Família de Francisco B. e Júlia M. 118
Tabela 7: Amostragem de fichas de jovens (1941-1955) – sexos masculino e feminino 120
Tabela 8: Pedidos de ampliação da Fábrica de Louças e aprovação de loteamento de terras dos Bonadio 121
Tabela 9: Amostragem de fichas de jovens – sexo feminino 125
Tabela 10: Amostragem de fichas de jovens – sexo masculino 127
Tabela 11: Idade do jovem quando admitido – sexos feminino e masculino 130
Tabela 12: Idade do jovem quando admitido – sexo feminino 131
Tabela 13: Idade do jovem quando admitido – sexo masculino 131
Tabela 14: Média etária de idade – admissão do jovem – sexo feminino 132
Tabela 15: Média etária de idade – admissão do jovem – sexo masculino 132
Tabela 16: Demissão de menores – sexos feminino e masculino 133
Tabela 17: Preservação de mão-de-obra após os 18 anos – por sexo 133
Tabela 18: Estado civil no ato da admissão – sexos feminino e masculino 134
Tabela 19: Menores enquanto casados – por sexo 135
Tabela 20: Anotações sobre os pais do jovem – por sexo 135
Tabela 21: Locais de nascimento dos jovens trabalhadores – por sexo 137
Tabela 22: Locais de nascimento dos jovens trabalhadores – Vale do Paraíba 138
Tabela 23: Locais de nascimento dos jovens trabalhadores – por Estado 139
Tabela 24: Locais de nascimento dos jovens trabalhadores – Minas Gerais 140
Tabela 25: Alfabetismo e analfabetismo – por sexo 142
Tabela 26: Alfabetismo – por sexo 142
Tabela 27: Analfabetismo – por sexo 143
Tabela 28: Lacunas na informação sobre alfabetismo / analfabetismo 143
Tabela 29: Ruas que sediaram as moradias dos jovens – São José dos Campos 144
Tabela 30: Bairros que sediaram as moradias dos jovens – São José dos Campos 145
Tabela 31: Funções dos jovens na Fábrica – por sexo 147
Tabela 32: Setores dos jovens na Fábrica – por sexo 148
Tabela 33: Verificação dos beneficiários – sexos feminino e masculino 149
Tabela 34: Beneficiários escolhidos – por sexo 150
Tabela 35: Formas mais comuns de pagamento aos jovens – sexos feminino e masculino 151
Tabela 36: Formas de pagamento – por sexo 152
Tabela 37: Verificação do salário inicial – por sexo 153
Tabela 38: Moedas pagas aos jovens – por sexo 154
Tabela 39: Salário inicial pago aos jovens – em mil-réis, sexo feminino 154
Tabela 40: Salário inicial pago aos jovens – em mil-réis, sexo masculino 155
Tabela 41: Salário inicial pago aos jovens – em cruzeiros, sexo feminino 155
Tabela 42: Salário inicial pago aos jovens – em cruzeiros, sexo masculino 156
Tabela 43: Cálculo de aproximação salarial entre duas funções, sexo feminino 156
Tabela 44: Cálculo de aproximação salarial entre duas funções, sexo masculino 157
Tabela 45: Salário inicial pago aos jovens – em novos cruzeiros, sexo feminino 157
Tabela 46: Salário inicial pago aos jovens – em novos cruzeiros, sexo masculino 157
Tabela 47: Cálculo de aproximação salarial entre duas funções, sexo feminino 158
Tabela 48: Cálculo de aproximação salarial entre duas funções, sexo masculino 158
Tabela 49: "Escalada" dos salários, sexo feminino 159
Tabela 50: "Escalada" dos salários, sexo masculino 160
Tabela 51: Cálculo do tempo de serviço do trabalhador enquanto menor 161
Tabela 52: Acidentes de trabalho enquanto menores – por sexo 163
Tabela 53: Locais do corpo mais atingidos pelos acidentes de trabalho – por sexo 164
Tabela 54: Idade média do trabalhador no ato do acidente e liberação média para a sua volta 165
Tabela 55: Média de afastamento I.A.P.I. / I.N.P.S. do jovem – por sexo 166
Tabela 56: Requerimento de auxílio – e fim do afastamento do jovem em dias 166

(*) As Tabelas foram elaboradas a partir dos dados constantes das fichas de Funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", exceto as tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 8, de outras fontes.

Introdução

> As condições de prosperidade das indústrias, em um país, dependem, não há dúvida, de muitas causas; mas dependem principalmente das possibilidades da matéria-prima que ele possa produzir, e incontestavelmente do fornecimento barato da força motora.[1]

Estudar a gênese de complexos industriais em cidades do Estado de São Paulo é um desafio para historiadores interessados em compreender a especificidade das relações de um estabelecimento fabril com o seu entorno. No campo da História Econômica, há a necessidade da compreensão das relações entre economia e sociedade no conjunto da industrialização brasileira.

A questão do desenvolvimento das fábricas no Brasil e no Estado de São Paulo é formulada em várias teses.[2] Os primeiros artigos fabricados em quantidade apreciável dentro do Estado de São Paulo foram aqueles de primeira necessidade, tais como alimentos, roupas e utensílios domésticos.[3] "O empresário paulista produzia, no princípio, os bens de consumo mais simples e mais baratos", afirma Dean.[4] Um desses bens de consumo, a louça, dado o contexto do início da industrialização brasileira, teria demanda garantida do público.

Na mesma época em que a cidade de São Paulo começava a industrializar-se, a ter a sua população consideravelmente aumentada e a progredir economicamente, o Vale do Paraíba, entre o final do século XIX e começo do século XX, vivia uma situação econômica decadente, quando não havia penúria generalizada. O café, artigo de exportação onipresente na região, embora esta possuísse terras já desgastadas e ravinadas pela erosão, ainda atraía

[1] TRECHO da plataforma de governo de Washington Luís, divulgada em um banquete oferecido no Teatro Municipal de S. Paulo em 25.01.1920. In: EGAS, E. Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Republicano 1920-1924, p. 30.
[2] Cf. SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento, pp. 23-76.
[3] CENNI, F. Italianos no Brasil, pp. 211-212.
[4] DEAN, W. A industrialização de São Paulo, p. 17.

esperanças de lucro. O Convênio de Taubaté, assinado em 26 de Fevereiro de 1906, significava apoio oficial do Governo Federal aos cafeicultores através da fixação de preços por saca e empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas,[5] e representava não só as esperanças do rico Oeste Paulista, mas também da região. A agropecuária e a cafeicultura não ofereciam muitos lucros, portanto.[6]

Como contraponto ao contexto geral, cidades como Taubaté e Jacareí tentavam oferecer alternativas de complementação de suas rendas através de uma incipiente industrialização, assentada em setores tradicionais da economia, tais como o têxtil (Taubaté), ou de vestuário e alimentos (Jacareí).[7]

São José dos Campos era, na época, uma cidade pacata e modorrenta, que apresentava os mesmos problemas decorrentes das parcas rendas do restante do Vale do Paraíba, com duas agravantes: além da insignificância das rendas, o que obrigava a municipalidade a vender cada vez mais barato em hasta pública terras do município,[8] também havia falta de mão-de-obra masculina para a lavoura,[9] e o comércio vivia sob o signo da "escassez de suas vendas".[10] Anos mais tarde, o tratamento de tuberculosos converteu-se em uma autêntica forma de sobrevivência, conforme retratado no periódico Correio Joséense: "S. José dos Campos, é inegável, constitui hoje [1920] uma conhecidíssima estação de saúde. É um centro especialíssimo de cura. Quase que, em procura de saúde, aqui só aportam enfermos tuberculosos".[11]

São José dos Campos só não foi uma "cidade morta" conforme a definição do escritor taubateano Monteiro Lobato por quatro motivos: o acesso à cidade era facilitado pela Estrada de Ferro, no final do século XIX; o segundo motivo era o comércio, que não se contentava

[5] PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. História Monetária do Brasil, p. 153.
[6] PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Monografia Estatístico-Corográfica São José dos Campos - SP – *1977*, p. 7.
[7] Cf. RICCI, F. Indústrias têxteis na Periferia.
[8] Em 21.03.1904, a Câmara vendia a 70$000 o alqueire de 5000 braças quadradas. Em 15.05.1905, o alqueire era vendido por 50$000. In: Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos (1898-1909), pp. 265-266; 298.
[9] A CARIDADE, 20-04-1918, s/p.
[10] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão extraordinária do dia 15-01-1902, p. 190.
[11] CORREIO JOSÉENSE. 11-04-1920, n.º 14, s.p.

com os lucros que então obtinha; o terceiro era o café, que, mesmo com as terras já cansadas, ainda atraía sonhos de riqueza; o quarto e último motivo, que caracterizou a cidade por boa parte do século XX, foi o tratamento aos tuberculosos, que geravam lucros com hospedagem, alimentação, vestuário, entre outros elementos.

A existência da Estrada de Ferro "Central do Brasil" e de estações de parada de cargas e de passageiros na cidade de São José dos Campos desde 1877[12] eram a garantia de que doentes poderiam chegar na cidade com uma relativa rapidez. Essa rapidez, mais tarde, foi aplicada na lógica da implantação de indústrias na cidade, com a construção das Rodovias Rio-São Paulo (a primeira, concluída em 1928, posteriormente denominada Estrada "Velha", e a Rodovia Presidente Dutra, concluída em 1951). Assim, a produção de uma indústria poderia ser despachada para vários pontos de São Paulo e Rio de Janeiro. A dinâmica do escoamento da produção de quaisquer produtos, portanto, estava assegurada.

Um dos elementos mais necessários para a industrialização de uma dada cidade é a existência de fontes de energia, tais como a elétrica. São José dos Campos possuía desde o início de 1910 o fornecimento de energia regular, através da "Cia. Força e Luz de São José dos Campos",[13] empresa de capitais nacionais, que foi adquirida pela "The S. Paulo T. Light & Power Co. Ltd." no final de 1928.[14] A cidade já possuía alguns arremedos de indústria, de produção familiar e/ou quase artesanal.[15] Portanto, desde o começo do século XX, a cidade contava, para a instalação de indústrias de maior porte, com dois pressupostos básicos: a facilidade do escoamento da produção e energia para mover as máquinas.

De cidade que era considerada inferior economicamente em comparação com outras mais desenvolvidas no Vale do Paraíba, tais como Taubaté e Jacareí, passou a apresentar grande desenvolvimento econômico. O Poder Público, com o necessário adjutório de capital nacional e, posteriormente, internacional, possibilitou à cidade fomentar outras formas de

[12] BONDESAN, A. São José de Ontem e de Hoje, p. 139.
[13] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão extraordinária do dia 15.01.1910, p. 11.

produção de riqueza. Nos presentes dias a cidade é referência não só estadual, mas nacional, em vários aspectos.

Portanto, estudar elementos da gênese desse processo da mudança estrutural de uma cidade estagnada economicamente para outra rica e desenvolvida é fundamental para a compreensão de vários pontos da chamada história local de São José dos Campos, dentre os quais um que não possuiu até hoje tratamento apurado de análise: a participação da mão-de-obra juvenil nesse processo.

Para encetar esta análise, fizemos uma sistematização de dados de Fichas de Trabalhadores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", primeira fábrica de "porte" – para os padrões da industrialização da época – a se instalar em São José dos Campos, no ano de 1921.

Um dos últimos resquícios da existência da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" em São José dos Campos é uma parte considerável das fichas de seus ex-funcionários. Estas fichas estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Município de São José dos Campos (APM-SJC), administrado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo, desde o ano de 1993. As fichas estavam armazenadas em uma transportadora, de onde foram retiradas para compor parte do acervo do Arquivo Público joseense.[16] O arquivo, que recebeu tratamento arquivístico adequado, encontra-se em boas condições de preservação.

O manuseio das fichas dos funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi realizado pioneiramente por nós nos anos de 2004 e 2005. Tínhamos a proposta de conhecer preliminarmente as especificidades da documentação arquivada para a elaboração da presente Dissertação em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

O ponto de partida – problemática primeira do trabalho – foi conhecer os registros dos acidentes de trabalho transcritos nas fichas dos funcionários da Fábrica de Louças para uma posterior análise histórica. Esse levantamento foi efetivamente realizado, e demonstrou-se

---

[14] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão extraordinária do dia 23.10.1928, pp. 190-191.
[15] Cf. SANTOS, A. P. dos. Arquitetura Industrial.

muito útil para o conhecimento e potencialidades da documentação disponível. Verificamos, assim, que estão disponíveis no Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APM-SJC) 45 caixas ("arquivo morto") contendo cada uma 100 envelopes com fichas; portanto, cerca de 4.500 fichas, que abrangem o período de 1935 a 1974.[17]

Verificamos, ainda, que houve perda de uma pequena porcentagem de fichas no período em que estiveram armazenadas no galpão de uma transportadora.[18] Quanto a acidentes de trabalho, estes eram freqüentes, com pouca gravidade, e vitimavam homens, mulheres e jovens de ambos os sexos indiscriminadamente.

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio" funcionou por quase cinqüenta e dois anos (1921-1973). Entretanto, as fichas disponíveis no Arquivo Público Joseense abarcam o período de 1935-1973. Acreditamos que a ausência de fichas no período 1921-1934 deva-se a três motivos: o primeiro, o registro do trabalhador tão somente pelo "Livro de Pagamento", conforme um ofício disponível junto à ficha de um ex-funcionário da Fábrica de Louças:

> (...) de dezembro de 1961.
>
> Ao
>
> I.A.P. dos Industriários
>
> Declaração
>
> Declaramos, para os devidos fins, que o Sr. Manoel Ferreira V., chefe da seção de fabricação e portador da Caderneta de Contribuições de n.º [xxx] trabalha em nossa fábrica desde 8 de julho de 1922 *conforme livro n.º 1 de pagamento de operários da época* [grifo nosso] e seguintes, os quais colocaremos à vossa disposição.[19]

---

[16] CHAVES, C. O direito à memória. In: Folha de S. Paulo (Suplemento Folha Vale), 09.05.1993, s.p.
[17] A Fábrica despediu boa parte de seus funcionários em 03 e 10.08.1973. Entretanto, alguns poucos foram demitidos em 1974, principalmente porteiros que guardavam as instalações desertas da Fábrica.
[18] CHAVES, C., ibid.

Outro elemento que justifica a ausência de fichas no período 1921-1934 foi a exigência, conforme Andrews, das fábricas serem obrigadas a documentar com maiores detalhes, através de fichas, os dados dos trabalhadores a partir de 1935, "para cumprir as exigências de registros do novo sistema de Previdência Social".[20]

Finalmente, a perda de parte da documentação entre 1921-1934 e, também, no período 1935-1973 deve-se à eliminação pura e simples dos documentos relacionados aos trabalhadores. A validade desta afirmação está fortemente calcada na ficha de Plínio Bonadio Cará, neto de Eugênio Bonadio e ex-funcionário da fábrica: "A ficha anterior à presente, deixa de existir em virtude de, por um lapso, ser *queimada juntamente com outros documentos*".[21] Sabemos que chamar a queima de documentos de funcionários de "lapso" não é incomum em nossas indústrias. Portanto, não tivemos a possibilidade de contar com alguma documentação do período 1921-1934.

As fichas contêm uma gama de informações que serviram como base para analisar características diversas da mão-de-obra que a fábrica empregava, especialmente da mão-de-obra juvenil. Integramos esses dados em séries homogêneas, e eles possuem imediata relação com vários elementos que fizeram a industrialização em São José dos Campos possuir especificidades e dinâmica própria.

A história da cidade de São José dos Campos, em seus múltiplos aspectos, é pouco estudada nos meios acadêmicos. Descontada a existência de alguns trabalhos em nível de graduação em Universidades situadas no Vale do Paraíba, a história da Indústria e de sua mão-de-obra em São José dos Campos ainda não recebeu, entre o final do século XIX e começo do século XX, uma análise que focalize as suas origens e desenvolvimento na longa duração.

---

[19] APM-SJC, Série Prontuário de Funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", caixa 44, envelope 4361. Desconhecemos o paradeio do livro citado acima.
[20] ANDREWS, G. R. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988), p. 393.
[21] APM-SJC, Ficha de funcionário, caixa 6, envelope 580. O grifo é nosso.

A afirmação de que a história joseense poderia ter sido estudada com maior profundidade principalmente nos meios acadêmicos possui embasamento frente ao levantamento bibliográfico que efetuamos para a presente Dissertação de Mestrado: são raros os pesquisadores que trabalham o tema da industrialização em São José dos Campos, principalmente em alguns elementos, tais como a questão dos primórdios da implantação de indústrias no município, ou as especificidades de sua mão-de-obra, principalmente a juvenil.

Assim, a história da industrialização em São José dos Campos, em suas especificidades, ressente-se de maior atenção por parte dos historiadores. Destacamos a importância de sabermos parâmetros da mão-de-obra fabril. Afirma Manso que, "os estudos desenvolvidos nos últimos anos, desde a década de 80, têm nos mostrado que São José dos Campos tem uma importante história. Ela é apenas pouco conhecida e pouco estudada."[22]

O embasamento teórico que utilizamos nesta Dissertação de Mestrado é o da escola e/ou movimento dos Annales, que é sucintamente dividido em três fases pelo historiador Peter Burke. A segunda fase, que "contou com conceitos diferentes (principalmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a 'história serial' das mudanças (...)",[23] foi por nós utilizada como referencial teórico. Conforme aponta Furet, "a história seriada, portanto, não é somente, nem sobretudo, uma transformação do material histórico. É uma revolução da consciência historiográfica."[24]

Segundo Fernand Braudel, em seu célebre artigo "História e Ciências Sociais: a Longa Duração", "a nova história econômica (...) coloca, no primeiro plano de sua pesquisa, a oscilação cíclica, e repousa sobre sua duração (...) Há assim, (...) um recitativo da conjuntura que focaliza o passado em largos períodos: dez, vinte ou cinqüenta anos."[25] Acreditamos, tal como Braudel, "no valor excepcional do tempo longo."[26]

---

[22] MANSO, A. P. Planejamento urbano. In: CURSINO, José Cristóvão Ribeiro. São José Urgente – 2000, p. 81.
[23] BURKE, P., ibid., p. 12.
[24] FURET, François. O Quantitativo em História. In: LE GOFF, J. e NORA, P. História: Novos Problemas, p. 57.
[25] BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a Longa Duração, p. 263.
[26] Idem, ibid.

O termo "estrutura", conforme a acepção de Fernand Braudel, possui imediata relação com os objetivos de nosso trabalho:

> Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo.[27]

Pierre Chaunu formula uma definição precisa do conceito de estrutura: "tudo o que numa sociedade, ou numa economia, tem uma duração suficientemente longa em sua modificação para escapar ao observador comum".[28] Tivemos a oportunidade de verificar o quão correta é esta definição quando da sistematização e análise dos dados de jovens trabalhadores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Utilizamos, nesta Dissertação de Mestrado, os preceitos da chamada *História Serial*, tal como é definida por Peter Burke: "estudo das continuidades e descontinuidades, no interior de séries relativamente homogêneas de dados".[29] Desconhecemos quaisquer projetos que levassem adiante alguma proposta de utilização da chamada *História Seriada* em relação à documentação de jovens operários disponível em arquivos joseenses. Portanto, nossa iniciativa é pioneira, tendo sido iniciada no ano de 2004 no fundo de Fichas de Funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Recorremos, também, aos métodos de pesquisa da História Quantitativa. Acreditamos, tal como o historiador francês Bernard Lepetit, que "o recurso à quantificação obriga o

[27] BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a Longa Duração, p. 268.
[28] CHAUNU, Pierre apud BURKE, Peter, Ibid., p. 130.
[29] BURKE, P. ibid., p. 131.

historiador a formalizar de modo mais rigoroso o seu programa de investigação".[30] Outra das afirmações de Lepetit:

> Por um lado, ela [a quantificação] constrange-o a precisar a questão essencial do nível de adequação aceitável entre as questões, os métodos de análise e as escalas de observação dos fenômenos. Por outro, ela obriga-o a decompor em proposições intermédias, testáveis em termos quantitativos, as suas hipóteses macroexplicativas, que, de outro modo, esgotariam os seus efeitos, tornando-se matéria de opinião.[31]

As *hipóteses* que nortearam a presente Dissertação de Mestrado correspondem a verificar as características da mão-de-obra juvenil (de 13 a 17 anos de idade) da Fábrica de Louças "Santo Eugênio"; se havia diferenciações claras entre jovens de ambos os sexos na Fábrica, em vários aspectos; se os níveis gerais da mão-de-obra tais como função do trabalhador, lugar de nascimento, salários, horário de trabalho, residência, o tempo em que se manteve empregado etc., correspondiam a padrões que a Fábrica mantinha em seus quadros empregatícios.

Os objetivos principais desta Dissertação de Mestrado correspondem a conhecer a história dos jovens funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", como sujeitos que fizeram suas respectivas histórias; contribuir para a elucidação de pontos da história da industrialização de São José dos Campos, cidade que é hoje conhecida nacionalmente por suas indústrias, além de realizar um trabalho profundo, utilizando preceitos da *História Serial,*

[30] BELO, A. Resenha do livro *Carnet de croquis. Sur la connaissance historique*, de Bernard Lepetit. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/analisesocial/recensoes/158_159/carnet.pdf. Publicado em "Análise Social", número 158-159, vol. XXXVI, 2001, edição eletrônica. Acesso em 29.04.2006.
[31] Idem, ibid.

para conhecer o conteúdo das fichas da Fábrica, quantificando-as através de tabelas para a elucidação das hipóteses do presente trabalho.

Além das citadas fichas de funcionários menores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", foram utilizados na elaboração deste trabalho artigos de jornal, extraídas principalmente do "Correio Joséense", durante muito tempo o principal órgão de imprensa de São José dos Campos, assim como entrevistas com membros da família Bonadio e cronistas.

Quanto à historiografia, recorremos à escassa bibliografia existente sobre São José dos Campos, assim como àquela que analisa a industrialização brasileira com ênfase no Estado de São Paulo.

Os procedimentos técnicos e metodológicos que adotamos nesta Dissertação de Mestrado constaram de transcrever o conteúdo de 450 fichas de trabalhadores menores de idade (13 a 17 anos) para fichas-resumo específicas,[32] criar planilhas especialmente desenvolvidas para a extração e posterior análise de dados, estabelecer séries homogêneas de dados sobre o conteúdo destas 450 fichas e, a partir destes dados, gerar tabelas.

Nossa metodologia de trabalho foi assim desenvolvida:

a) Realizamos uma síntese da historiografia sobre industrialização em São José dos Campos, em sua estrutura (1870-1973) e numa conjuntura específica (1935-1973);

b) Estabelecemos os tópicos fundamentais para o estudo da mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças;

c) Sistematizamos os dados relacionados a jovens de 13 a 17 anos de idade na Fábrica em seus múltiplos aspectos;

d) Elaboramos tabelas, realizando a análise desses dados através de uma integração em séries homogêneas, levando em consideração a conjuntura 1935-1973;

e) Situamos o conteúdo das fichas de funcionários da Fábrica de Louças no contexto econômico de São José dos Campos ao longo do período estudado (1921-1973).

Criamos *fichas-resumo* que homogeneizassem as informações contidas em dois modelos de fichas diferentes. Alguns envelopes de funcionários da fábrica não possuem fichas, e sim outros documentos indicativos de seu anterior pertencimento ao quadro de funcionários. Utilizamos a *ficha-resumo* para normatizar algumas das informações presentes neste tipo de documentação.

As fichas possuem variadas informações. Por meio delas é possível saber o horário de trabalho (sem contar horas-extras) dos trabalhadores, naturalidade, que idade tinham quando admitidos na Fábrica, após quanto tempo foram despedidos, qual, ou quais, os motivos para essa dispensa, categoria e ocupação habituais dos operários na Fábrica, estado civil, número inicial de dependentes, qual o local em que moravam em São José dos Campos, além de informações relativas a acidentes de trabalho, férias gozadas e algumas observações por conta do empregador. É importante esclarecer de antemão que delas não constam dados quanto à raça e etnia dos jovens trabalhadores.[33]

Portanto, procuramos fazer com que os dados das fontes fossem cadastrados com o máximo de rigor, para que não houvesse dúvidas na tabulação em planilhas e posterior análise dos dados sistematizados em tabelas, o que incluiu especiais cuidados quanto à digitação.

Outras fontes importantes para a feitura de nosso trabalho foram o jornal Correio Joséense (fundado em 1920), leis e decretos municipais relativos à indústria, além de fontes orais, uma vez que, conforme Thompson, "a evidência oral também pode ser utilizada para ampliar a informação sobre acontecimentos específicos da história operária, como a evolução de uma organização."[34]

Para a compreensão do processo de transformações econômicas de São José dos Campos, abordaremos os antecedentes que favoreceram o início de sua industrialização – o comércio, o café, o tratamento de tuberculosos, as ações dos grupos dirigentes locais – e,

---

[32] Os modelos das "fichas-resumo" encontram-se nos Anexos deste trabalho.
[33] Além disso, nem todas as fichas possuem fotografias ou, quando as possuem, estas raramente estão em bom estado.

evidentemente, discutiremos a transformação de uma cidade cuja população vivia uma situação de subsistência e de penúria generalizada de boa parte de sua população, para a de tratamento de tuberculosos através do status de "Estância Climatérica" e, posteriormente, em cidade industrial.

Estudamos um período de quase cinqüenta e dois anos, pouco mais de meio século. São José dos Campos, cidade que era considerada, na década de 30, sem o doente tuberculoso, como uma sub-Jacareí, de acordo com o médico Ivan da Silva Lopes,[35] e que ouvia com muitos gestos de assentimento as teses do médico Rui Rodrigues Dória, "Não precisamos de máquinas. Isso é para Taubaté e Jacareí. Precisamos é de doentes... Essa é a nossa indústria",[36] passou a conviver com as fábricas. Para seus grupos dirigentes políticos, as fábricas, mesmo poluindo os ares com suas chaminés e ainda que contaminassem as águas que deveriam ser puras, podiam conviver em harmonia com o doente tuberculoso que procurava São José dos Campos como local de tratamento: "ontem se realizou o mais desejado sonho do povo joseense – Uma Fábrica em São José dos Campos".[37]

O problema básico desta Dissertação de Mestrado foi fazer um levantamento e sistematização de dados em séries homogêneas com a criação de planilhas, quadros e gráficos através da transcrição de dados em *fichas-resumo*[38] e encetar uma análise dentro dos elementos da chamada História Seriada, conforme o embasamento teórico de vários autores da Escola dos Annales,[39] das informações constantes de 450 (quatrocentas e cinqüenta) fichas disponíveis dos ex-funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", que contavam de 13 a 17 anos de idade, de ambos os sexos, resgatando a importância da juventude na constituição da industrialização local.

---

[34] THOMPSON, P. A Voz do Passado: história oral, p. 112.
[35] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 8.
[36] Idem, São José de Ontem e de Hoje, p. 31.
[37] CORREIO JOSÉENSE, 21-08-1921, n.º 73, s.p.
[38] O modelo das fichas-resumo encontra-se nos Anexos desta Dissertação.
[39] Cf. BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia, pp. 66-78 e 88-93.

Dividimos esta Dissertação de Mestrado em três capítulos: o primeiro, “A Cidade”, versa sobre a economia de São José dos Campos na longa duração (1870-1973), contextualizando as condicionantes que possibilitaram o início da industrialização na cidade; o segundo, “A Fábrica”, analisa elementos referentes à Fábrica de Louças “Santo Eugênio” entre os anos de 1935 e 1973. O terceiro e último capítulo, “A Cidade, a Fábrica e a Juventude: confluências”, aponta as relações entre a mão-de-obra juvenil inserida numa fábrica do ramo de minerais não-metálicos, pouco mecanizada, na cidade de São José dos Campos, cujo espaço modificou-se de múltiplas formas no século XX.

1. A cidade

> Numa região pobre, São José [dos Campos] foi a cidade mais pobre. Os ricos estavam em Caçapava, em Jacareí, em Paraibuna, em Jambeiro, em Taubaté, em Pinda, em Guará, em Lorena... Não foi, pois, difícil criar uma cidade moderna, onde praticamente não havia cidade antiga...[40]

1.1. Pobreza e luta pela sobrevivência em São José dos Campos

O desenvolvimento fabril joseense seguiu alguns ritmos que se fizeram presentes na industrialização paulista e brasileira, segundo Andrews:

> Quando a escravidão foi abolida, e também durante os primeiros anos da Primeira República, a economia do Brasil era quase exclusivamente agrária. O censo industrial de 1907 registrou menos de 3.000 empresas industriais em todo o país, 90 por cento das quais empregando 4 ou menos trabalhadores. Entretanto, estas firmas marcaram o início de um processo de expansão industrial que continuou – em índices variados de intensidade. (...) Entre 1907 e 1920, a produção industrial do Brasil quase quintuplicou; entre 1920 e 1940, ela aumentou outros 7.800 por cento, e nessa altura o Brasil possuía mais de 70.000 firmas industriais empregando um total de 1,4 milhões de trabalhadores. Entre 1946 e o início da década de 1980, a produção industrial continuou a crescer em um índice anual de 9 por cento, e a diversificar daquelas áreas tradicionais dos têxteis e do processamento de alimentos, para o aço, automóveis, produtos químicos e

> maquinaria elétrica. Durante a década de 1970, as exportações industriais superaram os produtos agrícolas como a principal fonte de comércio exterior (os bens manufaturados compunham quase 40 por cento dos ganhos de exportação)(...)[41]

Além "das áreas tradicionais dos têxteis e do processamento de alimentos", podemos acrescentar que o ramo dos minerais não-metálicos exerceu papel importante em algumas cidades brasileiras. No caso do Estado de São Paulo, podemos indicar os casos de São Caetano, Pedreira, Jundiaí e São José dos Campos. No caso desta última, a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi a pioneira na posterior industrialização da cidade.

Para compreender a transformação de uma cidade que lutava pela sobrevivência na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, para outra que se tornou referência no Brasil em relação à sua industrialização, é necessário elencar alguns elementos importantes para a compreensão dos diferentes ritmos do período apontado.

São José dos Campos tornou-se cidade apenas em 1864, através da Lei Provincial n.º 27. Somente em 1871 a "Vila de São José do Paraíba" passou a ser denominada São José dos Campos.

Uma cidade bastante acanhada, como atestam os testemunhos escritos por Manoel Elpídio Pereira de Queiroz:

> 28 de Março. Saí do Padre às 9 horas, às 9 ½ passei Jacareí, onde escrevi a meu Pai; às 3 horas passei pela Vila de S. José [do Paraíba], 3 léguas além de Jacareí; esta vila é ordinária, tem só duas ruas – a do Comércio e a Direita, esta está na frente da Matriz e aquela nos seus fundos. A matriz de

[40] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 126.
[41] ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, p. 149.

> exterior é melhor que a de Jacareí, pois tem seu campanário. A situação de S. José é em bonito lugar, pois está em um alto, que já a uma légua de Jacareí se avista a vila. Desta se vê o Paraíba de longe; a Cadeia é na rua Direita, menos que ordinária. As casas são todas antigas; a Vila está no meio de um campo, que vem desde uma lagoa de Jacareí. As terras são ordinárias, porém o povo mais vistoso. (...).[42]

No final do século XIX, o Vale do Paraíba passou por um grave revés econômico decorrente da libertação dos escravos. A presença deles em São José dos Campos nunca foi muito grande,[43] mas para a frágil economia local, a abolição foi determinante para o desequilíbrio de suas rendas: havia falta de mão-de-obra masculina para os diversos misteres agrícolas. Portanto, havia uma "desorganização do trabalho nas lavouras".[44]

A presença de imigrantes em São José era irrisória na época. Algumas famílias de origem italiana passaram a habitar a cidade no começo do século XX,[45] dedicando-se ao comércio e construção civil. Os galpões da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", em 1920, foram construídos por Romeu Carnevalli.[46] A presença imigrante na cidade tornou-se massiva algumas décadas mais tarde, com a imigração japonesa, em parte devido à instalação de uma fábrica oriunda do Japão do ramo têxtil, a Kanebo (1956), que concentrou em volta de suas instalações uma colônia nipônica.

A cidade de São José dos Campos era pobre, sendo até chamada, com certa auto-ironia, de cidade da "pindaíba".[47] Havia a necessidade de fazer a cidade não somente ser um local de luta árdua pela subsistência, e sim geradora de riquezas palpáveis. Se a lavoura – pela

[42] QUEIROZ, C. P. de. Um fazendeiro paulista no século XIX, p. 95.
[43] PAPALI, M. A. C. R. Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, comerciantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888), p. 37.
[44] Idem, p. 32.
[45] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 98.
[46] CORREIO JOSÉENSE, 08.11.1920, s.p.
[47] A CARIDADE, 26-05-1917, p. 6.

própria pobreza da terra, assolada por formigas saúvas[48] – e o café não rendiam mais os lucros desejáveis, uma boa maneira de acumular e reinvestir capitais era o comércio. São José dos Campos tinha um comércio sortido, mas não a ponto de ser um entreposto comercial para outras cidades da região, como veremos a seguir.

Um dos alimentos mais produzidos em São José dos Campos era o arroz, pois este era produzido nas várzeas, portanto, o vegetal escapava da ação das formigas saúvas. Era necessário aproveitar as várzeas existentes através de um extenso plantio, tal como informa o jornal "A Caridade", em 1916:

> Desenvolve-se cada vez mais a cultura de arroz em nosso município. Segundo nos informou pessoa muito séria, só nos varjões [sic] de Eugênio de Mello foram plantados mais de dois mil arqueires [sic] de arroz.[49]

A cultura do arroz estava presente ao longo do rio Paraíba. As plantações de arroz, inclusive, serviram de cenário para uma das mortes trágicas narradas em "Meu Conto de Maupassant", do livro "Urupês", de Monteiro Lobato, que habitou por alguns anos na Fazenda "São José", que, na época, estava nos limites do município de São José dos Campos:[50]

> O comboio corria entre S. José [dos Campos] e Quiririm. Região arrozeira em plena faina do corte. Os campos em sega tinham o aspecto de cabelos loiros tosados à escovinha.[51]

---

[48] Cf. LIVROS-ATA da Câmara Municipal de São José dos Campos Orçamentos municipais previstos pela Câmara Municipal previam, invariavelmente, verbas para extinção de formigueiros na cidade.
[49] A CARIDADE, n.º 14, 18.11.1916, p. 1.
[50] Informação recolhida na "A Homenagem da Geografia", presente na 16.ª edição de "Urupês" (1969), de Monteiro Lobato. Tal informação é anônima.
[51] MONTEIRO LOBATO, J. B. "Meu Conto de Maupassant". In: Urupês, p. 172.

Outro elemento que passou a estar presente na paisagem de São José dos Campos foi a pecuária extensiva, para fornecimento de leite. Boa parte das terras cansadas e infestadas por saúvas foi destinada a pastagens. Assim, a terra voltaria a ser um elemento plenamente utilizável e relativamente lucrativo na economia joseense.

A lavoura, o comércio e a pecuária colheram benefícios com a Estrada de Ferro Central do Brasil, que chegou a São José dos Campos em 1877. Sinal de progresso:

> Eu divido o mundo em duas partes: a onde se ouve apito de trem e a onde não se ouve apito de trem. Uma é o inferno, outra é o céu. Porque quando o trem apita temos uma sensação de ave com asas; e se não há apito de trem, a nossa sensação é de prego fincado na parede.[52]

A lavoura poderia despachar a sua produção, principalmente de café, para outras localidades. O comércio se beneficiaria com a ligação direta de São José dos Campos com cidades maiores e cuja economia era mais desenvolvida, tais como Jacareí e Taubaté, no Vale do Paraíba paulista, ou mesmo a capital São Paulo, que crescia vertiginosamente. A pecuária poderia enviar a produção de carne, couro e derivados de leite para outras cidades servidas pela Ferrovia.

Há alguns relatos de viajantes, tais como Zaluar, que expressam sua admiração pelas terras joseenses antes de 1877, considerando-as propícias à agricultura, não sem deplorar a "indolência" de seus habitantes:

> À exceção das pessoas mais ilustradas, dos fazendeiros e comerciantes, o resto da população é naturalmente indolente, preguiçosa e alheia a todos os regalos da civilização,

[52] MONTEIRO LOBATO, J. B. A Barca de Gleyre – 1.º tomo, p. 225.

> contentando-se apenas com qualquer meio de subsistência, sem se importar qual será a sua sorte no dia seguinte nem donde lhe virão recursos.[53]

Os joseenses, como acentuava o viajante Zaluar, preferiam realmente prover tão somente suas próprias subsistências, o que o levou a considerá-los indolentes. A terra estava disponível para o trabalho agrícola, e a mão-de-obra escasseava em São José dos Campos, que possuía cerca de 8.000 habitantes:[54] "Tendo todas as condições favoráveis para exportar muitas centenas de mil arrobas de café, exporta apenas cem mil, tal é a falta de braços produtivos, e sobretudo de sistema e método nos processos de cultura ali empregados!"[55]

E Zaluar acrescentava:

> Apesar da uberdade do solo e das muitas condições vantajosas que o lugar oferece a seus moradores, a vila de S. José do Paraíba *[denominação de então]* está ainda em notável atraso, e é um centro de pouco movimento, em relação, como dissemos, aos recursos de que dispõe.[56]

São José dos Campos era um centro de pouco movimento, e Zaluar, ainda deplorando a "indolência" dos habitantes locais, não deixou de recomendar que a vila possuía potencial para sediar uma escola normal de agricultura.[57]

> É portanto este município [São José dos Campos] um fecundo manancial de riquezas naturais que a mão da indústria poderia explorar com facilidade, e conseguiria

[53] ZALUAR, idem, p. 108.
[54] Idem, ibid.
[55] Idem, ibid.
[56] ZALUAR, idem, p. 106.
[57] Idem, p. 108.

> benéficos resultados, não só em favor do desenvolvimento local como da fortuna particular; mas a reconhecida indolência da maior parte de seus habitantes, e os vícios e costumes eivados de antigos prejuízos, conservam na esterilidade um torrão que parece regorgitar de seiva e pedir aos homens que o façam produzir e lhe inoculem pelo trabalho os gérmens da riqueza industrial.[58]

São José dos Campos era sinônimo de pauperismo em vários aspectos, mas não quanto a formigas, no início do século XX:

> As formigas e a devastação das matas são dois flagelos que nos ameaçam. (...)
> ...as formigas, que aqui, mais do que em qualquer outro lugar, proliferam e se alastram assombrosamente e sem entraves, a prosseguirem no seu trabalho incessante de devastar as hortas e os jardins, os campos e as florestas; tudo isso irá concorrer para o empobrecimento do nosso município, para maior dificuldade da vida de nossa população já não pouco onerada por muitas e muitas causas.[59]

As terras joseenses, segundo ditame pessimista que contradizia a "uberdade" das terras comentada por Zaluar, eram "terras dos três S: samambaia, saúva e sapé".[60]

Em 1906, Monteiro Lobato, escritor nascido em Taubaté, cidade do Vale do Paraíba, registrava em seu livro "Cidades Mortas":

---

[58] ZALUAR. Peregrinação pela província de S. Paulo (1860-1861), p. 108.
[59] A CARIDADE, n.º 71, 07.02.1918, p. 2
[60] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 132.

> A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. (...) A uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva, não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.
>
> Em S. Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. *[tal como era denominada a região do Vale do Paraíba]*
>
> Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.[61]

São José dos Campos não era nesta época, nem de longe, a cidade mais populosa e próspera do Vale do Paraíba. Cidades como Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Areias e Bananal tinham fazendeiros apatacados, "de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana."[62] Zaluar exclamava: "É triste realmente que um povoado *[São José do Paraíba]* tão favorecido pela natureza se veja pobre e humilhado diante dos outros municípios, e que, tendo proporções para socorrer os vizinhos, se ache forçado a recorrer a eles!".[63] A questão da pobreza de São José dos Campos, portanto, era fato.

Em 1880, o Vale do Paraíba, com terras já cansadas ou tomadas pela erosão, ainda reivindicava a si o título de "principal bastião do café paulista",[64] como comentara Pierre Monbeig. Oito anos mais tarde, um golpe ao "patrimônio" dos fazendeiros da região: a

[61] MONTEIRO LOBATO, J.B. Cidades Mortas, p. 3.
[62] MONTEIRO LOBATO, J. B. Cidades Mortas, p. 4.
[63] ZALUAR, ibid., p. 108.
[64] MONBEIG, P., ibid., p. 95.

abolição da escravatura. Exemplos: em 1876 São José dos Campos possuía 1255 escravos numa população de 13.800 habitantes, portanto, 9,09% de escravos.[65] O recenseamento da população de 1872 constatava que 53% da população de Bananal era composta de escravos, e em Areias 33%.[66] Na mesma época, a riqueza de boa parte do Vale do Paraíba, na visão de Lobato, era rarefeita: "Por ela passou o Café, como um Átila. Toda a seiva foi bebida, e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora."[67]

Final do século XIX: o Vale do Paraíba tinha mão-de-obra insuficiente na lavoura e terras cansadas, "ravinadas pela erosão".[68] Em 1882, "a idade provável dos cafeeiros do Vale do Paraíba [pode ser assim estimada]: (...) certamente menos de 25% deles teriam idade inferior a 20 anos, e mais de 60% idade superior a 45 anos."[69]. A duração da produtividade de um pé de café no Vale do Paraíba não passava de 20 a 30 anos.[70] O café ceifou até quando pôde a energia das terras do Vale do Paraíba. A produção de cafeeiros antigos em terras cansadas gerava colheitas pífias: duas arrobas por mil pés em Jacareí, dezesseis em Bananal, dezoito em Pindamonhangaba. "Nada mais se poderia esperar dessa região, pelo menos para o café",[71] comentou Pierre Monbeig.

A lavoura de café rendia pouco em São José dos Campos, no máximo 30 arrobas por mil pés.[72] Apesar da pequena produção para os padrões da época, os lucros eram tão tentadores que ainda assim justificavam a plantação e manutenção de milhares de pés de café. Um exemplo dessa riqueza tão almejada era o registro, no Almanaque de São José dos Campos de 1922, de uma relação de lavradores do município que plantavam café. Desta relação, encetamos uma estatística: São José dos Campos possuía 2.683.620 pés de café, entre 606 produtores que plantavam, no mínimo, 500 pés cada um. Desses 606 produtores, a

[65] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 74.
[66] Idem, ibidem, p. 101.
[67] MONTEIRO LOBATO, J. B., Cidades Mortas, p. 6.
[68] Idem, ibid., p. 167.
[69] CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo, p. 24.
[70] CARONE, E. A República Velha: Instituições e Classes Sociais, p. 29.
[71] MONBEIG, P., Idem, ibid.
[72] Idem, p. 168.

esmagadora maioria (70,96%) plantava de 1.000 a 2.000 pés de café. Ou seja, pequenos plantadores. O número de propriedades que possuíam mais de 30.000 pés de café era ínfimo: apenas 1,49%. Apenas dois cafeicultores na cidade plantavam mais de 100.000 pés.[73]

A cidade possuía vários comissários que compravam e vendiam café na praça. Os lucros da rubiácea não eram suficientes para imantar a cidade com a prosperidade típica de outras regiões do Estado de São Paulo.

Embora o café ainda fosse uma esperança para a geração de lucros para a cidade, e esta lavoura necessitasse de mão-de-obra abundante, havia um êxodo de trabalhadores para outras regiões, principalmente para o Oeste Paulista, o que gerava grandes preocupações:

> Chamaram-nos a atenção para o fato de muitos trabalhadores estarem seguindo para o Oeste do Estado, com grande prejuízo para a lavoura de nosso município, que há muito vem lutando com a falta de braços.[74]

Portanto, para gerar riquezas de fato para a cidade, era necessária a construção de novas alternativas. A alternativa mais viável encontrada no início do século XX foi o comércio. São José dos Campos não chegava a ser um entreposto comercial, mas a existência de estabelecimentos diversos testemunhava a intenção de cativar o público consumidor existente através da variedade de produtos oferecidos.[75] O comércio sobrevivia com algumas lojas, não muitas, conforme o Almanaque de São José dos Campos de 1905.[76]

O volume de negócios na cidade era suficientemente grande para gerar poderio político local: a Câmara Municipal, no triênio de 1905 a 1907, era composta, quase em sua metade, por comerciantes: o Capitão [depois Coronel] João Alves da Silva Cursino era

[73] ALMANAQUE de S. José dos Campos para 1922. Org. por Napoleão Monteiro, pp. 2-32.
[74] A CARIDADE, n.º 80, 20.04.1918, p. 3.
[75] ALMANAQUE de S. José dos Campos para 1922. Org. por Napoleão Monteiro, pp. 2-32.
[76] Cf. Almanaque de S. José dos Campos para 1905. Org. por Sebastião Penna da Câmara.

"negociante de secos e molhados, ferragens, louças, armarinhos etc.";[77] José Francisco Machado Sidney Idem;[78] o Tenente Olympio Cursino dos Santos era "negociante de secos e molhados"[79]. O vereador e prefeito da cidade, Tenente-Coronel José Monteiro Ferreira, era comprador de café, além de Chefe do Diretório do Partido Republicano Paulista (P.R.P.) local.

Segundo as memórias de Jairo César de Siqueira, em 1917, São José dos Campos possuía em seu Centro 17 lojas de armarinhos (e diversos), 11 armazéns e 5 farmácias. Se não houvesse público consumidor disponível, o centro comercial joseense não teria tantos estabelecimentos,[80] levando em consideração o fato de ser uma cidade empobrecida.

Entretanto, esse grupo dirigente da política local, que baseava seus ganhos majoritariamente no comércio, acreditava que a cidade poderia ter graus mais apurados de desenvolvimento. O comércio gerava apreciáveis receitas para o município. A receita de São José dos Campos, em 1908, era de 73 mil réis. Desse montante, 36 mil réis vinham de impostos sobre o comércio,[81] portanto, 47,36%. Os membros desse grupo dirigente acreditavam que a cidade possuía potencial para mais ganhos. A cidade mostrava terras "ubérrimas" apenas nos olhares iludidos pelo verde circundante. Na realidade, as terras joseenses – exceto as que se encontravam nas várzeas – estavam cansadas, assoladas por saúvas.

Entretanto, o comércio, o café e a pecuária não ofereciam a garantia de lucros suficientes para a cidade de São José dos Campos. A solução para a cidade ter um maior desenvolvimento, no início do século XX, foi transformar em elemento de prosperidade local algo que, na época, era sinônimo de pureza: o clima.

---

[77] ALMANAQUE de S. José dos Campos para 1905, p. 97.
[78] Idem, ibid.
[79] Idem, ibid.
[80] SIQUEIRA, J. C. de. Nossa Cidade de São José dos Campos, pp. 152-277.
[81] REGATO, R. ; ASSAZ, V. São José dos Campos: o comércio e o desenvolvimento, p. 115.

A criação de uma "Estação de Cura" para a tuberculose era uma tentação para os grupos dirigentes da cidade. Preparar a cidade para receber doentes tuberculosos, e auferir rendas advindas de sua presença na cidade foi um caminho para a rápida institucionalização da idéia de que São José dos Campos era um centro de tratamento de tuberculosos, pois havia a recomendar, em relação à sua localização geográfica, "a sua invejável e admirável topografia, a uberdade de seu solo e a amenidade de seu clima",[82] além da facilidade de acesso pela linha férrea. Como afirmou anos mais tarde o escritor Paulo Setúbal sobre São José dos Campos,

> A manhã era uma festa encantadora para os meus olhos. Há quanto tempo que eu, doente, a viver encafuado num quarto, não via e nem sentia o bulício álacre das manhãs citadinas! Que alegria... O ar era fino, a luz doirada, o céu muito azul e muito doce, e apesar do seu 'cotidiano', havia para mim, tão arredado da vida, um claro encantamento na poesia matinal da cidade que se agitava – o verdureiro com a sua carriola, o peixeiro apregoando a garoupa fresca, automóveis, carrocinhas de pão, transeuntes apressados, normalistas de blusa branca a caminho da escola... Tornei para a casa iluminado.[83]

São José dos Campos foi sinônimo de luta pela sobrevivência para muitos, tais como o advogado, ex-deputado e escritor Paulo Setúbal. Paulo Setúbal ficara tuberculoso ainda jovem. No final da vida, já casado e com filhos, viveu muitos de seus últimos dias em uma chácara em São José dos Campos, próxima ao "primeiro sanatório para tuberculosos do

[82] BERTOLLI FILHO, C. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950, vol. 1, p. 26.
[83] SETÚBAL, P. Confiteor, p. 39.

estado de São Paulo", o Vicentina Aranha,[84] que funcionava desde Abril de 1924. O nome do Sanatório deve-se a Vicentina Aranha, dama da sociedade paulista, sogra do escritor.

São José dos Campos, no começo do século XX, não tinha um bom abastecimento de água potável e não possuía rede de esgotos, elementos necessários em uma cidade que os grupos dirigentes desejavam aparelhar para receber doentes tuberculosos.

1.2. Clima e salvação econômica: o caso do tratamento da tuberculose

O clima tornou-se a salvação econômica de São José dos Campos. Os mais pobres necessitavam de um local de fácil acesso para tentar a cura. Os habitantes da cidade, desde meados do século XIX, já ressaltavam os "climas saudáveis", que diferenciavam a cidade de outras.[85] Alguns hotéis e pensões começaram a receber tuberculosos na cidade, mas em pequenas proporções.

Monteiro Lobato afirmava que Taubaté também possuía um clima que atraía pessoas de outras localidades, sem conter a ironia, em uma carta a seu amigo Godofredo Rangel:

> (...) o clima daqui atrai gente de fora. Afluem famílias do Rio e S. Paulo, gente fina, com botõezinhos assim. E dança-se muito. Você aqui produziria um tratado sobre o flirt nacional."[86]

São José dos Campos ansiava por atrair "gente fina" com seus "botõezinhos". A cidade, por seus "bons ares", recebia pessoas, tanto anônimas, quanto algumas que se tornaram lideranças políticas, tais como o médico Mário Nunes Galvão, natural de Ouro Preto. Era tísico, curou-se ou estabilizou sua saúde na cidade. O médico atribuiu tal "cura" ao

[84] BERTOLLI FILHO, C. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950, vol. 2, p. 334.

clima. Em 1905, era um dos três médicos da cidade, tornando-se, inclusive, vereador. Outros médicos viriam, tais como Nelson Silveira D'Ávila, gaúcho e tuberculoso, e Rui Rodrigues Dória, natural de Limeira, que também atribuiu a cura de sua tuberculose pelo clima joseense.

Observando o que acontecia em São José dos Campos, pois possuía nos limites do município[87] uma fazenda denominada "São José", herdada de seu avô, o Visconde de Tremembé, que morrera em março de 1911, Monteiro Lobato escrevia a Godofredo Rangel, em junho do mesmo ano:

> Estou planejando o lançamento dum sanatório em São José dos Campos. O lugar é ótimo e ninguém ainda teve a idéia. Tenho cá um tratado sobre os sanatórios suíços e o engenheiro Huascar está me fazendo um anteprojeto.[88]

Monteiro Lobato entrou em contato com a Câmara Municipal de São José dos Campos para obter incentivos ao seu projeto, "para estabelecer [na] cidade um hotel-sanatório [...] em edifício modelo",[89] e pedia em uma correspondência posterior "que na concessão de favores para a construção de um hotel-sanatório, ao requerente seja facultado o direito de desapropriação em terrenos e prédios que se fizerem necessários para tal fim."[90]

Na sessão extraordinária na Câmara Municipal joseense de 28 de Março de 1911, Monteiro Lobato conseguiu a concessão de favores para a construção de um hotel-sanatório em São José dos Campos, não sem a oposição do médico Mário Nunes Galvão, ex-

---

[85] BERTOLLI FILHO, ibid., p. 109.
[86] Idem, ibid., p. 155.
[87] Informação recolhida na "A Homenagem da Geografia", presente na 16.ª edição de "Urupês" (1969), de Monteiro Lobato. Tal informação é anônima.
[88] MONTEIRO LOBATO, J. B., ibid., p. 306.
[89] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão extraordinária de 10-01-1911, p. 17.
[90] Idem, Ata da sessão extraordinária de 28-03-1911, p. 18.

tuberculoso, que pretendia que o projetado hotel-sanatório fosse construído fora do perímetro urbano:[91]

> Parecer n.º 1
>
> A Comissão de Fazenda e Contas, estudando o requerimento em que o cidadão José Bento Monteiro Lobato, propõem-se [sic] a construir nesta cidade um hotel-sanatório mediante a concessão de favores por parte da municipalidade, convicta esta da grande utilidade de tal empreendimento que importa em um melhoramento de incalculáveis vantagens para esta localidade, atendendo as condições especialíssimas do seu privilegiado clima, ultimamente procurado por numerosos enfermos na sua maioria composta por pessoas enfraquecidas e predispostas a sofrerem da terrível tuberculose que tantas vidas vai ceifando. Por outro lado, encarando o problema pela face da higiene, não deixa de reconhecer as reais vantagens que esse estabelecimento oferecerá a este meio, porque, é evidente que as pessoas doentes que procuram esta cidade em busca dos seus ares saudáveis, preferirão o hotel-sanatório, onde encontrarão verdadeiro conforto e onde haverá um regime especial, benéfico não só aos que ali se internarem como também à salubridade pública, não ficando a população tão exposta ao contágio de uma moléstia microbiana de tão deploráveis efeitos. Assim, pensa a Comissão de Fazenda e Contas que deve ser deferido o requerimento acima aludido, nos termos do projeto de lei que submete à deliberação da Câmara. São José dos Campos, 28 de Março de 1911. Benedicto da Silva Ramos. João Alves da Silva Cursino.[92]

[91] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS Campos, p. 19.
[92] Idem, Ata da sessão extraordinária de 28.03.1911, pp. 19-20.

Monteiro Lobato conseguiu que o projeto de lei que autorizava a construção do hotel-sanatório fosse aprovado. Animado em seus planos, Lobato preparava, inclusive, um anteprojeto, conforme a carta que enviou a seu amigo Godofredo Rangel. A carta foi enviada de Taubaté, pois o futuro escritor abandonara o cargo de Promotor Público da cidade de Areias, e ainda não havia tomado a decisão de administrar e residir na Fazenda "São José".

A Prefeitura de São José dos Campos licenciaria o funcionamento do hotel-sanatório por vinte e cinco anos, com cessão de um terreno – situado em perímetro urbano – e de água pelo tempo de licença do estabelecimento, além de comprometer-se a não fornecer licenças a outros estabelecimentos congêneres que desejassem estabelecer-se posteriormente na cidade.[93]

Entretanto, atrás de tantas cessões e liberalidades, a Câmara Municipal de São José dos Campos queria que a cidade recebesse benesses do hotel-sanatório inclusive durante a construção do mesmo:

> Artigo 14º. Durante o tempo da construção do edifício para o hotel-sanatório e seus anexos o concessionário entregará *mensalmente* [grifo nosso] à municipalidade a quantia de 300$000, para pagamento do serviço de fiscalização do engenheiro que irá [se] incumbir disso.[94]

Considerando que, já na sessão de 18 de Abril de 1911 a Câmara Municipal de São José dos Campos contratava os serviços de um advogado para representá-la por 60$000 mensais,[95] concluímos que cobrar 300$000 mensais de Monteiro Lobato para uma – talvez

[93] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Ata da sessão extraordinária de 28.03.1911, pp. 19-20.
[94] Idem, Ata da sessão extraordinária de 28-03-1911, p. 21.
[95] Idem, Ata da sessão ordinária de 18-04-1911, s.p.

pretensa – fiscalização de um engenheiro era extorsivo. Provavelmente, a totalidade ou quase desse dinheiro reverteria à Câmara Municipal.

Frente às dificuldades e à extorsão devidamente documentada no Projeto de Lei, Monteiro Lobato, provavelmente, não conseguiu o capital necessário para o empreendimento, embora possuísse terras na região e tivesse a intenção de vendê-las,[96] sem sucesso imediato.[97] Em fevereiro de 1914, sua concessão foi declarada caduca pela Câmara Municipal de São José dos Campos, em prol do que viria a ser o Sanatório Vicentina Aranha.[98]

Remoendo a questão da pouca fertilidade de suas terras, que em parte estavam em São José dos Campos, e sofrendo com as queimadas que os caboclos faziam em suas propriedades, Monteiro Lobato escreveria uma carta que seria determinante para a sua trajetória de vida: a carta seria publicada como um artigo ("Velha Praga") no jornal "O Estado de S. Paulo". Com a grande repercussão de sua carta, Monteiro Lobato escreveu outro artigo, "Urupês", no qual criou um personagem que se tornou antológico, "Jeca Tatu", no final de 1914. A criação de "Jeca Tatu" possui, portanto, raízes em São José dos Campos.

Em 1917, após a venda de sua Fazenda, realmente o escritor começou um negócio novo: a compra da "Revista do Brasil", que reverteria na criação da primeira grande indústria editora nacional, a Monteiro Lobato & Cia.[99] O objetivo de construir um hotel-sanatório em São José dos Campos ficara para trás.

Mas a ligação de Monteiro Lobato com os sanatórios de São José dos Campos não terminara. Em 1919, o escritor Oswald de Andrade relacionava-se com Maria de Lourdes Castro Pontes, a "Deisi". Mas "Deisi" não lhe era fiel: o escritor a flagrara entrando numa "pensão de rapazes". Algum tempo depois, "Deisi" aparece grávida. O casal entra em entendimento e chega à conclusão de que um aborto deveria ser feito. Surgiram complicações neste aborto, agravadas pela tuberculose, como registrou posteriormente Oswald de Andrade:

[96] MONTEIRO LOBATO, J. B. A Barca de Gleyre, vol. 1, p. 322.
[97] Idem, A Barca de Gleyre, vol. 2, p. 150. Monteiro Lobato vendeu a Fazenda em Agosto de 1917.

> Ela está tísica. Procuro avidamente Monteiro Lobato, que me arranja uma casa em São José dos Campos. Saio como um louco para comprar uma cadeira de rodas. E penso chorando que o ideal de muita vida pode ser uma cadeira de rodas.[100]

Monteiro Lobato consegue um local para "Deisi" tratar-se em São José dos Campos, mas o estado de saúde da mulher piora. Em 11 de Agosto, Oswald de Andrade casa-se *in-extremis* com Deisi. Uma das testemunhas, Monteiro Lobato. Em 24 de agosto, "Deisi" morre.

São José dos Campos era uma estação de cura procurada por doentes com ou sem posses, e ambos eram disputados avidamente pelos os já estabelecidos na terra:

> Eu lembro quando abriu o Mercado e começou a vender artigo de feijoada pras pensões de doentes de tuberculose... Quando chegava o trem de São Paulo, era uma briga dos funcionários das pensões, dos sanatórios, pra pegar aqueles doentes. A turma catava no braço, assim, aqueles doentes que vinham, geralmente já eram bem fracos, e punha na charrete. A gente gostava porque compravam bastante artigo [sic] de feijoada pra dar pros doentes.[101]

O primeiro Sanatório planejado e realmente construído em São José dos Campos para atender uma gama maior de pacientes do Estado de São Paulo[102] surgiu da iniciativa particular de Vicentina de Souza Aranha, dama da sociedade paulista, e de seu marido, Olavo de Souza

---

[98] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Ata da sessão ordinária de 16-02-1914, s.p.
[99] Cf. TRAVASSOS, N. P. Minhas memórias dos Monteiros Lobatos.
[100] ANDRADE, O. de. Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe, p. 132.
[101] DEPOIMENTO de Lauro Gilberto Pereira in RUFFATO, L. Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba, p. 42.
[102] BERTOLLI FILHO, C. ibid., vol. 2, p. 334.

Aranha. O escritor Paulo Setúbal, genro do casal, era tuberculoso, como foi visto. Após várias quermesses e recebimento de contribuições, em 1918 o Sanatório começava a ser construído, não sem comentários da imprensa joseense:

> Sanatório em São José [dos Campos]
>
> Nos tempos da aguda PINDAÍBA [maiúsculas do autor] qual o que vamos atravessando, é mesmo de causar arrepio um gato [sublinhado do autor] como aquele do sr. Tipógrafo em o [sic] do n.[úmero] passado, sob a epígrafe supra.
>
> ...um sanatório de quatro mil contos?!! [sublinhado do autor]
>
> Misericórdia! Trezentos e cincoenta [sublinhado do autor] é que dissemos e escrevemos.
>
> Apois! [sic][103]

Mesmo incompleto, em 1924, o Sanatório "Vicentina Aranha" foi inaugurado pelo então Presidente do Estado, Washington Luís. Em seus últimos anos de vida, na década de 30, o escritor Paulo Setúbal morou numa chácara próxima ao sanatório idealizado por sua sogra.[104]

Com a fundação do Sanatório Vicentina Aranha, o número de tuberculosos que procuravam São José dos Campos como centro de cura aumentaria. Surgiram iniciativas de particulares, tais como a fundação da Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose, em 1936, em 1942 o Sanatório "Ademar de Barros", os Sanatórios Maria Imaculada (1935) e Antoninho da Rocha Marmo (1952), mantidos pela Igreja Católica, o Sanatório Vila Samaritana, mantido pela Associação Evangélica Beneficente (1928), e o Sanatório Ezra

[103] A CARIDADE, 26-05-1917, p. 6.
[104] SETÚBAL, Paulo, ibid., p. 46.

(1940), construído pela comunidade judaica para atender os seus tuberculosos,[105] além de casas e pensões sanatoriais diversas.

Muito do que conhecemos sobre os tuberculosos em São José dos Campos foi expresso por médicos tisiólogos mais em evidência na época. O médico Ivan de Souza Lopes, socialista que inclusive chegou a ser investigado pela Delegacia de Ordem Política e Social em 1935,[106] após uma greve na Tecelagem Parahyba, escreveu na Revista Paulista de Tisiologia, no mesmo ano:

> O problema da tuberculose é, antes de ser um problema médico, um problema social. Querer resolvê-lo por meio de instituições ou de organizações é procurar desconhecer voluntariamente a verdadeira realidade. Essas instituições só poderão fazer profilaxia direta, quando a questão é essencialmente de "profilaxia indireta", isto é, de combate à miséria, à falta de conforto, à sub-alimentação, ao trabalho excessivo. Não se pode, na luta contra a tuberculose, esquecer, logo, o aspecto fundamental da questão, numa cumplicidade fragrante com as causas principais do flagelo. A única luta conseqüente seria, sem dúvida alguma a luta pela elevação do nível econômico e cultural das populações brasileiras.[107]

O médico, que se recusara assumir a Prefeitura de São José dos Campos em 1932, ressaltava que sem a melhoria das condições da população não haveria efetivo combate à tuberculose. Já o médico João Batista B. Soares, em 1938, concluía que existia uma forma de integrar os tuberculosos à sociedade: o trabalho.

---

[105] Cf. BITTENCOURT, Tania. Arquitetura Sanatorial.
[106] PRONTUÁRIO n.º 4.119 da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado de São Paulo.
[107] BERTOLLI FILHO, ibid., pp. 201-202, vol. 1.

Poder-se-ia dizer que é prematuro cuidar da reeducação profissional dos tuberculosos em um país onde estes doentes não têm sequer a assistência mais elementar nas proporções convenientes. Tal objeção não procede, entretanto. À reeducação profissional torna mais estáveis os resultados do tratamento, prevenindo, assim, freqüentes recidivas pelo exercício de ocupações inteiramente inadequadas e faculta aos assim reeducados o abandono mais precoce das instituições sanatoriais. De um ou outro modo, a atenção dispensada a esse setor da luta contra a tuberculose teria a virtude de aumentar, pelo descongestionamento, a lotação preciosa daquelas instituições. (...)

É muito conhecido de quem trabalha em sanatórios ou em estâncias climáticas o verdadeiro pavor da volta ao trabalho que aflige a maior parte dos enfermos curados. E esse temor não deixa de ser muito razoável pois grande proporção deles exerce ocupações braçais desempenhadas sob o sol cuja ação congestiva é bastante conhecida. Assim apenas a alfabetização durante o tratamento, seria de grande alcance, pois viria abrir possibilidades novas a esses egressos do tratamento, obrigados, sem essa alfabetização e outras pequenas noções, a mourejar de sol a sol arrimados ao cabo da enxada ou ao peso de grandes cargas. (...)

É tempo de cuidarmos desses assuntos e a Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose que já teve um curso de datilografia, embora sem a publicidade indispensável, pode preceder os poderes públicos no trato no problema da reeducação profissional dos tuberculosos. Ela pode recrutar grande parte dos mestres no seio dos próprios doentes, auxiliando-os também dessa forma. E essa iniciativa

> aperfeiçoará ainda mais o grande centro de tratamento da tuberculose que é São José dos Campos.[108]

Afirmando que São José dos Campos não era uma "roça" e, muito menos, uma cidade grande e poluída, o médico Soares, na mesma publicação, apregoava:

> É preciso que muita gente modifique a impressão que tem de que São José dos Campos é uma cidadezinha de roça. (...) E (...) é preciso que se mostre que é preferível residir em uma rua de pouco tráfego, em São José dos Campos, a respirar o ar cheio de emanações industriais das grandes cidades.[109]

Dentro de uma cidade então devidamente sacralizada como centro de tratamento de tuberculosos, inclusive pelo Decreto Estadual n.º 7007 de 12.03.1935, como "Estância Climática e Hidromineral Natural",[110] embora as águas minerais de São José dos Campos fossem de uma fonte minguada, Águas de Canindu, os médicos ocupavam as melhores posições sociais. Assim, informa Bertolli Filho, "com isto, o município – cuja história definia-se pela pobreza crônica – encontrou incentivo econômico, conseguindo relativo incremento de receita (...), sendo alçado à condição de estância climática, por decreto governamental datado de 1935."[111] A Estância perdera sua autonomia política, pois o prefeito passara a ser indicado diretamente pelo Governador do Estado de São Paulo.

A sacralização da cidade como "Estância" chegou a tal ponto que, em 1938, passou a existir um feriado tipicamente joseense: a comemoração do aniversário do médico Ruy Dória, um dos tisiólogos e políticos mais em evidência na época. A cidade parava. Era "feriado

[108] A FOLHA ESPORTIVA. Número Especial, 10.11.1938, s/p.
[109] Idem, ibid.
[110] PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Monografia Estatístico-Corográfica São José dos Campos-SP – 1977, p. 9.
[111] BERTOLLI FILHO, ibid., p. 335, vol. 2.

forçado em S. José dos Campos, porque toda a cidade comemora[va] com júbilo essa data.[112] Dia de comemorar, portanto, o aniversário do "São Francisco de Assis dos Tuberculosos."[113]

Era tal a afluência de doentes a São José dos Campos que, em 1947, o Governo Estadual atribuiu à cidade a condição de Estância Hidromineral Natural,[114] através da Lei n.º 1, de 18 de Setembro de 1947. O status de "Estância Climática" era importante para São José dos Campos pois assim a cidade receberia mais verbas para o estabelecimento dos elementos que deveria ter:

> "estações de tratamento de água e de esgoto; pavimentação de ruas; construção de um desinfectório; construção de dispensários e, principalmente, o remanejamento das pensões e sanatórios, já implantados no centro comercial e residencial, para uma zona especialmente criada – a Zona Sanatorial."[115]

Quatro anos antes, a cidade de Campos do Jordão, que também possuía o rótulo de "Estância", fizera o mesmo, afirma Bertolli Filho.[116] Para Tania Bittencourt, a divisão da cidade em zonas favorecia, sobremaneira, a concepção de que a economia da cidade deveria centrar-se no atendimento do doente fimatoso:

> (...) em 10 de março de 1932, pelo Ato n.º 110, São José dos Campos foi dividida em três zonas territoriais: a comercial, a sanatorial e a residencial. Este ato foi ratificado, em 18 de abril de 1933, (...) que dividiu o município em quatro zonas

[112] A FOLHA ESPORTIVA, ibIdem, s/p.
[113] Idem, ibid.
[114] ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. XXX volume, 1958, p. 193.
[115] BITTENCOURT, T. Arquitetura Sanatorial. São José dos Campos, p. 30.
[116] BERTOLLI FILHO, ibid., p. 349, vol. 2.

> territoriais: a industrial, a residencial, a comercial e a sanatorial.[117]

Reparemos que a zona industrial, quando da assinatura do Ato n.º 110, simplesmente excluía de seus domínios a existência da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", que possuía as suas instalações no centro da cidade. Em 1933, foi criada uma zona industrial em São José dos Campos, que consistia basicamente na região onde se instalara anteriormente a Tecelagem Parahyba. A Fábrica de Louças, que funcionava desde 1921, estava entranhada entre as Zonas Sanatorial e Residencial. Altino Bondesan, omitindo a informação da existência de uma das divisões em zonas, a comercial, afirma:

> Se São José [dos Campos] era a Meca dos doentes de toda parte, justo que o governo estadual lhe propiciasse meios de enfrentar a promiscuidade, em condições de higiene. Os recursos viriam, através de uma espécie de segundo orçamento. O Estado forneceu, a partir de então, a São José [dos Campos] uma quantia correspondente à sua arrecadação tributária, com aplicação planejada, aprovada pela secretaria da Viação. (...) A cidade foi dividida em zonas – industrial, residencial e sanatorial, prevista a mudança, para esta, de pensões e sanatórios existentes no centro comercial e residencial.[118]

Nelly de Toledo Cesco discute o amplo favorecimento dado pelas autoridades ao tratamento de tuberculosos na década de 30, impedindo, na sua concepção, o crescimento da cidade:

[117] BITTENCOURT, T. Arquitetura Sanatorial, p. 34.

> Aquela não era hora de pensar em crescer. O problema dos doentes ocupava a prioridade número um dos programas governamentais, do povo, e por isso a cidade se encontrava parada no tempo e no espaço.[119]

A cidade, decididamente, não estava parada no tempo e no espaço. Os grupos dirigentes joseenses esforçaram-se sobremaneira para transformar a cidade em uma "Estância Hidromineral e Climatérica". Houve modificações urbanas; o oferecimento de algumas benfeitorias, tais como água encanada, calçamento de ruas e rede de esgotos, era originário do tratamento de tuberculosos, ao menos para o centro da cidade.[120]

Entre 1960 e 1969, Muller fez uma longa e apurada pesquisa sobre o Vale do Paraíba quanto a vários aspectos. Especificamente sobre São José dos Campos, a autora indica a existência de 7 sanatórios, dos quais quatro foram instalados na década de 20: o Vicentina Aranha, o Ezra, o Maria Imaculadas e o Vila Samaritana.[121] Em março de 1965, a autora fez uma estatística para saber a procedência dos doentes tuberculosos internados nos sanatórios joseenses: 70% eram oriundos do Estado de São Paulo; Guanabara (hoje integra o Estado do Rio de Janeiro) (14%), Minas Gerais (5%), Rio de Janeiro (4%), Mato Grosso (1%) e estados como Bahia, Goiás, Paraná, Paraíba, Alagoas, Amazonas, e os então territórios do Amapá e Rio Branco, além da capital Brasília.[122] Na década de 60 São José dos Campos ainda disponibilizava 868 leitos para tuberculosos, distribuídos em 7 sanatórios.[123]

A cidade de São José dos Campos modificou-se de forma extrema durante o período de funcionamento da Fábrica de Louças (1921-1973). Os grupos dirigentes locais, que no início do século eram compostos por cafeicultores, grandes comerciantes e médicos tisiólogos, alguns deles porta-vozes da presença de fábricas na cidade, que poderiam, como

---

[118] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 40.
[119] CESCO, N. de T. São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial, p. 22.
[120] Cf. SOARES, L. L. e SOUSA, A. M. S. Modernidade e Urbanismo Sanitário – São José dos Campos.
[121] MULLER, N. L. O Fato Urbano na Bacia do Paraíba, pp. 189-190.
[122] Idem, ibid., p. 190.

contra-senso, poluir seus "bons ares", após a Revolução de 30 modificaram-se: os cafeicultores perderam em importância, os comerciantes mantiveram-se em evidência, o poder dos médicos tisiólogos tornou-se ainda mais aparente, com o novo status adquirido pela cidade de "Estância Climatérica", sendo que entre 1930 e 1951 São José dos Campos teve sete prefeitos que eram médicos tisiólogos.[124] O objetivo era aproveitar suas respectivas capacidades técnicas de transformar a cidade acanhada num moderno centro de cura para tuberculose. Tal como Érico Veríssimo apontava, através do médico Eugênio, de *Olhai os Lírios do Campo*:

> — Que excelentes homens de governo dariam os médicos! Ninguém como eles está em contato tão íntimo com a vida, com as criaturas. Ninguém melhor que eles conhece as necessidades do povo...[125]

Altino Bondesan destaca o acerto na nomeação de prefeitos "sanitaristas" para a cidade que se especializava no tratamento da tuberculose:

> Os prefeitos eram nomeados pelo governo do Estado, medida acauteladora, pois sempre perdurava o receio de que o dinheiro fosse empregado em coretos, fontes luminosas e outras manifestações de provincianismo.[126]

As chamadas "cidades enfermas", São José dos Campos e Campos do Jordão ofereciam facilidades imensas aos tuberculosos: "além da disponibilidade de serviços médicos

---

[123] MULLER, N. L. O Fato Urbano na Bacia do Paraíba, p. 190.
[124] Cf. CESCO, Nelly de Toledo. São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial.
[125] VERISSIMO, E. Olhai os Lírios do Campo, p. 339.
[126] BONDESAN, A. São José de Ontem e Hoje, p. 34.

especializados" compartilhavam "de um contexto social onde a intensidade dos estigmas contra os infectados fosse bem menor do que [em] outras regiões do país."[127]

Os estigmas ainda assim eram presentes, tais como a entrevista dada por Sérgio Weiss, joseense, neto de Eugênio Bonadio, sobre a época:

> O cobrador, o chefe do trem anunciava (...) 'Próxima passagem: São José dos Campos', pessoal pegava, fechava o vidro. Quando eu ia jogar basquete fora de São José, a torcida de Jacareí, de Taubaté, de Guaratinguetá, de Santos, da onde que fosse, gritava: 'Tuberculoso!' 'Tuberculoso!' 'Sanatório!' 'Sanatório!".[128]

Desconsiderando os estigmas, os grupos dirigentes, além de cada vez mais divulgarem São José dos Campos como um centro de tratamento de tuberculosos, autêntica salvação econômica da cidade, resolveram fazer, no início da década de 20, a cidade ter rendas de outros ramos, tais como o da indústria. Chegara a hora de São José dos Campos ter algumas indústrias de porte médio ou grande para aumentar o recolhimento de impostos, criar empregos para tirar a mão-de-obra ociosa das ruas e dinamizar o comércio local.

1.3. Desenvolvimento da industrialização joseense (1921-1951)

Fundado em 1920, o jornal "Correio Joséense", divulgou em seus primeiros números elementos do comércio e da indústria de São José dos Campos, sem especificar o número de estabelecimentos em cada ramo:

---

[127] BERTOLLI FILHO, ibid., pp. 542-543, vol. 2.
[128] RUFFATO, L. Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba, 2004, p. 73.

> Comércio e Indústria
>
> Existem no município os seguintes estabelecimentos comerciais e industriais: negócios de fazendas, ferragens, louça e molhados, casas de comissões de café, hotéis e restaurantes, açougues, botequins, charutaria, confeitarias, farmácias, padarias, alfaiatarias, casas de bilhares, barbearias, fábricas de cerveja, ferrarias, foguetarias, funilarias, marcenarias, olarias, relojoaria, sapatarias, selarias, tipografias e máquinas a vapor de beneficiar café.[129]

Ademir Pereira dos Santos listou as pequenas fábricas e oficinas no início da industrialização de São José dos Campos:

> O mais antigo dos almanaques locais, o *Almanach de São José dos Campos, 1905*, [itálico do autor], oferece um quadro muito interessante do conjunto de atividades fabris, comerciais e liberais da cidade. (...) São relacionados 4 máquinas de beneficiar café, 1 fábrica de cerveja, licores e xaropes de Carnevalli & Irmão, 5 ferreiros e 2 marcenarias.[130]
>
> No *Almanach* [itálico do autor] de 1922 estão arrolados, em duas listas distintas, os "lavradores" e os "commerciantes e industriaes" do município, fato que permite esboçar um perfil, ainda que precário, dos estabelecimentos fabris. Há menção de oito (8) padarias, cinco (5) máquinas de café, quatro (4) olarias, três (3) carpintarias, duas (2) fábricas de cerveja, uma (1) fábrica de louças ["Santo Eugênio"], uma

[129] CORREIO JOSÉENSE, 11-01-1920, s.p.
[130] SANTOS, A. P. dos, ibid., p. 36.

> (1) máquina de algodão, uma (1) serraria, uma (1) fábrica de carroça, uma (1) marcenaria e uma (1) tipografia.[131]

Os pequenos estabelecimentos listados anteriormente podiam contar com a existência de energia elétrica, pressuposto básico para a geração de novas fábricas. Segundo Altino Bondesan,

> A luz elétrica é inaugurada a 1 de janeiro de 1910, vindo a energia da represa do [rio] Turvo, cuja construção foi iniciada por Arthur Loefgren (...) Loefgren (...) firmou contrato com a prefeitura em 20 de junho de 1907 e transferiu-o, com o referendo da municipalidade, à Cia. Força e Luz São José, em 16 de janeiro de 1909. Essa empresa foi adquirida em 8 de março de 1921 por Alberto Rodrigues Alves, com contrato até 1951. Em 28 de dezembro de 1928 a Light adquire a empresa local e fecha a usina do Turvo. *São José passa a receber energia de Cubatão – e aí está um dos fatores de sua prosperidade: luz abundante e barata!* [132] [grifo nosso]

Entre 1910 e 1928, a presença da Companhia Força e Luz em São José dos Campos foi acompanhada de muitos conflitos com a Câmara Municipal. A Companhia devia impostos à Câmara; já esta tinha uma dívida líquida e certa com os cofres da Companhia – pagar a conta do fornecimento da energia. A Companhia precisava investir capitais para aumentar a disponibilidade de energia elétrica para a cidade; quando isto acontecia, esta pedia abatimentos diversos em suas contas com a Câmara. A Câmara, muitas vezes, postergava suas decisões, e acabava, com muitas discussões, renovando a concessão da municipalidade à Companhia de Força e Luz. Como era uma Companhia pequena, que agia apenas na cidade, e

[131] SANTOS, A. P. dos, ibid., p. 36.

o concessionário morava no centro da cidade, o terreno das negociações tornava-se mais estreito, resvalando para o compadrio.[133]

Já em 1921, a Companhia Força e Luz dedicava-se a aumentar seu poderio de geração de energia elétrica. O chamado "surto industrial" citado abaixo tinha imediata relação com a implantação da Fábrica de Louças "Santo Eugênio":

> [A Companhia de Força e Luz] adquiriu um possante gerador, com força para suprir a 1000 cavalos elétricos, para que nossa cidade possa ter um *surto industrial* [grifo nosso] uma vez dispondo de força capaz de acionar motores de alta capacidade.[134]

Quando a empresa de energia elétrica Light, numa expansão de suas atividades, comprou a Companhia Luz e Força de São José dos Campos, a cidade recebeu uma maior disponibilidade de energia, barateando os custos para a instalação de pequenas e grandes fábricas. Com essa grande concessionária, a Câmara Municipal, tirante alguns conflitos pontuais, sempre manteve um bom relacionamento. São José dos Campos possuía, portanto, o elemento básico do progresso de uma cidade que dantes afligia-se em conseguir maiores rendimentos: a energia elétrica.

Contando com um rápido escoamento da produção, a industrialização no Estado de São Paulo já era uma realidade, principalmente em sua capital. Apesar da concorrência dos produtos importados, a produção nacional, principalmente de artigos de primeira necessidade, vingou, dentro do contexto da chamada "substituição de importações".[135]

---

[132] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 82.
[133] Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Livro-Ata das Sessões (1890-1937).
[134] CORREIO JOSÉENSE, 06-11-1921, s.p.
[135] Cf. DEAN, W. A industrialização de São Paulo (1880-1945).

Atenta ao progresso da cidade de São Paulo, e também de cidades vizinhas, tais como Jacareí e Taubaté, que já possuíam algumas indústrias de maior porte, os grupos dirigentes de São José dos Campos, compostos de vários elementos, tais como cafeicultores e comerciantes, sentiram a necessidade de renovar os ares pacatos da cidade, não sem oposições, por exemplo, de médicos tisiólogos, que eram os primeiros a explorar o pressuposto de que S. José possuía "bons ares" para o tratamento da tuberculose.

Esses grupos dirigentes, compostos por pouquíssimos membros, detinham em suas mãos grandes poderes. As eleições eram indiretas e a escolha do Prefeito, a partir de 1905, era feita pelos vereadores.[136] Um dos membros desses grupos dirigentes, o Coronel João Alves da Silva Cursino, membro proeminente local do Partido Republicano Paulista (P.R.P.) e grande comerciante, reelegeu-se sucessivamente de 1908 a 1930 como prefeito da cidade, saindo do poder tão somente após o P.R.P. ser alijado do poder local devido às conseqüências da Revolução de 30.

Os membros dos grupos dirigentes que eram favoráveis ao início de uma industrialização de maior porte não se contentavam tão somente com os parcos – para os padrões de prosperidade da época – lucros da cafeicultura, comércio ou do *status* transcrito nos dizeres do muro da Estação Ferroviária: "Estação Climatérica".[137]

Como baliza inicial, a historiografia existente destaca a Resolução n.º 4, de 18 de Maio de 1920, que regulamentava os "favores" que deveriam ser dados aos capitalistas que desejassem investir em indústrias na cidade. Realmente, a Resolução n.º 4 foi um marco importante, mas não o único: São José dos Campos, entre os anos de 1911 e 1912, recebeu alguns requerimentos para a concessão de favores por parte da Câmara Municipal à criação de indústrias.

[136] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 15-01-1905, p. 280.
[137] DIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. 09-04-1967, s.p.

Até então, o exemplo mais acabado de um documento que oferecia "favores" por parte da municipalidade de São José dos Campos a investidores, foi o que concedia a Monteiro Lobato o direito de explorar um hotel-sanatório na cidade. Esses grupos dirigentes joseenses estavam tão desejosos de conseguir novos recursos para a cidade, que começaram a aprovar todos os pedidos de "favores" feitos por capitalistas para criarem indústrias no Município:

> Ata da sessão ordinária do dia 30 de Setembro de 1912.
>
> Presidência do Coronel José Monteiro
>
> Expediente (...)
>
> Requerimento do Dr. Arthur Hanson, pedindo a concessão de favores para o estabelecimento de uma fábrica de automóveis nesta cidade. (...)[138]
>
> Também em discussão única foi aprovado o parecer das Comissões de Fazenda e Contas e Obras Públicas e Viação, opinando pela concessão de favores ao Dr. Arthur E. Hanson, para o estabelecimento de uma fábrica de automóveis nesta cidade, de acordo com o projeto de lei que submete à consideração da Câmara e para o qual pede dispensa do interstício regimental afim [sic] de ser votado nas três discussões regimentais (...)[139]
>
> Ata da sessão extraordinária do dia 7 de Outubro de 1912
>
> Presidência do Coronel Monteiro Ferreira
>
> Expediente
>
> Requerimento de Conceição & Mello, firma comercial com sede em Paris, solicitando a concessão de favores para o

[138] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 30-09-1912, p. 31.
[139] Idem, Ata da sessão ordinária de 30-09-1912, p. 31.

> estabelecimento de uma fábrica de laticínios nesta cidade. À Comissão de Fazenda e Contas. (...)[140]
>
> Nas três discussões regimentais foi aprovado o projeto da Comissão de Fazenda e Contas, concedendo favores à firma Conceição & Mello, para o estabelecimento de uma fábrica e usina central de laticínios nesta cidade. (...)[141]

Portanto, havia a expectativa quanto à instalação de uma fábrica de automóveis e de uma fábrica de laticínios em São José dos Campos anterior a 1920. A fábrica de laticínios estabelecida por uma firma comercial sediada em Paris é exemplo da transformação de importadores em fabricantes.[142]

Ambas as experiências da criação das fábricas de automóveis e de laticínios não foram levadas adiante. Os motivos não estão claramente expressos, mas acreditamos que não foi possível o investimento de capitais na cidade por absoluta falta dos mesmos. De 1913 a 1919 a Câmara Municipal de São José dos Campos não inclui na pauta de seu "Expediente" ou coloca na "Ordem do Dia" discussões sobre concessão de favores a indústrias.

Outros capitalistas tentavam obter favores da Prefeitura de São José dos Campos para criarem suas indústrias. De 1922 a maio de 1925 vários interessados fizeram requerimentos à Câmara Municipal para pedirem isenções de impostos municipais, além da doação de terrenos para fábricas como a de gelo, tecidos, laticínios, meias e vassouras.[143] A Comissão de Finanças e Justiça quase invariavelmente aprovava tais requerimentos; entretanto, o vereador – e também prefeito – Coronel João Cursino criou um projeto de lei que regulamentava os favores que deveriam ser dados à criação de novas indústrias:

---

[140] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Ata da sessão extraordinária de 07-10-1912, p. 31.
[141] Idem, p. 32.
[142] Cf. DEAN, W. A industrialização de São Paulo (1880-1945).
[143] Cf. Atas da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (15.03.1909 a 17.06.1929).

Ata da sessão ordinária do dia 15 de Maio de 1925

Presidência do Snr. Dr. Nélson d'Ávila

Secretário Snr. Bernardes Ferreira

Expediente

Parecer da mesma Comissão manifestando-se favorável ao projeto de lei regulando a concessão de favores às indústrias que se fundarem neste município.

A Câmara Municipal de São José dos Campos, decreta:

Artigo 1.º A concessão de favores da municipalidade aos estabelecimentos fabris que se instalarem no município, somente poderá ser feita mediante as condições estipuladas nesta lei:

§ 1.º Quando o estabelecimento empregar efetivamente nos seus serviços o mínimo de dez operários, gozará de isenção do imposto de indústria e profissão, pelo prazo de um ano, bem assim terá gratuitamente o uso de uma pena d'água [sic] e uma ligação de esgotos durante um ano, caso funcione em prédio próprio pertencente ao dono do estabelecimento.

§ 2.º Empregando vinte operários efetivos, as concessões serão pelo prazo de dois anos. Empregando trinta operários, a isenção será de três anos, e assim sucessivamente, de cada dez operários, um ano a mais no prazo da concessão, até o máximo de 100 operários, em que a concessão será por dez anos, não havendo prazo maior e nem prorrogação daí por diante.

Artigo 2.º No cômputo do número de operários, para os efeitos da concessão, não serão tomados em consideração

> menores, cuja admissão nas fábricas é regulada pelo Código Sanitário do Estado, em seus artigos 211 a 213.
>
> Artigo 3.º Os prazos de concessão começarão a correr da data de inauguração dos respectivos estabelecimentos fabris ou industriais, caducando a concessão todas as vezes que houver infração das exigências desta lei, concessões que serão reguladas em contrato quanto ao prazo para funcionamento dos estabelecimentos por eles beneficiados.
>
> Artigo 4.º Fora das concessões estabelecidas nesta lei, nenhum favor será concedido pela municipalidade para a fundação de estabelecimentos fabris ou industriais.
>
> Artigo 5.º A municipalidade pela sua prefeitura ficará com o direito de fiscalização sobre os estabelecimentos que gozarem de isenção nos termos desta lei, no sentido de ser feita a verificação do número de operários efetivamente em serviço.
>
> Artigo 6.º As concessões anteriores que, no prazo de um ano, contado da data desta lei não se efetivarem concretamente, serão declaradas caducas.
>
> Artigo 7.º Revogam-se as disposições em contrário. (...)[144]

O artigo 2.º do Decreto expressa que menores não eram levados em consideração em relação à contagem de operários de um estabelecimento. Os salários dos jovens eram de menor monta em relação a homens e mulheres. Portanto, algum industrial, consciente de tal contexto, poderia empregar poucos homens e mulheres, priorizando a exploração da mão-de-obra juvenil. O legislador, prevendo tal situação no ato do pedido de concessões junto à Câmara Municipal, registrou tal proibição.

Portanto, a importância e a existência de um contingente considerável de menores disponíveis como mão-de-obra em São José dos Campos está devidamente documentada. Os

jovens estavam presentes como operários nas Fábricas, porém, não deveriam ser maioria numa cidade que necessitava empregar mulheres e homens ociosos.

Depois deste Projeto de Lei, em Setembro de 1925, a Sociedade Anônima Tecelagem Pararyba requereu isenção e favores da Prefeitura, tendo o seu requerimento atendido. A Fábrica instalou-se atrás da nova estação férrea de São José dos Campos, mais distante do Centro. A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", que anteriormente instalara-se próxima à anterior estação, prejudicou-se com a mudança, pois os produtos da Fábrica poderiam ser diretamente levados através de trilhos instalados no interior dos terrenos fabris para os trens parados na Estação.

Em julho de 1927, as Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo (IRFM) requereram favores para instalarem-se em São José dos Campos:

> Ata da sessão ordinária do dia 15 de Julho de 1927
> Presidência do Snr. Coronel Prisco da Cunha
> 1.º Secretário Snr. Bernardes Ferreira
>
> Requerimento da Sociedade Anônima Indústrias Reunidas F. Matarazzo, pedindo a concessão de favores para o estabelecimento nesta cidade, "de uma fábrica para o aproveitamento dos tubérculos em geral, e particularmente da raiz da mandioca."[145]

Um dos pressupostos básicos de uma fábrica de produção tradicional é ter facilidades no acesso à matéria-prima. Numa terra cansada como a de São José dos Campos, o plantio de mandioca – que não é nada exigente na qualidade das terras onde vegeta – certamente geraria

---

[144] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 15.05.1925, pp. 156-158.
[145] Idem, Ata da sessão ordinária de 15.07.1927, p. 180.

muitos lucros ao Conde Francesco Matarazzo. Parecia que os sonhos dourados do grupo dirigente realizavam-se, ou seja, fábricas que gerassem impostos à municipalidade:

> Ata da sessão ordinária do dia 15 de Agosto de 1927
> Presidência do Snr. Coronel Prisco da Cunha
> 1.º Secretário Snr. Bernardes Ferreira
>
> Parecer n.º 26/1927, da Comissão de Finanças e Justiça:
> A Comissão de Finanças e Justiça, tomando conhecimento do pedido constante do requerimento das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, e considerando que, o progresso da cidade depende em grande parte do desenvolvimento industrial, principalmente da instalação de fábricas que venham se utilizar de matérias-primas produzidas no município, vindo trazer também o aproveitamento de terras presentemente incultas e que, cultivadas trarão um aumento da riqueza pública, dando, portanto, trabalho, não só a operários que se localizarão na cidade como a trabalhadores rurais; considerando mais que, é de grande vantagem para a cidade o emprego de grandes capitais em edificações de valor como projetam os adiantados diretores da requerente, industriais de comprovada competência, é de parecer que seja concedida a isenção solicitada, por dez anos, de acordo com o que se pede. Sala das Sessões, 15 de Agosto de 1927.[146]

As Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo (IRFM) se instalaram em São José dos Campos apenas em 1962. Portanto, é parcialmente correta a afirmação do arquiteto e historiador Ademir Pereira dos Santos quando afirma: "Data de 1958 o pedido para se aprovar

[146] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 15-08-1927, p. 182.

a ‘construção de uma fábrica’ do grupo Matarazzo junto à municipalidade.”[147] O que o historiador não consultou foi o pedido anteriormente feito na década de 20. Não temos elementos para afirmar as razões pelas quais as IRFM não se instalaram em São José dos Campos na década de 20. O apoio dos grupos dirigentes joseenses, certamente, não faltou.

A Câmara Municipal de São José dos Campos restringiu, em muitos aspectos, a criação de pequenas indústrias. Para começar a ter direitos a isenções diversas, o proprietário da pequena indústria já deveria ser dono de um prédio próprio, e também de seu respectivo terreno, e deveria empregar no mínimo dez funcionários, perfazendo uma imobilização de capitais em número considerável.

Os grupos dirigentes de São José dos Campos estavam desejosos de possuírem novas formas de renda, de preferência em atividades que empregassem muitas pessoas, tanto nas cidades, quanto nos campos. Entretanto, esses grupos não desejavam que a cidade ficasse repleta de pequenas fábricas, que gerassem poucas rendas e poluíssem de forma demasiada os “bons ares” da cidade. A Câmara Municipal concedia vantagens, mas só para os capitalistas que tivessem como investir vastos recursos em suas fábricas, ou àqueles que tivessem relações de compadrio e/ou amistosidade com esse mesmo grupo dirigente.

Portanto, foi um italiano, Eugênio Bonadio, o primeiro industrial de porte de São José dos Campos, e se o mesmo conseguiu usufruir das isenções que o próprio grupo dirigente criara para si próprio, é porque teve condições de convencer o próprio Prefeito da cidade de que a Fábrica de Louças geraria o que o grupo dirigente tanto desejava: rendas, além da oportunidade de utilizar a mão-de-obra ociosa da cidade. O contato inicial entre a Câmara Municipal e o ceramista italiano ocorrera por intermédio de Isolina Mascarenhas, sobrinha do Prefeito.[148]

[147] SANTOS, A. P. dos. Arquitetura Industrial, p. 202.
[148] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, 188.

Em resumo, no período em que a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" funcionou em São José dos Campos, esta cidade transformou-se de Estância Climatérica e de Repouso (Decreto Estadual n.º 7007, de 12 de março de 1935) e de Estância Hidromineral Natural (Lei Estadual n.º 1, de 18 de setembro de 1947),[149] em uma espécie de "Estância Industrial", conforme citado por um jornalista de O Valeparaibano.[150] Esse processo foi acompanhado de três legislações encetadas pela Prefeitura Municipal sobre incentivos fiscais para as indústrias: a primeira, a Resolução n.º 4 de 18 de maio de 1920, do Cel. João Alves da Silva Cursino; a segunda, a Lei n.º 155, de 14 de abril de 1952, promulgada pelo prefeito Benoit de Almeida Victoretti, e finalmente a Lei n.º 1535, de 06 de janeiro de 1970, do prefeito Elmano Ferreira Veloso.

Os prefeitos Benoit e Veloso tinham os títulos oficiais outorgados pelo Governo Estadual de, respectivamente, "Prefeito Sanitário" e "Prefeito de Estância", e governaram em épocas em que o Governador do Estado indicava diretamente o prefeito da cidade de São José dos Campos.

Antes de 1950, São José dos Campos possuía algumas indústrias de porte médio e duas grandes, a Tecelagem Parahyba e a Rhodosá de Rayon:

Tabela 1 – Nome, Localização e Fundação das Fábricas em São José dos Campos
Período: 1921-1946

	Fábrica	Localização	Fundação
1.	Fábrica de Louças "Santo Eugênio"	Centro	1921
2.	Cerâmica Santa Lúcia (Becker)	Putim	1922
3.	Tecelagem Parahyba	Vila Maria	1925
4.	Cerâmica Conrado Bonadio, depois Louças Paraíba S.A.	Santana	1935
5.	Cooperativa Central de Laticínios	Centro	1935
6.	Cerâmica Weiss	Centro e Santana	1942
7.	Laticínios Vigor	Vila Ema	1943
8.	Cia. Rhodosá de Rayon, depois Rhodia	Santana	1946

[149] ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. XXX volume. Rio de Janeiro, 1958.
[150] O VALEPARAIBANO, 12.12.1974, s.p.

Fonte: Prefeitura da Estância de São José dos Campos. A ampliação da Via Dutra e São José dos Campos, dezembro de 1975, s.p. Tabela Adaptada.

Das indústrias listadas acima, duas delas, a Cooperativa Central de Laticínios e a Laticínios Vigor atestam a grande disponibilidade de gado leiteiro na região para o beneficiamento do leite. A produção servia para o mercado local e poderia facilmente ser despachada, tanto pela Rodovia Presidente Dutra, quanto pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

A Laticínios Vigor fechou em 2001; a Cia. Central de Laticínios existe até os presentes dias, com funcionamento no mesmo endereço. Ambas marcaram o período em que São José dos Campos diversificou a sua produção no campo, através da pecuária, herança dos tempos de "pindaíba" joseense. Leite e derivados encontravam mercado seguro nos sítios urbanos, com a progressiva urbanização não só do Vale do Paraíba, mas de regiões circunvizinhas, primeiro atingidas pela Estrada de Ferro Central do Brasil, depois pela Rodovia Presidente Dutra:

> O leite produzido pela região e transportado para São Paulo pela Estrada de Ferro Central do Brasil fez surgir o "trem leiteiro", que, partindo de Queluz e Cruzeiro, atravessava todo o Vale do Paraíba, com os vagões refrigerados com pedras de gelo.[151]

É importante destacar que, mesmo nos períodos em que São José dos Campos definitivamente especializava-se como cidade industrial, o seu passado agropecuário não era esquecido: "O processamento de 162.000 quilos de leite por dia [na década de 70] demonstra

[151] DEPOIMENTO de Lauro Gilberto PEREIRA in RUFFATO, L. Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba, p. 44.

que o parque industrial não prejudicou em nada as características agro-pecuárias do município."[152]

Além da pecuária, agricultura e comércio, a indústria encontrava em São José dos Campos lugar propício para o seu desenvolvimento. A Rhodosá de Rayon, fundada em 1946, que sozinha chegou a recolher, na década de 50, "mais imposto de renda que duas vezes o município de Taubaté, até então líder da região",[153] provocou mudanças no custo de vida da cidade: "Apitam as fábricas, correm os ônibus especiais, surgem louros habitantes, elevando os preços, oferecendo aluguéis astronômicos."[154] Léa Francesconi, na década de 70, também aponta o elevado custo de vida joseense.[155]

São José dos Campos estava em plena mudança, inclusive das condições de vida. Os aluguéis aumentaram consideravelmente. Por outro lado, havia um decréscimo na vinda de doentes tuberculosos para a cidade: novas formas de tratamento à doença surgiram, tais como a utilização da penicilina. Os "bons ares" de São José dos Campos estavam prontos para receber cada vez mais emanações das chaminés industriais.

Desfrutando as grandes rendas de fábricas como a Rhodosá de Rayon, e assistindo ao declínio de sua anterior função sanatorial, São José dos Campos toma o rumo da industrialização, em nome de uma maior arrecadação de recursos. Em 1952, o Prefeito Benoit de Almeida Victoretti, um "forasteiro", pois, como foi dito, o Prefeito Sanitário era indicado pelo Governador, sanciona a Lei n.º 155, de 14 de Abril.[156]

A partir desta Lei, em 1952, tem início um novo período na história da industrialização joseense. Afinal, a paisagem e o direcionamento econômico da cidade mudaram radicalmente: fábricas de vinte ou mais operários passaram a ter várias isenções. Estas isenções, mais a privilegiada situação geográfica da cidade entre os dois maiores centros urbanos brasileiros,

---

[152] PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Os Campos de São José (encarte), s.d., s.p.
[153] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 170.
[154] Idem, ibid.
[155] FRANCESCONI, L. A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares, p. 76.

São Paulo e Rio de Janeiro, a facilidade de acesso pela Rodovia Presidente Dutra e a existência de energia elétrica farta e relativamente barata, possibilitaram um *boom* na implantação de indústrias na cidade.

1.4. Desenvolvimento da industrialização joseense (1952-1973)

Em 1958, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros informava quais eram os principais produtos de São José dos Campos, de acordo com a tabela a seguir:[157]

Tabela 2 – Volume e valor dos cinco principais produtos de São José dos Campos
Período: 1956

Produto	Unidade	Volume	Valor (Cr$)
Raion	Quilo	6 000 000	380 000 000
Cobertores	Cada	4 200 000	250 000 000
Louças em geral	Quilo	3 000 000	215 000 000
Leite	Litro	20 000 000	90 000 000
Arroz	Saco 60 kg	125 000	56 250 000

Dados: ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros – IBGE, p. 194.

Observemos que a produção de grandes indústrias multinacionais que se instalaram em São José dos Campos de 1952 a 1958 não entrou na tabela acima. Era um período em que algumas multinacionais, tais como a Johnson & Johnson, Ericsson e General Motors estavam se estruturando, construindo galpões, contratando mão-de-obra especializada ou não, treinando os trabalhadores.

Na Tabela anterior foi contabilizada a produção das três principais indústrias que fabricavam artigos de louça de São José dos Campos, todas elas oriundas da família Bonadio. Por dissensões internas familiares, o filho mais velho de Eugênio Bonadio, Conrado, fundou a sua própria fábrica em 1935, a "Conrado Bonadio S.A.". Dados sobre esta fábrica ainda estão

[156] Texto da lei disponível nos Anexos desta Dissertação.
[157] ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. IBGE. XXX volume, p. 194.

para serem pesquisados – acreditamos que ela tenha encerrado suas atividades por volta de 1963, com a denominação de "Louças Paraíba S.A.".

A Cerâmica Weiss também surgiu de dissensões familiares, em 1942. Uma característica importante da Weiss é que esta se especializou em objetos de adorno, sob a direção criativa de Ines Weiss. A produção chegou a ser exportada para os Estados Unidos e Europa. Com a descoberta de novas matérias-primas, tais como plásticos diversos, a partir da década de 50, a produção de adornos de cerâmica passou a ser anti-econômica em muitos aspectos, fazendo a fábrica falir em 1995.

A falência da Cerâmica Weiss registra o fim da presença da produção, em grande escala, de artigos de cerâmica, que havia possibilitado o início da industrialização da cidade. Empresas que possuíam métodos de produção ainda semi-artesanais tiveram a alternativa de adaptar-se aos sabores do público consumidor ou cerrar suas portas. A Cerâmica Weiss, contando inúmeras dívidas com credores, teve que capitular.

A família Bonadio possuía dissensões, mas isso não impedia que vários de seus membros conseguissem lucros consideráveis com bens de raiz, a partir da década de 40:

> ...durante a [II] guerra, Antônio Cará, genro de Eugênio [Bonadio], conta, em mesa do Bar Paulistano, a grande novidade: como os lucros da cerâmica eram altos, resolveram seus diretores adquirir uma imensa fazenda, dos Domingues de Vasconcelos, que ia das ribas do [riacho] Serimbura até, quase, o [bairro do] Rio Comprido. Terra a não acabar mais, excelente para o plantio de eucaliptos, com o que pretendiam os ceramistas alimentar os fornos da fábrica. Tudo foi adquirido por preço de banana, pagamento em dois anos, com prestações semestrais. E os primeiros eucaliptos surgiram

> pondo o seu verde ondulante na paisagem árida da antiga fazenda.

A fazenda foi comprada de aparentados de José Domingues de Vasconcelos, ex-prefeito e ex-vereador de São José dos Campos, o mesmo que se empenhou sobremaneira na criação de uma Lei de incentivos para a industrialização da cidade. Eucaliptos não são exigentes na qualidade das terras onde estão plantados, portanto, o aproveitamento das terras poderia ser otimizado. A fazenda, denominada posteriormente "Sant'Anna" em homenagem a Anna Bonadio, foi dividida em duas partes pela passagem da Rodovia Presidente Dutra.

A passagem da Rodovia Presidente Dutra na Fazenda Sant'Anna valorizou de tal maneira as terras que a Alpargatas, desejosa de instalar-se na cidade, comprou da família 14 alqueires "por um preço duzentas ou mais vezes maior que o pago por toda a fazenda".[158] A Alpargatas instalou-se em São José dos Campos em 1960.

Os herdeiros da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" perceberam que poderiam ter lucros com o crescimento da população da cidade. A venda dos quatorze alqueires para a Alpargatas foi acompanhada, por parte dos herdeiros da família Bonadio, do loteamento de terras situadas próximas à futura fábrica, objetivando atender a grande demanda dos operários que trabalhariam na Alpargatas. O pedido junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos para a autorização da abertura do loteamento – posteriormente denominado "Satélite" data de 1958.[159]

Posteriormente, a família loteou outra parte da antiga Fazenda Sant'Anna, o que gerou o bairro batizado como "Bosque dos Eucaliptos", na década de 70. Os lucros oriundos do loteamento das terras da Fazenda foram investidos por membros da família Bonadio nos mais variados empreendimentos, inclusive na própria Fábrica, acreditamos.

---

[158] BONDESAN, A. São José de Ontem e de Hoje, p. 123.
[159] APM-SJC, Lista de documentos técnicos – exercício, s.p.

As indústrias – e os empregos – eram elementos que atraíam a mão-de-obra pouco especializada de várias regiões do Brasil para São José dos Campos, o que assegurava o sucesso dos loteamentos. Naturalmente, a propaganda dos jornais registrava esta tendência: "Cidade do Futuro Morumbi: [um grande bairro de São José dos Campos] 25 Fábricas ao redor".[160] A industrialização joseense trouxe consigo um grande crescimento urbano, muitas vezes desordenado: novos loteamentos não tinham água encanada, rede de esgotos, calçamento.

Nas décadas de 50 e 60, São José dos Campos recebeu boa parte de suas principais indústrias. Estas décadas significaram o ocaso do tratamento da tuberculose na cidade, a qual possuía cada vez mais características de centro industrial: "São José [dos Campos], que se preparava para ser estação de cura, na verdade se preparou para receber o surto industrial de 1951, conseqüente da abertura da via Dutra."[161]

O acesso rodoviário para a cidade foi extremamente melhorado em 1951, quando foi inaugurada a Rodovia Presidente Dutra, opção mais moderna, além da depois denominada Estrada "Velha" Rio-São Paulo, para interligar as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, fator que incentivou a instalação de novas indústrias em São José dos Campos:

> A Dutra encurtou em cem quilômetros o trajeto [entre São Paulo e Rio de Janeiro], baixou o custo operacional, injetou sangue novo no Vale do Paraíba (...) A Dutra foi uma libertação, (...) pois estávamos, até então, num grande atraso, em relação à nada adiantada América do Sul... (...) A cidade [São José dos Campos] começou a crescer com botas de sete léguas e teve a felicidade de contar com prefeitos à altura da

[160] DIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 09.07.1964, s.p.
[161] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 40.

> situação, como Benoit de Almeida Victoretti e Elmano Ferreira Veloso.[162]

Outro elemento fundamental para a multiplicação de fábricas em São José dos Campos foi a criação e instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), hoje Comando Técnico Aeroespacial, em 1950, através de uma doação por parte da Municipalidade de 500 alqueires à Aeronáutica. A disputa foi renhida para sediar o CTA, pois outras cidades paulistas, Campinas, Rio Claro e Pirassununga disputaram este privilégio.[163] São José dos Campos possuía importantes trunfos: situação geográfica privilegiada no eixo Rio-São Paulo, centro industrial brasileiro; a Rodovia Presidente Dutra estava sendo construída, portanto, os acessos por via terrestre seriam melhores; havia energia elétrica abundante.[164]

Como afirmou o escritor Ignácio de Loyola Brandão,

> (...) a implantação do CTA foi um passo essencial para destruir o conceito de 'cidades mortas do Paraíba', que por décadas funcionou como estigma. São José se tornou a cidade mais importante da região, gerando um surto migratório e promovendo o processo de descentralização industrial ao longo do eixo da Dutra.[165]

Na década de 90, o brigadeiro Tiago Ribeiro afirmava: "Quando o CTA chegou a São José, a cidade era basicamente um centro de tratamento de tuberculose com duas ou três fábricas".[166] Logo após a fundação do CTA as atividades do ITA (Instituto Técnico Aeroespacial) iniciaram-se, com a vinda, em 1951, dos primeiros alunos.[167] Vinte e cinco

[162] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 169.
[163] Idem, ibid., p. 177 ; BONDESAN, A. São José de Ontem e Hoje, p. 111.
[164] Idem, São José em Quatro Tempos, p. 177.
[165] BRANDÃO, I. de L. Dutra 50 anos: quatro séculos em cinco horas, p.104.
[166] ENTREVISTA dada pelo brigadeiro Tiago RIBEIRO ao jornal O Valeparaibano, 03.02.2002, p. 5.
[167] BONDESAN, Altino. São José em Quatro Tempos, p. 177.

anos depois, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em uma de suas publicações oficiais, constatava: "1950 – São José dos Campos, pequena cidade de 26.000 habitantes, desperta da sua sonolenta vida de estância climática para o início de um processo de desenvolvimento industrial sem precedentes."[168]

Segundo Altino Bondesan, na época correspondente do jornal "O Estado de São Paulo" em São José dos Campos,

> Sem o CTA não teríamos o nosso atual surto industrial, [1967] ou o conseguiríamos a longo tempo e com maiores dificuldades. Sem a sua assistência, o seu pessoal altamente especializado, sua aparelhagem, tudo seria mais penoso. (...) Daí o carinho com que os industriais brasileiros olham o CTA (...).[169]

Outros dois elementos que diversificaram a produção industrial da cidade, dessa feita, levando São José dos Campos para o desenvolvimento da tecnologia aeroespacial foi a criação do CNAE, em 1961, atual INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e da EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.), que era uma estatal, em 1969.

Em 1967, nas comemorações do bi-centenário da elevação da antiga Vila para cidade, a revista "O Cruzeiro", em reportagem sobre a cidade, informava que em 1960, São José dos Campos tinha 72 fábricas. Em 1967, já possuía 160.[170] E constatava, não sem um grande exagero: "São José dos Campos já tem foros de metrópole."[171]; "São José dos Campos: dois séculos de progresso e cultura".[172] E a revista complementava:

---

[168] PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. A ampliação da Via Dutra e São José dos Campos, dezembro de 1975.
[169] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 182.
[170] O CRUZEIRO, 11.11.1967, p. 76.
[171] Idem, p. 75.
[172] Idem, p. 74.

> Festejando duzentos anos de fundação neste ano de 1967, São José dos Campos se apresenta como um dos mais prósperos municípios de São Paulo. Seus maiores testemunhos: o surto industrial de alto nível tecnológico que disparou ali nos últimos cinco anos e o elevado índice cultural que a Cidade do Desenvolvimento expressa em seu bicentenário.[173] (p. 76)

Em 1975, a Prefeitura de São José dos Campos arrolou em tabela as principais fabricas que foram implantadas na cidade, enfatizando a Rodovia Presidente Dutra como eixo de instalações fabris, situadas ao longo de seu percurso, no caso, do Km 300 ao Km 332:[174]

Tabela 3 – Nome, Localização e Fundação das Fábricas em São José dos Campos (1952-1973)

	Fábrica	Altura Rod. Pres. Dutra	Fundação
1.	Johnson & Johnson	Km 325	1952
2.	Ericsson	Km 300	1954
3.	Neiva	Acesso Km 318	1954
4.	Kanebo	Acesso Km 332	1956
5.	General Motors	Km 312	1957
6.	Bendix (Bundy)	Km 308	1957
7.	Eaton	Km 324	1957
8.	Alpargatas	Km 321	1960
9.	Fi-El	Acesso Km 324	1961
10.	Tecnasa	Marginal A9 103	1962
11.	Aerotec	Acesso Km 318	1963
12.	Amplimatic	Km 300	1964
13.	Avibrás	Acesso Km 318	1965
14.	EMBRAER	Acesso Km 318	1969
15.	Matsushita (Panasonic)	Km 305	1970
16.	Concretex	Km 329	1971
17.	Kodak	Km 325	1972
18.	Ibrape (Philips)	Km 327	1973
19.	Hitachi	Km 309	1973

[173] O CRUZEIRO, 11.11.1967, p. 76.
[174] PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. A ampliação da Via Dutra e São José dos Campos, dez/1975, s.p. Tabela Adaptada.

20.	Engesa	Km 305	1973

Fonte: Prefeitura da Estância de São José dos Campos, s.p. Tabela Adaptada.

A importância do eixo de orientação de instalação das indústrias é tão grande no caso joseense que a única empresa de porte que se instalou, no período 1950-1973, fora dos limites próximos à Rodovia Presidente Dutra foram as Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo (IFRM), instalada na Estrada do Jaguari, num ponto relativamente afastado da Rodovia Rio-São Paulo, em 1962.

Elmano Ferreira Veloso, que ocupou a Prefeitura por 12 anos, em vários mandatos, resolveu, em seu último período de governo, no início de 1970, momento em que São José dos Campos passou a ser considerada, tal como Santos e outras cidades, como cidade de "Segurança Nacional", criar uma nova lei de incentivos para a instalação de indústrias na cidade, a Lei n.º 1535:[175]

Se a Lei n.º 155, de 14 de abril de 1952, determinava o período máximo de isenção de impostos – 15 anos – a indústrias que empregassem mais de 500 operários e investissem capital superior a Cr$ 15.000.000,00, a Lei n.º 1535 era ainda mais flexível: não determinava o capital a ser empregado, nem o tamanho da indústria a se instalar na cidade. Bastava para o capitalista comprovar alguns pontos que eram suficientes para a municipalidade – viabilidade do projeto, compra do terreno, registro e projeto da indústria devidamente aprovado, para obter isenção de vários impostos por 10 anos.

A Lei n.º 1535 favorecia, portanto, tanto o pequeno quanto o grande industrial. Esta Lei foi uma das últimas sancionadas pelo Prefeito Elmano Ferreira Veloso, que foi substituído pelo Coronel da Aeronáutica Sérgio Sobral de Oliveira. Este prefeito, pela multiplicidade de atos que encetou durante a administração da cidade, é tido como o grande impulsionador da industrialização joseense na década de 70.

[175] Texto da Lei disponível nos Anexos desta Dissertação.

No entanto, o início da gestão Sobral, que se auto-denominava "Brigadeiro", foi marcada por tentativas de impedir a cessão de favores a indústrias em São José dos Campos. Em 7 de julho de 1970, através da Lei n.º 1561, Sobral revoga a Lei n.º 1535. No ano seguinte Sobral tornava-se Presidente do CODIVAP – Consórcio do Desenvolvimento do Vale do Paraíba, sendo um dos mentores de sua fundação. Em uma publicação do CODIVAP, publicada em 1972, a parte que versa sobre a industrialização de São José dos Campos é clara:

> *A Prefeitura deseja, no momento, desencorajar a instalação de novas indústrias de porte.* [grifo nosso] Há problemas de infra-estrutura carente que são agravados com o crescimento anual de 9,1%.[176]

Se para o ex-prefeito Elmano Ferreira Veloso, a prioridade absoluta era conseguir a instalação de indústrias no município, oferecendo grandes incentivos fiscais, para o governo Sérgio Sobral de Oliveira era mais importante cuidar da infraestrutura do Município, que não comportava o grande acréscimo de população e a necessidade de atendimento de toda essa massa nas áreas da educação, saúde, moradia, entre outros aspectos.

Entretanto, a economia brasileira vivia em plena época do chamado "milagre". A industrialização, após um período de recessão entre 1961 e 1967, passava a se recuperar. Os investimentos de capitais estrangeiros se tornaram massivos em vários ramos de indústria.[177] No Estado de São Paulo, o Governo Laudo Natel trabalhava a questão da "interiorização do desenvolvimento":[178] a cidade de São Paulo estava saturada de indústrias. Estava em primeiro plano a intenção do Governo Estadual de promover essa interiorização através do eixo da "Via Dutra em direção ao Vale do Paraíba."[179]

---

[176] CODIVAP – Caracterização do Conhecimento do Vale do Paraíba – 1971, p. 116.
[177] Cf. BRESSER PEREIRA, Desenvolvimento e Crise no Brasil, e SINGER, Paul, A Crise do "Milagre".
[178] Idem, ibid.
[179] NEGRI, B. "As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985", p. 14.

Tal *boom* industrial foi acompanhado por insuficientes investimentos públicos municipais na década de 70 em São José dos Campos. A maioria das obras não beneficiava diretamente os novos loteamentos que surgiam continuamente na cidade – era onipresente um desencanto de setores da sociedade joseense com aquele contexto de crescimento industrial, tal como foi documentado pelo jornal "O Estado de S. Paulo": "uma cidade pequena com problemas de cidade grande".[180] Na mesma reportagem, a afirmação de um dos mais influentes assessores municipais da cidade, cujo nome não foi revelado, também é emblemática: "Todo progresso econômico sempre traz uma parcela de regresso social".[181]

Sobral, mesmo enfatizando que São José dos Campos deveria cuidar de sua infraestrutura, decidiu atrair novas indústrias à cidade, através da utilização de propaganda: um panfleto bilíngüe foi publicado para divulgação nacional, com o título de "Os Campos de São José/The Fields of São José", que situavam o local como um autêntico paraíso para as indústrias:

> O custo médio do transporte rodoviário para São Paulo, Rio, São Sebastião e Viracopos é de somente Cr$ 0,20 (vinte centavos) por tonelada/quilômetro." (...) "Quem chega já encontra o terreno preparado (...) "O campo industrial já está planejado com reserva legal de faixas de terra ao longo das rodovias para uso exclusivo de indústrias. (...) A energia necessária está pronta para ser ligada. (...) Material humano é outra coisa que não falta. (...) Salienta-se o Instituto Tecnológico da Aeronáutica que proporciona cursos de engenharia até o grau de Ph.D. (...) "O que a indústria consome de água dá e sobra (...)[182]

[180] O ESTADO DE SÃO PAULO, 02.07.1978, s.p.
[181] Idem, ibid.
[182] PANFLETO da PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Os Campos de São José, s.p., s.d.

Mesmo com tantos argumentos para os capitalistas, custo baixo de transporte, acesso fácil a portos e aeroportos, existência de terrenos industriais, energia elétrica, possibilidade de assessoria do Instituto Técnico Aeroespacial (ITA), grande quantidade de água e existência de mão-de-obra farta, São José dos Campos ainda estava presa ao seu passado de "Estância Climática", numa frase expressa no panfleto bilíngüe: "UMA ESTÂNCIA INDUSTRIAL – É de destacar a importância das medidas adotadas para que São José dos Campos se transforme num grande centro industrial sem perder suas excelentes condições naturais de estância climática."[183]

Mesmo com explícitas referências à atração de capitais advindos da indústria, a cidade ainda apregoava a "pureza" de seus ares:

> Para os que examinam o progresso que a cidade de São José dos Campos vem conhecendo o aspecto que mais se destaca é o fato da sua expansão econômica ter se efetuado sem o sacrifício do sentido humano que caracteriza as cidades do interior. São José dos Campos que viu dobrar sua população nos últimos quatro anos, que assistiu a multiplicação de suas indústrias, é uma cidade sem problema de poluição de tal forma que aqueles que acompanham o seu desenvolvimento costumam dizer que São José dos Campos se transformou de estância climática em "estância industrial".[184]

Se antes o prefeito Sobral revogava leis de incentivo à indústria, por outro lado, promulgava outras leis que previam benefícios para a implantação de novas indústrias. Uma delas, a Lei n.º 1624, previa a ocupação, dentro de novos loteamentos, de áreas que seriam

[183] PANFLETO da PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Os Campos de São José, s.p., s.d.
[184] O VALEPARAIBANO, 12.12.1974, s.p.

doadas à edificação de templos religiosos, em prol, caso necessário, para posterior uso industrial:

> Artigo 1.º: As áreas reservadas em loteamentos para a edificação de templos de qualquer culto poderão também ser utilizadas para fins industriais ou outras atividades que se enquadram nas diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município.[185]

A questão do zoneamento industrial encontrava eco nas preocupações de Sobral para a industrialização da cidade. Se o panfleto "Os Campos de São José" indicava que "o campo industrial já est[ava] planejado com reserva legal de faixas de terra ao longo das rodovias para uso exclusivo de indústrias",[186] por outro lado, parte da Lei Municipal n.º 1606 previa:

> Artigo 7.º
>
> §2.º - A Prefeitura Municipal indicará a localização das indústrias nocivas e/ou perigosas, preferencialmente em áreas que já possuam infra-estrutura e adequação para esse fim, fora da área de expansão urbana.[187]

Em 1993, Sérgio Sobral de Oliveira, em entrevista concedida ao jornal O Valeparaibano, comentava sobre os seus métodos de atração de indústrias para a cidade:

> Procurava pessoalmente quem queria investir e o convencia de que São José dos Campos era o lugar adequado. Não dava nenhuma isenção. Não havia lei de incentivos. O que se prometia era que a cidade aplicaria seus recursos em

[185] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n.º 1624, de 30.11.1971.
[186] PANFLETO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Os Campos de São José, s.d., s.p.

> qualidade de vida para a população. Isso inspirava confiança, dava garantias ao investimento.[188]

O ex-prefeito Sobral convencia "pessoalmente" capitalistas de que São José dos Campos era o local adequado para investimentos. A qualidade de vida da população foi deixada de lado, em prol de cada vez maiores arrecadações. A confiança dos capitalistas em investir na cidade vinha dos múltiplos esforços que a municipalidade, desde 1920, fazia para atrair indústrias para o município.

Em 1977, através da Lei Estadual n.º 1402, de 05.10.1977, São José dos Campos deixava oficialmente de ser considerada uma "Estância Climática".[189] A lei apenas atestava o que já era uma realidade no município – há muito os "bons ares" da cidade já não serviam mais para o tratamento de tuberculosos.

A década de 70 foi pródiga em oferecer à cidade de São José dos Campos a oportunidade de livrar-se de antigos rótulos. A cidade deixara de ser uma "Estância Climática", apesar de manter, desde a década de 20, os dizeres de seu brasão oficial: *Aura Terrique Generosa*, ou seja, "generosos são a minha terra e os meus ares",[190] e não mais precisava destinar valores consideráveis para a erradicação de formigueiros.[191] Até o Esporte Clube São José, fundado em 13 de Agosto de 1933,[192] que se glorificava de ser a "formiguinha" ou "formigão", mudara o nome para São José Esporte Clube, e o escudo do time para uma engrenagem – parecida com a da bandeira da cidade – e adotara como mascote uma águia.[193]

---

[187] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Lei n.º 1606, de 13.09.1971.
[188] O VALEPARAIBANO, 03.10.1993, s.p.
[189] PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Monografia Estatístico-Corográfica São José dos Campos-SP – 1977, p. 9.
[190] Idem, ibid., p. 7.
[191] CORREIO JOSÉENSE, 30.10.1921, s.p.
[192] SIMÕES, A. Esporte, Formigão e Águia, p. 17.
[193] Idem, ibid., pp. 79-80.

O que era um estigma aceitável em São José dos Campos era possuir um número cada vez maior de indústrias e de pessoal ocupado na cidade:[194]

Tabela 4 – Evolução da Indústria Joseense – Recenseamentos
(1940-1970)

Especificação	1940	1950	1960	1970
Estabelecimentos	45	65	72	284
Pessoas Ocupadas	2034	3515	6003	17 866
Produção Cr$ 1000	19 371	152 982	2 979 106	848 609

Fonte: Monografia Estatístico-Corográfica São José dos Campos-SP, p. 72.

Pairava uma aparente riqueza para a população em geral, com a competente euforia anunciada por manchetes: "Não vai faltar serviço para ninguém: Prefeitura anuncia 49 mil empregos",[195] "Dez novas indústrias representarão 49 mil empregos".[196]

Para obter cada vez mais rendas, desde 1921 São José dos Campos modificava-se economicamente. Em oposto a esse contexto de riqueza, euforia, e de um crescimento aparentemente mais ordenado do que o de outras cidades brasileiras,[197] essa mesma década marcou o fim da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

[194] PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Monografia Estatístico-Corográfica, p. 72.
[195] O VALEPARAIBANO, 22.03.1973, p. 1.
[196] Idem, ibid., p.4.
[197] SUPLICY, E. M. "São José dos Campos e as bicicletas", p. 154.

2. A fábrica

Em 1.920 tempo em que o prefeito era o Cel. João Cursino, o Sr. Bonadio mudou sua fábrica e sua família para a retraída e amena cidade de São José dos Campos.[198]

2.1. Implantação da Fábrica de Louças "Santo Eugênio"

A epígrafe acima considera a mudança da família de Eugênio Bonadio para São José dos Campos como o início de sua história na cidade. Entretanto, nesta Dissertação utilizamos, para fins de discussão, a data de fundação da Fábrica em Agosto de 1921.[199]

Eugênio Bonadio veio para o Brasil no final de 1910,[200] tornou-se pequeno industrial em Pedreira,[201] em parceria com os Irmãos Ricci numa fábrica de louças,[202] e, posteriormente, atuou em Jundiaí.[203] Em 1920, munido de capitais, o ceramista resolveu implantar uma fábrica de louças no Vale do Paraíba, possivelmente atraído pela facilidade no escoamento da produção devido à existência da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A implantação da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" ocorreu, principalmente, devido a três fatores: a existência de uma legislação em São José dos Campos que oferecia "favores" (incentivos de várias espécies, tais como isenção de impostos, doação de terrenos, cessão de água e luz etc.) aos capitalistas para implantarem suas fábricas; a disponibilidade de capitais de Eugênio Bonadio, ceramista italiano, e uma relação de compadrio que foi construída entre o ceramista e um membro específico dos grupos dirigentes de São José dos Campos, o prefeito João Alves da Silva Cursino.

---

[198] APM-SJC, panfleto para a exposição de cerâmicas de ines Bonadio Weiss, caixa 3, "memória".
[199] CORREIO JOSÉENSE, 21-08-1921, s.p.
[200] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 16, env. 1590. No prontuário de Armida Bonadio Jannini, ex-funcionária da Fábrica de Louças e filha de Eugênio Bonadio e Anna Bonadio, consta a sua Carteira de Registro de Estrangeira, que indica a data de 15.12.1910 como a data de sua chegada. Ela contava com 3 anos e 10 dias na ocasião.
[201] APM-SJC, panfleto para a exposição de cerâmicas de Ines Bonadio Weiss, caixa 3, "memória".
[202] SANTOS, A. P. dos. Arquitetura Industrial: São José dos Campos, p. 78.

Esta relação de compadrio pode ser explicada por uma história: o industrial soube dessas isenções em um encontro casual com o Prefeito Cel. João Alves da Silva Cursino, por intermédio de uma sobrinha deste, D. Isolina Mascarenhas,[204] ex-aluna de piano do ceramista,[205] encontro que ocorreu quando este descera na Estação de Trem em São José dos Campos para descansar, após o trem ter quebrado.[206] O destino anterior do ceramista era Pindamonhangaba.[207] Após certificar-se de que o ceramista italiano iria fornecer os meios para São José dos Campos ter uma indústria com utilização de mão-de-obra local e em efetivo funcionamento, o contrato entre a Câmara Municipal e Eugênio Bonadio foi firmado.[208]

Originalmente, a legislação de favores fora criada em São José dos Campos para que os próprios grupos dirigentes pudessem usufruir das mesmas às custas públicas. Em janeiro de 1920, o jornal "O Estado de S. Paulo" noticiava: "O industrial José Domingues de Vasconcellos está tratando da fundação de uma fábrica de tecidos nesta cidade."[209]

José Domingues de Vasconcellos era um ex-prefeito (1906-1908). Provavelmente, por não conseguir capitais suficientes, foi obrigado a abandonar sua veleidade de ser um industrial da área têxtil. No início de março, o Correio Joséense noticiava:

> Fábrica de Papel
>
> Projeta-se nesta cidade a organização de uma Fábrica de Papel e, temos motivos para acreditar, que essa iniciativa será coroada de bom êxito (...)

---

[203] ENTREVISTA com Ana Maria Bonadio Becker (D. Nena), realizada em 21 de Abril de 2006.
[204] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 188.
[205] DEPOIMENTO de Sérgio Adelchi Bonadio Weiss in RUFFATO, L. Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba, p. 73.
[206] Cf. DEPOIMENTO de Sérgio Weiss in RUFFATO, L. Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba.
[207] ENTREVISTA de Sérgio Adelchi Bonadio Weiss (Sérgio Weiss), concedida em 08 de Maio de 2006.
[208] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 20.04.1922.
[209] O ESTADO DE S. PAULO, 11.01.1920, p. 4.

> Aos senhores capitalistas, compete, empregando solidamente os seus capitais, emprestar mão forte a esse empreendimento.[210]

Alguns dias depois, novas notícias sobre a Fábrica de Papel:

> Fábrica de Papel
>
> (...) O capital inicial será 100:000$000, e sabemos que este será realizado com facilidade, pois que, os nossos homens do dinheiro, estão ao que parece, animados (...) esta feliz iniciativa já conta com uma boa parte do capital subscrito pelos Snrs. Dr. Nélson D'Ávila, Padre José Francisco Monteiro, José Antônio de Souza Penna, Cel. João Alves da Silva Cursino.[211]

Cinco dias antes, em 15 de Março de 1920, a Câmara Municipal de São José dos Campos decidira, sob a Presidência do Dr. Nélson D'Ávila, nomear uma comissão para viabilizar a instalação de indústrias na cidade:

> Ata da sessão ordinária do dia 15 de Março de 1920
>
> Presidência do Dr. Nélson D'Ávila
>
> 1.º Secretário Snr. Martins de Alvarenga
>
> À Comissão de Finanças e Justiça
>
> Indicação
>
> Indicação n.º 1, do vereador Vasconcellos, solicitando da Câmara a nomeação de uma comissão especial afim [sic] de estudar os meios mais viáveis de atrair capitalistas e

[210] CORREIO JOSÉENSE, 06.03.1921, s.p.
[211] Idem, 20.03.1921, s.p.

> industriais deste município e de fora, para estabelecerem nesta cidade indústrias fabris.
>
> *Havendo urgência da Câmara deliberar,* [grifo nosso] foi unanimamente escolhida a seguinte comissão: prefeito municipal Tenente Coronel João Alves da Silva Cursino, vereador farmacêutico José Benedicto de Vasconcellos, Tenente Coronel José Benedicto Domingues [Vasconcellos] e Capitão Antônio Bento de Moura, oficiando-se a esses cavalheiros solicitando o seu concurso e para se reunirem na prefeitura em dia e hora previamente designados, afim [sic] de deliberarem sobre tão importante objetivo, ficando deste modo aprovada a indicação referida.[212]

Naturalmente, o envolvimento do Prefeito Municipal, João Alves da Silva Cursino, e do Presidente da Câmara Municipal, Nélson D' Ávila, e de José Domingues Vasconcellos, o pretenso "industrial" da área têxtil, em um empreendimento industrial, não é de se estranhar. Afinal, a urgência de usufruir das concessões oferecidas pela Câmara Municipal era premente – e a necessidade de ter grandes lucros também.

Em Maio, a Câmara discute e aprova o que se tornaria a Resolução n.º 4, de 18 de Maio de 1920:

> Ata da sessão ordinária do dia 15 de Maio de 1920
>
> Presidência do Dr. Nélson D'Ávila
>
> 1.º Secretário Snr. Martins de Alvarenga
>
> Foi lido o minucioso parecer da comissão especial, composta dos vereadores Silva Cursino e Vasconcellos e cidadãos José Domingues de Vasconcellos e Antônio Bento de Moura,

[212] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária do dia 15-03-1920, s.p.

estudando as possibilidade[s] do *surto industrial fabril* [grifo nosso] nesta cidade, mediante certos favores que a municipalidade deve conceder para tão elevado objetivo.

A Câmara recebeu com especial agrado o trabalho da comissão especial, mandando agradecer à mesma, os dedicados esforços para o brilhante desempenho que ela soube imprimir à tarefa que, em boa hora a edilidade lhe confiou, deliberando mais, que o Snr. 1.º Secretário dê as providências recomendadas no referido parecer quanto a mais larga divulgação das vantagens que oferece a nossa cidade para campo industrial, e os favores que a Câmara conceder.

Pelo vereador Vasconcellos, foi apresentado o seguinte projeto de resolução:

Artigo 1.º - Qualquer capitalista ou industrial que estabelecer nesta cidade, ou em suas imediações, uma indústria fabril com capital mínimo de 50:000$000, gozará de isenção de impostos municipais por um prazo que será relativo, não só ao capital empregado, como também ao número de operários que o estabelecimento ocupar.

Artigo 2.º - Se a fábrica a estabelecer-se ocupar um número de operários não inferior a 100, além da isenção de impostos municipais, a Câmara cederá gratuitamente, por longo prazo, o terreno necessário ao estabelecimento e suas dependências, inclusive habitações para operários.

Artigo 3.º - Se o proprietário de uma fábrica de 100 ou mais operários, empregar operários desta cidade e seu município (principalmente mulheres) em número não inferior a um terço de todo o pessoal, a Câmara lhe fará doação do terreno ocupado, logo que se verifique que os operários do lugar se

> achem satisfeitos e tem garantia de permanecer em seus empregos.
>
> Artigo 4.º - Igual doação será feita ao proprietário de qualquer fábrica, cuja matéria-prima for suscetível de ser produzida em larga escala no município.
>
> Artigo 5.º - A fixação dos prazos de isenção de impostos e de cessão temporária gratuita de terreno, será resolvida pela Câmara em cada caso que se apresentar; assim como a doação de terrenos.
>
> Artigo 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.
>
> São José dos Campos, 15 de Maio de 1920.
>
> José Benedicto de Vasconcellos.

Com dispensa de parecer das comissões e de interstício regimental, foi aprovada nos devidos termos, sendo enviada à promulgação.[213] De acordo com a Resolução n.º 4, os principais favores ao capitalista que quisesse investir na cidade seriam: isenções de impostos, doação de terrenos caso a fábrica tivesse mais de cem operários, garantia do oferecimento da construção de habitações para os operários. A fábrica que conseguisse estas concessões teria que possuir um capital superior a cinqüenta contos de réis, empregar no mínimo cem funcionários, e priorizar a utilização da mão-de-obra feminina.[214]

Acreditamos que os grupos dirigentes joseenses estavam preocupados com o número crescente de mulheres e crianças sem recursos mínimos de sobrevivência na cidade. Muitos homens deixavam São José dos Campos pela absoluta escassez de formas de manter a subsistência.[215] Com esse "êxodo de trabalhadores",[216] mulheres e crianças ficavam, muitas vezes, sem recursos suficientes para gerir suas sobrevivências. Daí a necessidade, lembrada

[213] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 15-05-1920, s.p.
[214] Idem., s.p.
[215] CORREIO JOSÉENSE, 15.02.1920, s.p.
[216] Idem, 15.02.1920, s.p.

pelos grupos dirigentes joseenses, de empregar mulheres e crianças que, de outra forma, acabariam fazendo de uma cidade que deveria ser lucrativa – através do tratamento da tuberculose ou de possuir fábricas – uma localidade reles, com mulheres e crianças pauperizadas nas ruas.

A necessidade de obter meios para a sobrevivência transformava estas mulheres e crianças sem auxílio de seus maridos ou pais uma mão-de-obra disponível e suficientemente grande para atrair industriais interessados em oferecer salários cada vez menores aos trabalhadores. Restava agora formas de fazer esta mão-de-obra optar pelo trabalho na fábrica, o que não revelaria dificuldades – não havia muitas formas de se ganhar a vida numa cidade que vivia esperando o apito do trem para receber, na estação, tuberculosos prontos a se hospedarem na cidade.

Os membros dos grupos dirigentes, que não conseguiram criar estabelecimentos industriais por conta própria, tinham urgência de trazer indústrias para a cidade, talvez para, futuramente, conseguirem usufruir – de fato – dos favores que eles próprios haviam criado e aprovado apressadamente. Se eles não conseguissem por si próprios criarem fábricas, ao menos outros investidores teriam a possibilidade de trazer divisas, e, portanto, incremento econômico para São José dos Campos.

Dessa forma, os grupos dirigentes tiveram que aceitar outras propostas de interessados nas isenções oferecidas pela Câmara Municipal. As primeiras foram de Max Grimberg, capitalista de Jacareí,[217] e de Eugênio Bonadio, de Jundiaí:

> Expediente da sessão ordinária da Câmara Municipal em 16/08/1920.
>
> À Comissão de Finanças e Justiça
>
> Requerimento de Max Grimberg pedindo concessão de favores para si, companhia ou empresa que organizar com o

> fim de montar nesta cidade uma fábrica de caixas de papelão com o capital mínimo de 50 contos de réis, dando desde começo de funcionamento da mesma, trabalho para 80 operários.
>
> À Comissão de Finanças e Justiça
>
> Requerimento de Eugenio Bonardi [sic], industrial residende [sic] em Jundiaí, pedindo concessão de favores para estabelecer nesta cidade uma fábrica de louça branca de pó de pedra e outros artefatos, obrigando-se a dar trabalho, no mínimo de 80 a 100 operários, logo no 1.º semestre em que a fábrica estiver funcionando.[218]

A Câmara Municipal, embora grafasse incorretamente o nome de Eugenio Bonadio no Livro-Ata, deliberou que ambos os requerimentos deveriam ser atendidos, no dia 26 de Agosto. Dois dias depois, Eugenio Bonadio assinava o contrato de usufruto dos favores oferecidos pela municipalidade com a Câmara Municipal.[219] Já a concessão para Max Grimberg não foi atendida, por motivos ignorados.

O Correio Joseense, em 11 de Setembro, noticiava:

> (...)
>
> Também o snr. Eugênio Bonadio, residente em Jundiaí, solicitou da Câmara os mesmos favores, [isenção de impostos municipais pelo prazo de 25 anos; fornecimento de água pelo mesmo espaço de tempo, intervenção da mesma, junto a Companhia Força e Luz para que esta se obrigue a fornecer força durante o dia por conta do requerente, e mais; doação do terreno necessário à fábrica, logo que fique concluído o

[217] CORREIO JOSÉENSE, 11.09.1920, s.p.

> prédio para esse fim adaptado], inclusive um terreno com uma área de 1.200 metros quadrados, nas proximidades da estação, para montagem de uma fábrica de louça branca de pó de pedra.
> A Câmara Municipal reunida no dia 26 do mês p.p., deliberou conceder todos os favores pedidos pelos requerentes facilitando assim a iniciativa industrial nesta cidade.[220]

Após quatro dias, a Câmara Municipal reuniu-se novamente e deliberou:

> Ata da sessão ordinária do dia 15 de Setembro de 1920
> Presidência do Snr. Dr. Nelson d'Ávila
> 1.º Secretário Snr. Martins de Alvarenga
>
> À Comissão de Finanças e Justiça
> Ofício n.º 142, da mesma, pedindo autorização para adquirir um terreno destinado à fábrica de louças, nos termos da concessão feita ao industrial Eugênio Bonadio.[221]

A autorização para a aquisição do terreno foi dada em Outubro de 1920.[222] No mês seguinte, o ceramista passou a construir os galpões da Fábrica no local cedido pela Câmara, próximo à estação central de trem:

> Fábrica de Louças
> de Pó de Pedra
> Uma será a primeira...

---

[218] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Expediente da sessão ordinária de 16.08.1920.
[219] Idem, Ata da sessão ordinária de 20.04.1922.
[220] CORREIO JOSÉENSE, 11.09.1920, s.p.
[221] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 15.09.1920.
[222] Idem, Ata da sessão ordinária de 15.10.1920.

> O Snr. E. Bonadio, parece-nos, está animado dos melhores desejos quanto à organização e montagem de sua Fábrica de Louças de Pó [de] Pedra.
>
> Tanto assim que já deu início aos trabalhos de construção aos pavimentos necessários a esse fim.
>
> O local escolhido pelo adiantado industrial, é magnífico, e lhe proporcionará grandes vantagens, em virtude da pouca distância da Estação Central.
>
> A construção de tão importante obra está confiada à competência do mestre sr. Romeu Carnevalli.[223]

Eugenio Bonadio, mesmo "animado dos melhores desejos", não viu sua fábrica de louças de pó de pedra entrar em funcionamento: morrera 80 dias antes, de uremia.[224] Louças de Pó de Pedra, segundo Pileggi, são "de categoria intermediária entre a faiança e a porcelana",[225] e o processo de manufatura foi introduzido pelos ingleses, daí o seu nome genérico de "louça inglesa".[226]

Mesmo com a morte de Eugênio Bonadio, a Câmara Municipal manteve os favores anteriormente concedidos e, ainda, fez mais concessões aos herdeiros do ceramista, viúva Anna Bonadio e filhos, dentre as quais o aumento da área do terreno da Fábrica: de originalmente 9.000 metros quadrados, a Prefeitura acabou cedendo em "doação gratuita e incondicional"[227] 20.000 metros quadrados, mais do que o dobro do terreno a ser cedido originalmente, não sem o voto em contrário do vereador Elisiário Guimarães Claro.[228]

O processo, para conseguir tais isenções, foi relativamente rápido: entre o pedido inicial e o recebimento de 20.000 metros, a família Bonadio teve que esperar menos de dois anos, com a Fábrica já em funcionamento.

---

[223] CORREIO JOSÉENSE, 08.11.1920, s.p.
[224] ENTREVISTA com Ana Maria Bonadio Becker (D. Nena). www.vejosaojose.com.br/personalidade.htm. Acesso em 09.09.2006.
[225] PILEGGI, A. Cerâmica no Brasil e no Mundo, p. 195.
[226] Idem, ibid.

Em 21 de Agosto de 1921, um sábado, o jornal "Correio Joséense" publicava:

> Grande Fábrica de Louças Santo Eugenio
>
> Hontem [sic] às 14 horas teve lugar a cerimônia do benzimento da grande Fábrica de Louças, denominado Santo Eugenio, como um pleito de homenagem ao saudoso industrial Eugênio Bonadio, seu iniciador e, que a traiçoeira morte colhera quando mais se esforçava para o complemento de sua bela iniciativa.
>
> Apesar desse deplorável quão perdido acontecimento o seu filho, Snr. Conrado Bonadio que o vinha auxiliando, não esmoreceu e eis que hontem [sic] se realizou o mais e [sic] desejado sonho do povo joseense – *Uma Fábrica em São José dos Campos* – [grifo nosso]
>
> A cerimônia foi celebrada pelo respeitável sr. Vigário da Paróquia Padre José Francisco Monteiro.
>
> Após esta foi oferecido aos presentes, cervejas e licores, tendo por essa ocasião o sr. Dr. Tertuliano Delfim, feita uma bela alocação [sic] enaltecendo e solicitando os srs. Conrado Bonadio, e Tito Lorenzoni, proprietário do grande estabelecimento, a prosseguirem no[s] seus trabalhos, pois que a recompensa não tardará. Também falou, o prof. Ayres de Moura em nome dos industriais.[229]

A Fábrica passou a ser dirigida, de fato, pela viúva Anna Bonadio. Seu filho mais velho, Conrado Bonadio, tinha 24 anos quando a Fábrica foi fundada. Junto a Tito Lorenzoni, os homens aparecem como proprietários do "grande estabelecimento". A viúva Anna dirigiu a Fábrica até sua morte, em 1928.

---

[227] CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ata da sessão ordinária de 17.04.1922.
[228] Idem, Ata da sessão ordinária de 20.04.1922.

Portanto, a primeira indústria de porte médio instalada em São José dos Campos, localizada próxima à Estação Ferroviária, entre o ano de 1920 (em que se deu a construção dos galpões, conforme o jornal Correio Joséense em 08-11-1920)[230] e 1921 (com a inauguração em 20-08-1921),[231] foi a Fábrica de Louças "Santo Eugênio", também conhecida como Bonadio, nome de seu idealizador, o italiano Eugênio Bonadio.

2.2. Processo produtivo da Fábrica

Segundo Aristides Pileggi, Presidente do Sindicato da Indústria da Cerâmica da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro do Estado de São Paulo na década de 50, Eugênio Bonadio foi um dos pioneiros da fabricação de louças no país,[232] além de datar o salto no desenvolvimento dessa indústria no Brasil após a II Guerra Mundial.[233]

Pileggi afirma, também, que a prosperidade da indústria de louças em São Paulo deveu-se à existência de quatro elementos básicos: caulim, argila, feldspato e quartzo.[234] Além de apontar a existência de matéria-prima abundante, Pileggi afirma:

> Como até hoje, [ca. 1960] praticamente, as nossas primeiras fábricas cerâmicas viram-se obrigadas a incluir em sua atividade manufatureira a escolha, preparo e seleção das matérias-primas de que careciam, por não existir no país empresas especializadas em tal gênero de exploração e beneficiamento de substâncias minerais.[235]

---

[229] CORREIO JOSÉENSE, 21.08.1921, s.p.
[230] Idem, 21.08.1921, s.p.
[231] Idem, ibid, s.p.
[232] PILEGGI, A. Cerâmica no Brasil e no Mundo, p. 145.
[233] Idem, ibid., p. 93.
[234] Idem, ibid., p. 147.
[235] Idem, ibid., p. 149.

Além disso, Pileggi elucida o processo de manufatura das louças de pó de pedra ou granito, matérias-primas utilizadas na Fábrica de Louças "Santo Eugênio":

> A louça de pó de pedra ou granito resulta da moagem do feldspato e do quartzo a pó não muito fino, pois as partículas a que ficam reduzidos, visíveis e desiguais em tamanho, dão-nos a impressão exata de "pó de pedra".[236]
>
> Antes, pois, das peças [sopeiras, bules, açucareiros, saleiros] serem esmaltadas, entram no forno para serem cozidas ("biscoito") à temperatura de 1200-1300ºC, apresentando-se sem brilho e porosas. Submetido à escolha, o material que for julgado perfeito é esmaltado por imersão ou jacto. O esmalte usado neste tipo de louça é transparente e, uma vez esmaltado o material é colocado em outro forno, para cozimento (verniz) à temperatura máxima de aproximadamente 1150ºC, inferior ao "biscoito", de onde o material sai brilhante e inabsorvente.
>
> Tanto para a primeira queima como para a segunda, as peças são geralmente colocadas dentro de caixas refratárias.
>
> As demais peças de um aparelho de mesa, tais como pratos, pires, travessas e xícaras, são geralmente feitas em máquinas ou tornos verticais, e, para tanto, emprega-se massa cerâmica, em estado pastoso, [além do] processo de moagem, de peneiras e de imãs.
>
> Daí por diante, o líquido obtido é recalcado em filtros-prensa com a finalidade de ser eliminada grande porcentagem de água. O produto transforma-se, portanto, em uma massa plástica que pode ser trabalhada, massa essa que apresenta

> inúmeros vazios, que devem ser eliminados. Passada por marombas à vácuo (prensa de extrusão) tem-se um produto bastante compacto e trafilado, pronto para o serviço de torneiros.
>
> Na fabricação dos pratos, pires e travessas, o ajudante do torneiro (lastreiro) emprega certa quantidade de massa sobre um torno vertical rotativo, formando uma espécie de disco chamado "lastra". Esta é aplicada com habilidade sobre um estampo de gesso e colocada num outro torno, automático ou semi-automático, que, com o auxílio de uma alavanca, executa a parte funda-externa [sic] da peça. É interessante frisar que o interior do prato ou da travessa é que fica em contato com o gesso, e o exterior que é torneado. Para a fabricação de travessas, existem outros processos, um dos quais é feito à colagem (barbotina).
>
> Na fabricação das xícaras, o bloco de massa é, porém, jogado diretamente dentro do estampo e a parte interna torneada. Depois de destacadas e feito o trabalho de acabamento, são colocadas as respectivas asas ou cabos.
>
> Para a secagem da peça crua, os estampos entram em estufas apropriadas e, uma vez em condições, as peças se destacam por si, e logo após são retiradas para o acabamento. Em seguida são levadas ao forno, para sofrer a primeira queima e operações subseqüentes (...)
>
> Os processos de manufaturas acima referidos são os mais comumente usados (...)[237]

Aristides Pileggi, profundo conhecedor dos processos manufatureiros da produção de cerâmica de mesa, acrescenta:

---

[236] PILEGGI, A. Cerâmica no Brasil e no Mundo, p. 195.

> A fabricação da louça e da porcelana requer controle rigoroso da matéria-prima, do líquido preparado, da temperatura dos secadores e dos fornos, e grande espaço para estoque e movimentação das peças, durante todas as fases de sua industrialização, exigindo mão-de-obra altamente especializada e abundante(...)[238]

Conforme o autor, a fabricação de louças exigia mão-de-obra abundante e especializada. No caso da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", essa regra não se confirma inteiramente: havia farta disponibilidade de mão-de-obra, mas quanto a sua especialização as exigências eram variáveis. Cargos de chefia de quase todos os setores, encarregados de seção, entre outros, eram atribuições de técnicos com formação especializada. Nas demais atividades, perceberam os proprietários da Fábrica, a mão-de-obra, minimamente treinada, seria capaz de fazer parte de forma eficiente do processo produtivo da Fábrica de Louças.

Neste último caso, a "Santo Eugênio" é exemplar: homens e mulheres, assim como jovens de 13 a 17 anos, foram devidamente empregados para produzir a louça em todas as etapas de sua produção.

Os principais documentos que nos revelam detalhes sobre o processo produtivo na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", e o envolvimento de menores em todas as etapas de produção, são as publicações sobre a Fábrica contidas nos Almanaques de 1922, 1934 e 1951 de São José dos Campos. A primeira matéria-prima utilizada na Fábrica de Louças foi o pó de pedra, para a feitura de louças de valores acessíveis a um público de menor poder aquisitivo,

---

[237] PILEGGI, A. Cerâmica no Brasil e no Mundo, pp. 180-181.
[238] Idem, ibid., p. 190.

que também não podia deixar de lado qualidades nada desprezíveis nas louças: maior resistência e menor capacidade de absorção.[239] Em 1922, o primeiro almanaque informava:

> À iniciativa do saudoso industrial Eugenio Bonadio, deve a nossa cidade o marco inicial da indústria fabril entre nós, com a fundação do importante estabelecimento destinado a manufatura de louças de pó de pedra e outros artigos de cerâmica, sob a denominação de "FÁBRICA SANTO EUGÊNIO".
>
> Em todos os tempos a imprensa local, tratou do importante problema da fundação de estabelecimentos fabris nesta cidade, demonstrando as vantagens que advirão para a localidade, fornecendo trabalho a pessoas que se conservam numa forçada ociosidade por falta de colocação adequada, além de representar uma importante contribuição para a riqueza local com a natural mobilização de capitais que tais estabelecimentos fazem na praça.
>
> Porém, apesar da boa vontade de alguns espíritos clarividentes, todas as tentativas redundaram em fracasso completo, e já ninguém alimentava a esperança de ver surgir uma fábrica que fosse, nesta cidade, quando aqui aportou Eugenio Bonadio, homem enérgico, inteligente e progressista que, num golpe de vista apanhou logo todas as perspectivas vantajosas da fundação de um estabelecimento fabril da especialidade em que era um técnico abalizado e de conceito [d]a fabricação de louças de granito e porcelanas e imediatamente se dispôs a levar por diante tão grandioso empreendimento.

[239] PILEGGI, A. Cerâmica no Brasil e no Mundo, p. 181.

Obtidas de nossa Câmara Municipal os favores que ele julgava indispensáveis para a realização dessa magnífica idéia, foi dado o início [d]a construção do grande edifício da Fábrica "Santo Eugênio" e adquirido o maquinário necessário. Infelizmente, quando as obras de construção se encontravam bem adiantadas, a mão inexorável do Destino ceifou aquela vida cheia de exuberância e povoada de esperanças, cortando o fio da existência de Eugenio Bonadio, que assim não viu realizada a sua esplêndida obra de progresso para a nossa terra. Ao espírito infatigável desse lutador que desapareceu prematuramente, sucedeu a Viúva Bonadio, seu filho Conrado, seu genro Cará Antonio [sic] e seu sócio Tito Lorenzoni, constituindo a firma BONADIO, LORENZONI & CO. que tomou a si o encargo de ultimar essa útil realização da qual a nossa cidade já começa a colher excelentes benefícios, vendo trabalhando na fábrica "Santo Eugenio" uma centena de pessoas de ambos os sexos, que dali tiram os meios de subsistência.

A Fábrica "Santo Eugênio" é importante estabelecimento no gênero, e os produtos de sua indústria estão tendo grande aceitação nos mercados do Rio e São Paulo, pelo bom acabamento da obra, modicidade de preços e boa qualidade do material empregado, não havendo melhores no país.

Estando funcionando apenas há 6 meses já a Fábrica "Santo Eugênio" tem tido um movimento bem acentuado da franca prosperidade, produzindo cerca de 100.000 peças mensalmente.

Dirigida com superior critério pela família Bonadio, composta de técnicos e profissionais de reconhecido merecimento, a Fábrica "Santo Eugênio" está fadada a um

> desenvolvimento bem promissor e dentro de alguns anos será um dos mais importantes estabelecimentos dessa natureza no nosso Estado, com grandes vantagens para a nossa cidade.
> Conforme esse desenvolvimento, que tudo indica, será o menos auspicioso possível, depende de uma instalação de uma fábrica de porcelanas, que a firma Bonadio, Lorenzoni & C. tem cogitado.
> O marco inicial da indústria fabril nesta cidade, foi lançado sobre bases sólidas e firmes alicerces, e ao inolvidável Eugênio Bonadio deve a nossa localidade esse inestimável serviço, razão porque a nossa digna edilidade, num gesto de justo reconhecimento deu o nome daquele saudoso industrial à rua que passa em frente a fábrica "Santo Eugênio", prestando assim uma merecedora homenagem ao fundador da primeira fábrica instalada em São José dos Campos. (...)[240]

O Almanaque de 1922, do jornalista Napoleão Monteiro, destaca a existência de mão-de-obra disponível na cidade: "fornecendo trabalho a pessoas que se conservam numa forçada ociosidade por falta de colocação adequada".[241] O texto reconhece que a ociosidade não era voluntária por parte dos trabalhadores. A Fábrica possibilitaria a pessoas de ambos os sexos uma forma legítima de encontrarem uma sobrevivência digna. Não são citados trabalhadores menores.

Após seis meses de produção, a cifras de louças fabricadas chegava a cerca de 100.000, o que seria suficiente para suprir o crescente interesse das praças de São Paulo e Rio de Janeiro. O caráter utilitário das louças foi ressaltado: "modicidade nos preços", sem deixar o acabamento das peças de lado.

[240] ALMANAQUE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – 1922. Org. por Napoleão Monteiro, pp. 145;147.
[241] Idem, p. 145.

A importância da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" como pioneira da industrialização de São José dos Campos foi devidamente lembrada para o leitor, além de ser apontado que a Fábrica possuía "bases sólidas e firmes alicerces", apresentando desenvolvimento "promissor". A família Bonadio dirigia o estabelecimento "com superior critério" de proprietários. Existia a intenção de instalar uma fábrica de porcelanas, naturalmente, para um mercado consumidor mais abonado.

Portanto, a implantação da Fábrica em São José dos Campos fez com que esta obtivesse, em menos de seis meses, benefícios aparentes: ocupação de uma mão-de-obra ociosa, projeção da cidade nos meios industriais paulistas, além de oferecer mais uma alternativa de desenvolvimento econômico à cidade, que se preparava para ser uma cidade de tratamento de tuberculosos. O Sanatório Vicentina Aranha estava em construção, sendo inaugurado dois anos depois.

O Almanaque de 1934 apresentava maiores detalhes sobre o processo produtivo da Fábrica:

> Fábrica de Louças S. Eugênio
>
> (...)
>
> A área total ocupada pela Fábrica de Louças "Santo Eugênio" abrange 10.000 metros quadrados, sem contar numerosos terrenos das vizinhanças.
>
> Representa especialidade da grande indústria joseense, a fabricação de artigos para mesa, estando iniciada, sob os melhores auspícios, a produção de finíssimos azulejos.
>
> Nos trabalhos é empregado material básico rigorosamente escolhido, destacando-se caolim, argila, quartzo, feldspato, mármore, alvaiade de chumbo, cal, etc, passando o produto por diversos processos importantes, começando na secção de

massas, com 15 operários, destinada à decantação da matéria-prima, depois sujeita à montagem, prensagem e amassamento, para ser entregue, quando convenientemente tratada, à secção de fabricação, na qual ocorre a moldagem, secagem e polimento das peças, por um conjunto de sessenta operários.

Isso feito, segue o objeto a fabricar à secção de fornos, com 50 operários e na qual funcionam quatro gigantescos fornos com a capacidade, respectivamente, de 120, 60, 60 e 60 metros cúbicos, aí havendo dois tipos de queima, o primeiro dos quais na temperatura elevadíssima de 1.300 graus, destinado a dar o biscuit.

Submetida a essa operação, vai a peça para a secção de espanação (limpeza) com 10 operários.

Realizado tal trabalho, as peças tomam destinos diferentes: as brancas, endereçam-se diretamente para a secção de vidragem, com quatro operários, e as que necessitam pintura, só aí vão ter depois de um estágio pelo departamento de decoração, onde o delicadíssimo serviço é desempenhado por 15 operários competentíssimos.

Levada a efeito a segunda e última queima, estão concluídas as operações de fabricação, seguindo os produtos para os armazéns, em que trabalham 20 operários incumbidos da separação e escolha antecedente ao armazenamento, de onde as peças saem oportunamente para a embalagem e expedição, a cargo de 4 operários especializados.

Para os transportes, feitos diretamente aos atacadistas de São Paulo e Rio de Janeiro, mantém a Fábrica “Santo Eugênio” três ótimos caminhões com 6 operários.

> Todos os trabalhos estão sob a direção imediata dos sócios técnicos srs. Conrado Bonadio, Roberto Weiss e Antônio Cará.
>
> Os maquinismos apresentam uma particularidade que nos honra sobremodo: são paulistas na sua totalidade, construídos na capital do Estado. Para movê-los é utilizada força elétrica, fornecida por meio de motor, com força de 50 H.P.
>
> Como complemento às secções descritas, contamos ainda os departamentos auxiliares, que compreendem serraria, dotada de três serras circulares, dos machados mecânicos, etc., e secção de caixas refratárias, servindo para o acondicionamento da louça destinada aos fornos. Nessas secções trabalham 6 operários.
>
> A Fábrica de Louças "Santo Eugênio" é um estabelecimento modelar, digno de figurar com destaque entre os melhores do país, graças ao esforço e interesse dos proprietários que não objetivam senão o progresso e o engrandecimento de sua indústria, buscando introduzir constantes melhoramentos e inovações nos métodos de trabalho, para que os produtos conservem sempre o enorme conceito de que gozam nos mercados consumidores.
>
> Os operários que ali empregam sua atividade merecem por parte dos chefes da firma todas as atenções, gozando de inteira tranqüilidade e assistência.[242]

O documento anterior é precioso porque nos permitiu reconstituir as principais etapas de fabricação na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", e os procedimentos que os menores trabalhadores tiveram que seguir ao longo dos anos. Segundo o documento, a Fábrica possuía 190 funcionários em 1934.

Como vimos anteriormente, a Fábrica de Louças recebeu 20.000 metros quadrados como doação da Câmara Municipal de São José dos Campos. Em 1934, utilizava, efetivamente, 10.000 metros, daí a afirmação "sem contar numerosos terrenos das vizinhanças".

A "grande indústria" joseense, na época, era composta, além da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", pela Cerâmica "Santa Lúcia", da família Becker, fundada em 1921, especializada em telhas, e pela Tecelagem Parahyba, fundada em 1925. Estas três indústrias, que necessariamente cobriam de fuligem os ares joseenses, encontravam-se na "Estância Climatérica de São José dos Campos", que passou a ser reconhecida oficialmente pelo Governo Estadual a partir de 1935.

O relato publicado no Álbum de São José dos Campos de 1934 coloca homens, mulheres e jovens no mesmo plano: todos são denominados "operários". Um mesmo termo denominativo também é utilizado para os "sócios técnicos" da Fábrica, os cunhados Conrado Bonadio (que se afastaria da Direção para criar sua própria fábrica de louças, no ano seguinte), Roberto Weiss e Antônio Cará.

O texto publicado refere-se aos maquinismos utilizados na Fábrica, priorizando a utilização de energia elétrica, o que, de fato, era disponível fartamente na cidade. O que o texto não informa é que havia fornos movidos a lenha na Fábrica. Em fotos de época, é comum o acúmulo de lenha no pátio da Fábrica, ou de trabalhadores adultos que eram admitidos para exercer a função de lenhador.

O paternalismo dos donos da Fábrica de Louças em relação a seus funcionários é facilmente visível na observação de que os operários tinham todas as atenções, gozando assistência e tranqüilidade. Uma Fábrica "perfeita", orgulho para o Estado de São Paulo, ressaltando a "grande", na época, industrialização joseense.

---

[242] CALDEIRA, J. N. Álbum de São José dos Campos (1934), pp. 177-178.

Os trabalhadores que receberam maiores destaques através mediante adjetivos no texto foram os quinze operários do Departamento de Decoração – "competentíssimos" – e os quatro operários que cuidavam da embalagem e expedição – eram "especializados". Se estes, porventura, não exercessem de forma correta as suas funções, deixando as louças se danificarem, todo o trabalho anterior de moldagem das massas, queima das peças, espanação, decoração, separação e escolha etc. estaria perdido, portanto, acarretando prejuízos para a Fábrica.

Esta gradação estabelecida pelos empregadores em relação aos trabalhadores não era casual. Os setores citados eram aqueles em que os trabalhadores mais eram valorizados pelos empregadores: as peças produzidas deveriam ter decoração atraente e, de preferência, que não se danificassem por manuseio incorreto, o que geraria grandes prejuízos para a Fábrica.

O Álbum de São José dos Campos de 1951 acrescenta novos detalhes que esclarecem quanto ao processo produtivo adotado pela Fábrica de Louças "Santo Eugênio":

> É a indústria de louças, cujo capital ascende atualmente a 10 milhões de cruzeiros, (...) que contribuiu para que o nome da terra joséense fosse mais conhecido em todas as partes do Brasil, de norte a sul.
>
> Falando-se em indústria de louça, cabe aqui abrir um parágrafo especial à BONADIO S.A., pioneira das indústrias de louças no Vale do Paraíba. (...)
>
> Hoje em dia, a Fábrica Sto. Eugênio é um nome nacionalmente conhecido, graças à excelência de sua produção. Seu capital é de 6 milhões de cruzeiros e nos trabalhos da indústria ocupam-se cerca de 400 pessoas.
>
> Possuindo representantes em todas as capitais do país, a Fábrica Sto. Eugênio utiliza todos os meios possíveis de transporte para dar escoamento à sua produção. Para os

> estados mais distantes, por exemplo, as louças são enviadas por via marítima. Possui ainda 6 caminhões próprios, que fazem transporte para as praças mais próximas.
>
> Considerada que é a terceira indústria de louças no Brasil, utiliza na fabricação de seus artigos argila, caolim e feldspato, dispondo para esse fim 5 fornos intermitentes, a lenha, 2 túneis a óleo e 2 túneis elétricos. A área total utilizada pela fábrica ocupa 9.000 m^2.
>
> Sua diretoria, que vem se desempenhando proficientemente dos encargos a ela atribuídos, é composta pelo dr. Afonso Tosta, engenheiro; dr. Mario Coriolano Bonadio, engenheiro. O encarregado da pintura é o sr. Otaviano Cará, profundo conhecedor do assunto. A parte de escritórios está afeita ao sr. Eugenio Bonadio Cará.[243]

Em 1951, já se fala num "extraordinário surto de progresso" na cidade. São José dos Campos tinha verbas garantidas do Governo do Estado de São Paulo por causa do *status* de "Estância Climatérica". Outras fábricas, tais como a Rhodosá de Rayon (Rhodia), que se instalou na cidade em 1946, fizeram a cidade mudar. Novas pessoas, maiores índices de migração. A economia da cidade estava em plena efervescência.

O capital da indústria de louças da cidade ascendia a 10 milhões de cruzeiros, dos quais 6 milhões eram da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", o que permitia aos diretores da Fábrica afirmar que, sozinhos, eram maiores e mais capitalizados do que as outras duas fábricas fundadas em São José dos Campos por membros da família Bonadio, a Cerâmica "Conrado Bonadio" (1935) e a Cerâmica Weiss (1942), "filhotes" da Fábrica de Louças "Santo Eugênio",[244] que surgiram de dissensões familiares.

[243] SIMÕES, E. Álbum de São José dos Campos de 1951, pp. 10-11.
[244] BONDESAN, A. São José de Ontem e Hoje, p. 143.

Portanto, da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" surgiram duas outras fábricas de louças na cidade de São José dos Campos. Os sócios das novas fábricas estabeleceram concorrência tácita entre si, mesmo com a Cerâmica Weiss dedicado-se à produção de cerâmica de adorno. Tal ocorrência encontra correspondência no que afirmava Orwell: "porque o dinheiro é mais espesso que o sangue, isto é, seus laços são mais fortes".[245] Estas fábricas eram, inclusive, vizinhas, e tinham as suas instalações no início do bairro de Santana. A Cerâmica Weiss também possuía uma unidade no Centro de São José dos Campos, a três quarteirões da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Se, em 1934, o documento omitiu os fornos à lenha, em 1951, havia cinco deles, ressaltando o que já era um elemento presente na década de 30. A área total da Fábrica decresceu 1.000 metros quadrados, o que se explica devido a desapropriações promovidas pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos. O "Pavilhão de Higiene",[246] por exemplo, foi erigido na rua Euclides Miragaia, em terrenos que haviam sido da Fábrica. O "Pavilhão de Higiene", segundo Bittencourt, era "o órgão responsável pelos serviços de desinfecção e profilaxia. Tinha a função de higienizar e desinfectar roupas e objetos dos doentes de tuberculose."[247] Portanto, a função industrial e a de tratamento de tuberculose, na prática, estavam separadas pelo lado contrário da rua. Ambas serviam para render divisas para a cidade.

A direção da Fábrica mudara, mas não o componente estritamente familiar da mesma. Os rótulos para os sócios mudaram: já não eram mais "sócios técnicos". Dois dos dirigentes da Fábrica eram engenheiros; quem não era, tinha o rótulo de "profundo conhecedor do assunto". Os escritórios, seção à parte, estavam "afeitos" a um dos sócios, com a liberdade de moldar o setor a seu bel-prazer.

[245] ORWELL, G. Mantenha o Sistema, p. 67.
[246] BITTENCOURT, T. Arquitetura Sanatorial, p. 157.
[247] Idem, ibid.

Na década de 60, mais precisamente em 1964, a professora da Universidade de São Paulo Nice Lecocq Muller fez um levantamento minucioso de vários elementos relativos à Fábrica de Louças:

> O terceiro grupo de indústrias de São José dos Campos quanto ao volume de mão-de-obra, é o que se liga à elaboração de minerais não metálicos. Como no caso da indústria têxtil, trata-se de um tipo tradicional de indústria, nele se salientando duas grandes organizações trabalhando no campo da cerâmica: a Bonadio S.A. (Fábrica de Louças S. Eugênio, datando de 1920) e a Cerâmica Weiss (de 1942). No caso da primeira, nasceu ela das facilidades que lhe foram oferecidas pela municipalidade, desde doação de terreno até isenção de impostos, fatores que convenceram um industrial de Jundiaí a aí estabelecer-se; com 328 operários, em 1964, a Bonadio não trabalha mais com matéria-prima local, como no início, vindo parte de áreas próximas (argilas de Suzano, feldspato de Santa Branca, em médias mensais de 80 e 26 toneladas, respectivamente), parte de áreas mais distantes, mas acessíveis (Juiz de Fora, de onde vêm 120 toneladas de caolim, mensalmente, em média, Cubatão e Santos, de onde provêm as 110 toneladas mensais, em média, de quartzo). Sua produção de 600 000 peças de louça por mês, em média, é colocada principalmente no Rio de Janeiro (35%) e São Paulo (30%); sendo o restante distribuído por outras cidades paulistas (10%), para Minas Gerais (10%) e Estado do Rio de Janeiro (8%), ficando 7% para o restante do País. Neste caso, é óbvio que o mercado consumidor se fez em função da

> localização e que, nesta não foi essencial a presença de matéria-prima."[248]

Na pesquisa de Muller, é claro o detalhamento dos processos que a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" empregava na época (1964). Tais informações só poderiam ter sido dadas de maneira privilegiada – talvez com uma entrevista pessoal com algum dos Diretores da Fábrica. Conforme expusemos anteriormente, a Fábrica de Louças foi fundada em 1921, e não em 1920, como afirma Muller.

A matéria-prima já não era mais local, "como no início". Muller não apontou, em sua pesquisa, que a Fábrica continuava a produzir louças de pó de pedra, aspecto da produção que se tornou uma incógnita. O início da Fábrica foi de parcos capitais, insuficientes para bancar os altos custos da matéria-prima vinda de outros locais. A pesquisadora indica claramente que a localização da Fábrica não foi determinada pela existência da matéria-prima, que era oriunda de outras regiões do Estado de São Paulo ou de Minas Gerais.

O escoamento da produção de louças era realizado por três meios: a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Estrada Rio-São Paulo, através de caminhões e, para os estados mais longínquos, o transporte era feito até o porto de Santos, de onde a produção era escoada principalmente para o Nordeste, como afirmou Sérgio Weiss, em entrevista a nós concedida.[249]

O papel dos trabalhadores menores, de acordo com os textos anteriormente discutidos, simplesmente não é citado. É como se não existissem menores no processo fabril. Entretanto, eles estavam plenamente inseridos na produção. Seja como aprendizes, serventes, auxiliares diversos ou ajudantes, eles estavam presentes, até quando prestavam "serviços avulsos".

Conforme elencamos na Tabela de n.º 32, os jovens trabalhadores representavam força expressiva na Fábrica, com presença massiva no setor de Fabricação, o que demandava

[248] Cf. MULLER, N. L. O fato urbano na bacia do Paraíba, pp. 137-138.

grandes esforços físicos. O setor de Decoração e Pintura também era responsável por empregar muitos trabalhadores menores, principalmente jovens do sexo feminino.

Os trabalhadores menores dos setores da Embalagem e Expedição, tão caros ao processo produtivo da Fábrica, pois erros nestes setores conduziriam necessariamente a grandes prejuízos, eram do sexo feminino, nas raras referências específicas que encontramos no campo "função do trabalhador", tais como as de "empalhadeira" ou "aprendiz de empalhação".

Portanto, a importância dos menores no processo produtivo da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi grande. Havia menores em todos os setores da Fábrica, desde o amassamento da matéria-prima, até a embalagem dos produtos.

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", dirigida a partir de 1942 por Mário Coriolano Bonadio, filho caçula de Eugênio Bonadio,[250] funcionou de 1921 a 1973. O fechamento da Fábrica não se realizou de forma repentina, conforme atesta uma Ata do Sindicato – fundado em 1951 – dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos:

> A seguir o Presidente [Nelson Antônio de Lima] pede ao Secretário [Aristides Moreira] que procedesse a leitura da Convenção [Coletiva de Trabalho] Anterior, a qual foi explicada aos presentes item por item e ainda informou aos presentes que este ano a convenção só será feita com a Cerâmica Weiss S/A., uma vez que a Bonadio S/A. Fábrica de Louças Santo Eugênio, está para encerrar suas atividades no próximo mês de Agosto (...)[251]

---

[249] ENTREVISTA de Sérgio Adelchi Bonadio Weiss (Sérgio Weiss), concedida em 08 de Maio de 2006.
[250] SANTOS, A. P. dos, ibid., p. 80.
[251] ATA da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de junho de 1973 (cópia), s.p.

Embora os trabalhadores soubessem com antecedência que a Fábrica de Louças encerraria as suas atividades, houve protestos de parte dos ex-funcionários por não receberem a totalidade ou parte das verbas rescisórias, além de ressaltarem a insalubridade do ambiente fabril:

> Confirmado: alguns empregados da Bonadio [Fábrica de Louças "Santo Eugênio"] ainda não receberam indenizações
>
> De acordo com o ex-presidente do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos, Nelson Antonio de Lima, "Existem realmente diversos empregados que até o momento não receberam suas indenizações por não terem aceitado a proposta da empresa; proposta esta absurda, porque não é cabível que após terem trabalhado tantos anos, (alguns perdendo até a saúde na fábrica) que agora a Bonadio ofereça apenas sessenta por cento da importância a que os operários têm direito". (...) Ele explicou que "um processo está na Justiça do Trabalho desde o fechamento da fábrica, isto é, desde agosto." [252]

Nesse mesmo período de tempo, membros da família, por dissensões pessoais e também econômicas, criaram mais duas fábricas de cerâmica: a S.A. Conrado Bonadio (1936-ca.1963)[253] e a Cerâmica Weiss (1941-1995).

Segundo Ana Maria Bonadio Becker, filha de Conrado Bonadio, a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" fechou porque foi vendida a um grupo de investidores, que, acreditamos,

[252] O VALEPARAIBANO, 10.11.1973, p. 5.
[253] A data do fechamento da Cerâmica Conrado Bonadio é obscura. Acreditamos que a Fábrica tenha fechado antes de 1964, pois, em pesquisas de campo realizadas por Nice Lecocq Muller, a Cerâmica não é citada.

faziam parte do antigo Banco Econômico,[254] os quais, posteriormente, não se interessaram em manter a fábrica em funcionamento. Para a neta de Eugênio Bonadio, "a fábrica nunca teve decadência: só auge".[255] Já Sérgio Weiss, neto de Eugenio Bonadio, aponta a década de 60 como o auge da Fábrica de Louças, pois o número de vendas às regiões Norte e Nordeste foram altos.[256] O número de trabalhadores na fábrica era relativamente grande. Em 1944, possuía 356 trabalhadores.[257] Em 1957, havia 403 empregados.[258] Quando a Fábrica de Louças fechou, em 1973, possuía aproximadamente 250 funcionários.[259]

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio" encerrava suas atividades em 1973. Não era mais possível manter a fábrica nos mesmos moldes: produção de louças em grandes quantidades, utilização de máquinas ultrapassadas e mão-de-obra mal-paga e relativamente abundante. Posteriormente, os galpões da fábrica foram demolidos:

> A fábrica, ocupando praticamente um quarteirão, que em 1950 contava com cerca de 400 funcionários e tornou São José dos Campos conhecida em todo o Brasil pela qualidade de seus produtos, desativou-se e nada mais resta que a lembre.[260]

As fichas dos funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" fizeram um pouco da história da juventude, da fábrica e da cidade florescerem novamente.

---

[254] Em propaganda contida na segunda contracapa do livro "Memória Fotográfica", publicado em 1984 em São José dos Campos, a Companhia Satélite de Terrenos, fundada pelos Bonadio para lotear a antiga Fazenda Sant'Anna e outros empreendimentos imobiliários, aparece o logotipo do Banco "Econômico". Possivelmente a fábrica e a Companhia foram compradas pelo Banco, juntas ou em épocas posteriores diferentes.
[255] ENTREVISTA com Ana Maria Bonadio Becker (D. Nena), realizada em 21 de Abril de 2006.
[256] ENTREVISTA com Sérgio Adelchi Bonadio Weiss (Sérgio Weiss), realizada em 08 de Maio de 2006.
[257] SILVA, A. E. P. A Estruturação de São José dos Campos como Estância Hidromineral e Climática (1935-1950). 2001. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, p. 97.
[258] RELATÓRIO de Investigação do Bel. José Otávio Carneiro da Silva para o Gabinete de Investigações. Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Ordem Política e Social. São José dos Campos, 06-12-1957, s/fl, n.º 4, Pasta 850 – Delegacia do Interior de São José dos Campos.
[259] CONTAGEM de Termos de Rescisão de Contratos de Trabalho da Fábrica de Louças "Santo Eugênio". Fundo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos.
[260] Cf. MASIERO, P. São José dos Campos de Omar Fonseca.

3. A cidade, a fábrica e a juventude: confluências

> Nesta [fábrica], já encontra ocupação uma centena de *meninos e mocinhas*, todos ganhando honradamente e o que é mais, aprendendo uma arte, como de fato é a fabricação de louças, por meios mecânicos.[261]

3.1. Estrutura das confluências

A cidade de São José dos Campos, entre o final do século XIX e começo do século XX, teve um considerável crescimento populacional:

Tabela 5 – População de São José dos Campos
(1872-1970)

Ano do Recenseamento	População
1872	12 998
1886	17 906
1890	18 884
1900	18 122
1912	30 840
1916	22 207
1920	30 681
1922	30 768
1923	30 966
1940	36 702
1950	44 804
1960	77 533
1970	150 884

Fonte: IBGE – São José dos Campos, s.p.

Tal crescimento, principalmente entre os anos de 1900 e 1920, deve ser encarado sob a perspectiva de São José dos Campos ser procurada como um local propício à cura da tuberculose. Não podemos deixar de comentar sobre migrações diversas provocadas pelo

[261] CORREIO JOSÉENSE, 04.06.1922, n.º 114, s.p.

êxodo rural. Entre 1900 e 1912, a população joseense cresceu 41,24%; entre 1912 e 1916 a população local regrediu em 8633 pessoas, 38,87% do total. Tais acréscimos e retrações da população joseense no início do século XX devem ser estudados em maiores detalhes, o que escapa aos limites do presente trabalho.

A facilidade de acesso foi chave para o início do desenvolvimento de São José dos Campos. A existência, desde 1877, da Estrada de Ferro Central do Brasil, fez a cidade, através de suas quatro estações de parada, ser um lugar propício para receber indivíduos em busca de melhores condições de vida. Quando se trata de uma população móvel, que lutava pela sobrevivência, até uma cidade pobre como era então São José dos Campos seria uma alternativa aceitável para moradia. Caso não fosse realmente possível sobreviver na cidade, a Estrada de Ferro forneceria acesso fácil a outras localidades, autêntico êxodo, caso necessário.

A presença de um contingente apreciável de mão-de-obra em São José dos Campos tornou-se patente aos grupos dirigentes, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX.

A existência da Estrada de Ferro também beneficiou, principalmente, os comerciantes joseenses, pois a obtenção de novas mercadorias era facilitada, interligando a cidade com São Paulo e Rio de Janeiro. O comércio era sortido, mas carecia de força suficiente para fazer frente ao comércio de outras cidades do Vale do Paraíba, tais como Taubaté e Jacareí. Estas cidades começaram a industrializar-se entre o final do século XIX e começo do século seguinte.[262]

Os grupos dirigentes joseenses, aproveitando-se do fato da cidade ser facilmente acessível pela Estrada de Ferro, começaram a fornecer créditos à crença popular então estabelecida de que o clima joseense era próprio ao tratamento da tuberculose, construindo o conceito que se cristalizaria na década de 30 de uma "Estância" de tratamento.

[262] Cf. RICCI, F. Indústrias Têxteis na Periferia.

Altino Bondesan, que viera para a cidade em 1935 para tratar-se da tísica, faz relatos da época:

> Em determinado momento os doentes passaram a dar a tônica na vida de São José dos Campos. De sua debilidade vinha a potência financeira da cidade (...)[263]

> [Os joseenses não olvidavam] que o doente era um fator de progresso.
> Se vinha, raciocinava-se, é porque tinha meios de manter-se, vale dizer, canalizava para a economia débil da cidadezinha um aporte financeiro não desprezível.[264]

> O joseense se (...) mostrou cordial, admitindo o convívio com o doente, tirando a vantagem econômica (...)[265]

O incremento econômico a São José dos Campos, que se dava através do aumento populacional, e, portanto, da cobrança de impostos diretos e indiretos cobrados sobre os doentes, além do que estes consumiam no comércio, tornou-se apreciável para os padrões locais. Restava aparelhar a cidade com elementos de higiene, tais como Sanatórios, água potável, ruas limpas e sem demasiada poeira, entre outros, que possibilitassem a vinda cada vez maior de tuberculosos, que necessariamente despenderiam recursos monetários na cidade.

Daí a proposta de criação de um Hotel-Sanatório, por José Bento Monteiro Lobato, em 1911, ser devidamente aprovada pela Câmara Municipal joseense. Se Monteiro Lobato construísse o Hotel-Sanatório, a cidade teria um estabelecimento próprio para receber os

[263] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 39.
[264] Idem, ibid., p. 30.
[265] Idem, São José de Ontem e de Hoje, p. 49.

doentes. O Hotel ficaria dentro do perímetro urbano, próximo à antiga estação de trem no centro de São José dos Campos.

O empreendedor Monteiro Lobato, em um dos vários negócios que não efetivou em sua vida, esbarrou nas excessivas taxas de fiscalização da Câmara Municipal e em uma aparente falta de capitais para investir em São José dos Campos. Lobato capitalizou-se, de fato, quando vendeu a sua fazenda, em 1917.

Após o fracasso do projeto de Lobato, a iniciativa do casal Olavo de Souza e Vicentina de Souza Aranha possibilitou que São José dos Campos recebesse um grande Sanatório, inaugurado em 1924, sacralizando, dessa forma, a cidade como "Estação" de tratamento de tuberculosos. O Sanatório ganhou o nome de Vicentina Aranha. O escritor Paulo Setúbal, genro do casal benemérito, possuiu uma chácara não longe do grande Sanatório.

Ao mesmo tempo em que São José dos Campos aparelhava-se para ser um centro de tratamento de tuberculosos, grupos dirigentes joseenses resolveram legislar em causa própria, em 1920, para a concessão de favores por parte da Câmara Municipal para a instalação de indústrias na cidade. Como os membros dos grupos dirigentes, que, em maioria, viviam do comércio,[266] ou da cura de doentes tuberculosos, não puderam bancar o empreendimento da criação de uma Fábrica de setenta ou mais operários, tiveram que aceitar o requerimento de isenções à municipalidade feito por Eugênio Bonadio, ceramista italiano, anteriormente estabelecido em Jundiaí.

Eugênio Bonadio, que montou a sua Fábrica de Louças de Pó de Pedra – produto de preço baixo no mercado – para atender classes menos abonadas, que não teriam meios de possuir louças de porcelana ou faiança e queriam um produto de alta resistência, sabia que São José dos Campos possuía os elementos que possibilitariam o desenvolvimento de sua Fábrica: acesso facilitado aos mercados de Rio de Janeiro e São Paulo; isenções fiscais e

[266] Cf. ALMANAQUE de São José dos Campos – 1905. Org. por Sebastião Penna da Câmara.

doação de terreno por parte da municipalidade, e, principalmente, ampla disponibilidade de mão-de-obra.

Em 1922, o jornal Correio Joséense atestava a necessidade de empregar a mão-de-obra local, para a criação de um autêntico operariado:

> Precisamos de fábricas
>
> A nossa cidade, entre outros fatores materiais de prosperidade e de riqueza de que se ressente, e é a causa da paralisação do seu desenvolvimento, registra a falta de estabelecimentos fabris de certo vulto, capazes de criar uma forte população operária.
>
> Outras cidades, mais ou menos nas condições da nossa, de há muito que contam com a existência de tais estabelecimentos, possuem as suas fábricas em plena atividade, dando trabalho compensador a centenas e milhares de pessoas.
>
> Aqui, a indústria fabril tem sido de difícil implantação e não queremos indagar das causas desse insucesso nas numerosas tentativas em todos os tempos levadas à efeito; somente podemos afirmar que as condições naturais da nossa localidade oferecem um terreno propício ao desenvolvimento de qualquer indústria fabril que for fundada.
>
> Um exemplo bem frisante e recente temol-o [sic] com a importante fábrica de louças "Santo Eugênio", que, nos poucos meses de sua existência vem atestando de modo exuberante a verdade da nossa asserção.
>
> Como a fábrica "Santo Eugênio", outras se poderão fundar com as melhores probabilidades de um perfeito êxito financeiro, além de representar um inestimável benefício para

> a nossa cidade, para uma grande parte de sua população, que assim encontrará trabalho adequado à capacidade e às forças de cada um. (...)
>
> Apelamos para os nossos homens de negócios e de capitais que se movimentem e contribuam para que o surto industrial entre nós se transforme em brilhante realidade, imprimindo nova seiva e dando maior vigor à vida local, já de si um expoente de vitalidade natural.[267]

Portanto, o desenvolvimento fabril da cidade deveria necessariamente conviver com a "vitalidade natural" das benesses de um clima adequado ao tratamento da tuberculose. A população local necessitava de trabalho, e este só seria oferecido de forma massiva caso houvesse novas Fábricas na cidade.

Quando a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" necessitava de mão-de-obra, não fazia distinção de qualquer espécie entre homens, mulheres, crianças e jovens:

CORREIO JOSE'ENSE

OPERARIOS

Precisam-se na Fabrica de Louças - "Santo Eugenio" nesta cidade.

Fonte: Correio Joséense, n.º 114, 04.06.1922.

A juventude, foco principal do presente trabalho, precisava trabalhar por razões principalmente econômicas – era pobre. Muitos, quando crianças, atesta Altino Bondesan,

[267] CORREIO JOSÉENSE, nº 114, 04.06.1922, s.p.

rondavam as pensões sanatoriais em busca de um prato de comida, correndo conscientemente o risco de contágio.[268]

Muitas famílias pobres joseenses tinham crianças e jovens que caíam na marginalidade e prostituição por falta de cuidados. Bondesan indigna-se:

> Bastiana, Eufrásia, Rosa, Dita, Maria, Aparecida, Cleusa, Claudete... [domésticas] Todas timbram em ser honestas. Não se vendem. Dão-se por amor. As filhas se perdem, os rapazes acabam na cadeia. Culpa delas? Mas se passam o dia todo fora de casa, as crianças se criam sós, como animaizinhos![269]

> Miséria, deficiência de alimentação, de moradia, de estudos. Caminho aberto para a perdição, o crime. Isso já existia quando aqui aportamos [1935] e encontramos algo que não tínhamos visto na zona Mogiana, de onde procedemos. Lá havia miséria, mas em proporção tão ínfima que a gente nem percebia. No Vale, entretanto, o número de carentes, de abandonados, de gente morrendo de fome assustava o forasteiro. E, de lá para cá, [1996] o problema cresceu. Com a cidade.[270]

Altino Bondesan narra a sua surpresa ao ver a compleição social da cidade, na década de 30, quando viera tratar-se de uma tuberculose em São José dos Campos:

> Maneco conta-me que esta zona é das mais pobres do Estado. A miséria é um fato. Tudo porque não há uma sólida base familiar. São filhos de pais separados, ausentes ou ignorados. Vivemos num matriarcado caboclo, de mães domésticas,

[268] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 24 e Idem, São José de Ontem e Hoje, p. 30.

> lavadeiras ou mendigas. Gente que vive, na Linha Velha, antigo leito da Central do Brasil, em casebres onde não meteríamos nosso cão de estimação.[271]

> Tendo vivido em outras partes, alarmava-me a miséria reinante na cidade. Muita criança abandonada, muitas jovens esqueléticas, com evidentes mostras de desnutrição. Muitas mulheres mergulhadas na penúria, mas, mesmo assim, produzindo filhos, com quem repartiam suas agruras.[272]

A pobreza da cidade era onipresente não só no início do século XX. Neste contexto de extrema pobreza e desagregação familiar, outro relato confirma as constatações de Bondesan:

> O quadro caótico da cidade sanitária valeparaibana se agravava pelo grande número de crianças que ficavam ao abandono. Estes pequenos indigentes, filhos de pais tuberculosos pobres, que estavam internados ou então já falecidos, muitas vezes não conseguiam abrigo amparado na filantropia, levando-os à indigência e, o mais assustador, ao banditismo. Em 1944, havia uma quadrilha infantil, seu chefe tinha apenas treze anos de idade e praticava assaltos previamente planejados.[273]

---

[269] BONDESAN, A. São José em Quatro Tempos, p. 28.
[270] Idem, São José de Ontem e Hoje, pp. 144-145.
[271] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 24.
[272] Idem, São José de Ontem e de Hoje, p. 39.
[273] SOARES, L. L. ; SOUSA, A. M. S. Modernidade e Urbanismo Sanitário – São José dos Campos, p. 50.

Nesse contexto de luta pela sobrevivência numa cidade fimatosa, alguns moradores de Sanatórios conseguiam emprego na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", tais como o menor Luiz B., em 1935, que declarou morar no Sanatório "Vila Samaritana".[274] Não encontramos elementos na ficha para afirmar se o jovem era tuberculoso ou não.

A primeira favela de São José dos Campos, a "Linha Velha", surgiu entre o final da década de 20 e começo da década seguinte:

> Tendo a Central abandonado seu antigo leito, [com a mudança da estação central] a Prefeitura nada fez por aproveitar o corredor que ia da antiga estação (atual Tênis Clube) até o bairro de Lavapés, contornando a cidade pelo lado leste. Sobre o solo desocupado os pobres criaram a primeira favela local (...), a Linha Velha, nome primitivo da "cabeça-de-porco".[275]

A favela da "Linha Velha" foi a primeira de São José dos Campos. A sua existência expunha inúmeras mazelas de uma cidade que se supunha devidamente higienizada para o recebimento de doentes tuberculosos. Na década de 70, a favela tornou-se motivo, para o Prefeito Sérgio Sobral de Oliveira, de honra: a cidade deveria esconder tais sub-habitações. Então, resolveu construir um muro que isolava e escondia a favela, construção logo apelidada pela oposição de "Muro da Vergonha".[276]

Levando em consideração a organização urbana de São José dos Campos, a historiadora Ana Enedi Prince Silva comenta:

> Podemos concluir que, na década de 40, São José dos Campos já era uma cidade que seguia todos os padrões urbanísticos da época,

[274] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 5, env. 422.
[275] BONDESAN, A. São José de Ontem e de Hoje, p. 39.

> água tratada, rede de esgotos, iluminação pública, não deixando nada a desejar, se comparada a qualquer contemporânea européia.[277]

Se consideramos apenas o centro da cidade de São José dos Campos e alguns poucos bairros vizinhos, a afirmação acima procede. Entretanto, se lembrarmos a existência de vários bairros operários sem água encanada, luz, esgotos etc. ou mesmo a "Linha Velha", a primeira favela da cidade, que se encontrava a uma distância mínima do centro da cidade devidamente equipada com melhoramentos urbanos, a citação acima se torna desusada.

Os grupos dirigentes joseenses, desde a década de 20, em prol de novas e correntes rendas, não tiveram dúvidas em maquiar, se necessário, a cidade. A retificação das ruas do Centro, que davam à cidade ares europeus, não eram acompanhados por investimentos decisivos junto às classes menos favorecidas e moradoras de sub-moradias.[278] Daí a existência de inúmeros bairros que a Prefeitura só dotou de melhoramentos urbanos após décadas. Se a favela da "Linha Velha" tornava-se um estorvo, era mais cômoda a construção de um muro para "limpar" a cidade. A segregação das classes menos favorecidas numa cidade "desenvolvida" e pretensamente "humanizada" era regra para não afastar potenciais investimentos na cidade devidamente maquiada.

Neste contexto de extrema pobreza, desagregação familiar e farta existência de sub-moradias, os jovens tinham que lutar pela sobrevivência em São José dos Campos, constituindo-se em mão-de-obra barata para a Fábrica de Louças "Santo Eugênio". Vejamos o exemplo da família de Francisco B.:

---

[276] BONDESAN, A. São José de Ontem e de Hoje, p. 39.
[277] SILVA, A. E. P. A Estruturação de São José dos Campos como estância hidromineral e climática (1935-1950). Tese de Doutorado, p. 121.

Tabela 6 – Família de Francisco B. e Julia M.

Permanência da família no quadro de funcionários da Fábrica (1943-1955)

Pai	*Nascimento*	*Admissão*	*Idade Ato Admissão*
Francisco	15.11.1900	01.07.1949	48 anos, 228 dias
Local Nascimento	*Demissão*	*Função*	*Residência*
Jundiaí	24.08.1955	Oleiro	Vl. Ema
Permanência na Fábrica		*Idade no Ato Demissão*	
6 anos, 145 dias		54 anos, 282 dias	

Filhos	*Nascimento*	*Admissão*	*Idade Ato Admissão*
Leodino	28.07.1922	01.02.1949	26 anos, 188 dias
Diva	17.06.1925	08.07.1943	18 anos, 21 dias
Albertina	25.09.1927	20.05.1943	15 anos, 237 dias
Jandyra	07.02.1930	02.10.1944	14 anos, 237 dias
Antenor	04.06.1932	04.10.1946	14 anos, 112 dias
Local Nascimento	*Demissão*	*Função*	*Residência*
Jundiaí	30.01.1951	Rachador de Lenha	Vl. Ema
Jundiaí	15.04.1948	Encaixotadeira	Vl. Ema
Jundiaí	02.01.1947	Embigoladeira	Vl. Ema
Guarulhos	30.08.1951	Pintora	Vl. Ema
Santo André	31.03.1950	Auxiliar Pintura	Vl. Ema
Permanência na Fábrica		*Idade no Ato Demissão*	
1 ano, 363 dias		28 anos, 186 dias	
4 anos, 281 dias		22 anos, 302 dias	
3 anos, 227 dias		19 anos, 99 dias	
6 anos, 332 dias		21 anos, 204 dias	
3 anos, 178 dias		17 anos, 300 dias	

Fonte: Fichas de Funcionário – números 433, 439, 440, 441, 442 e 443.

A família B., cuja mãe, Julia M., – que não possui registro, ao menos perceptível, no quadro de funcionários da Fábrica, – e o pai, Francisco, oriundos de Jundiaí, tiveram, no mínimo, três filhos nesta cidade entre 1922 e 1927. Depois, em 1930, Jandyra nasce em

[278] Cf. SOARES, L. L. ; SOUSA, A. M. S. Modernidade e Urbanismo Sanitário – São José dos Campos.

Guarulhos e Antenor nasceu em 1932 em Santo André. Tanto Santo André quanto Guarulhos são próximas à capital do Estado, São Paulo, o que indica a mobilidade da família para zonas que também se industrializavam.

Em maio de 1943, aos 15 anos de idade, Albertina emprega-se na Fábrica de Louças, seguida, menos de dois meses depois, por sua irmã Diva, de 18 anos de idade. No ano seguinte, Jandyra empregou-se na Fábrica.

Em 1946, quando contava 14 anos de idade, Antenor empregou-se na Fábrica, seguido por Leodino, o mais velho dos irmãos, em 1949. Leodino teve uma anotação em sua ficha de funcionário: "Em 15-5-49 transf[erido] para aj[udante] de oleiro serv[iço] p[or] emp[reitada]."[279]

O pai, Francisco, trabalhava como oleiro para Leopoldo E. Bonadio Weiss, neto de Eugenio Bonadio e um dos dirigentes da Cerâmica Weiss. Na ficha do trabalhador, consta a seguinte anotação:

> De 1-7-1947 a 1-4-1949 trabalhava p/Leopoldo E. B. Weiss. Em 1 de Abril 1949 passou a pertencer à firma Bonadio S/A na mesma profissão [oleiro]. Em 1.º julho 1949, continuou trabalhando por empreitada na base de $ 90,00 p/milheiro.[280]

Quando Francisco passou a fazer parte do quadro de funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", 44 dias depois conseguiu a transferência de Leodino para a mesma função de oleiro. Toda a família recebia salários por empreitada. Os filhos trabalhavam em vários setores da Fábrica, tais como o de embalagem de louças, confecção das mesmas e pintura das peças.

[279] APM-SJC, ficha de funcionário. Caixa 5, Env. 440.
[280] Idem, Caixa 5, Env. 433.

O pai era analfabeto, mas os cinco filhos assinaram os respectivos nomes nas fichas. Todos os filhos eram solteiros no ato de admissão à Fábrica. Se o pai apontava como beneficiários os filhos e esposa, os filhos dividiram-se quanto à preferência: Diva, Jandyra e Albertina indicaram somente a mãe como beneficiária; já Leodino e Antenor indicaram ambos os pais como beneficiários.

Podemos, portanto, descartar a hipótese de desídia no ato de preenchimento dos dados dos novos funcionários da Fábrica de Louças por parte do encarregado das fichas. Em épocas diferentes, há a confluência de informações que nos permitem afirmar que havia uma clara discórdia na família: por motivos não documentados nas fichas, as filhas preferiram não indicar o pai como beneficiário, ao contrário dos filhos homens, que indicaram ambos os pais como beneficiários. As filhas, de forma não diretamente confrontadora, contestavam a figura paterna.

Quando Francisco, o pai, passou a fazer parte do quadro de funcionários da Fábrica, suas filhas Diva e Jandyra já haviam deixado seus empregos, respectivamente, com 22 e 21 anos de idade. Enquanto os filhos deixavam de ser funcionários da Fábrica de Louças, o pai, Francisco, o último a ser admitido, era também o último a deixar o quadro de funcionários da Fábrica, contando quase 55 anos de idade.

Todos os filhos menores de Francisco B. foram admitidos como funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" justamente no período em que houve um pico na utilização de jovens no ambiente fabril:

Tabela 7 – Amostragem de Fichas de Jovens
(1941-1951) – Sexos Feminino e Masculino

	Número de Jovens	
Ano	Feminino	Masculino
1941	10	3
1942	10	10
1943	11	15

1944	10	13
1945	6	3
1946	13	13
1947	4	11
1948	7	11
1949	5	10
1950	8	10
1951	13	7
Soma e (%) do total	97 (44,29% do total)	106 (45,88% do total)

A porcentagem de jovens de ambos os sexos do período 1941-1951 atingiu quase 45,11% de nossa amostragem (450 fichas), um número considerável. Acreditamos que o pico, de 1941 a 1951, na utilização de mão-de-obra jovem (13 a 17 anos de idade) deva-se a um maior consumo nacional de produtos fabricados no Brasil, num contexto de progressiva substituição de importações,[281] o que teria possibilitado a expansão produtiva da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

A expansão produtiva da Fábrica pode ser comprovada através de sucessivos pedidos de autorização para a ampliação das instalações fabris junto à Prefeitura de São José dos Campos, além dos pedidos de abertura de loteamento da antiga Fazenda "Sant'Anna", o que gerou grandes lucros à família Bonadio:

Tabela 8 – Pedidos de Ampliação da Fábrica de Louças e aprovação de loteamento (1941-1958)

N.º do Processo	Assunto	Exercício
1142	Ampliação Prédio	1941
0923	Ampliação Instalação	1943
2018	Ampliação Fábrica	1946
0301	Construção Vila Operária	1947
1288	Construção Prédio	1952
1289	Ampliação Prédio	1952
1283	Ampliação Instalações	1955
3029	Construção Prédio	1955
3545	Aprovação Loteamento	1958

Fonte: Registro de requerimentos junto à Prefeitura de São José dos Campos. APM-SJC.

[281] Cf. LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural.

Portanto, entre os anos de 1941 e 1951 a Fábrica expandiu as suas instalações, passando a necessitar de maior quantidade de mão-de-obra. A mão-de-obra juvenil atingiu o seu pico num contexto de aumento da produção. Entre 1952 e 1958 outros pedidos foram realizados, dentre os quais o projeto de uma Vila Operária – efetivamente construída perto da Fábrica de Louças, segundo L. Soares e A. Sousa,[282] – e a aprovação do loteamento que seria denominado "Satélite", próximo às instalações da Alpargatas, que comprara o terreno de sua fábrica com a família Bonadio. O autor do pedido de loteamento foi Mario Coriolano Bonadio, que dirigia a Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Quando não houve mais a possibilidade de ter lucros consideráveis numa cidade que maciçamente se industrializava em outros ramos e apresentava crescimento populacional vertiginoso, a alternativa encontrada pela Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi a de vender suas instalações e demitir os funcionários, fato acontecido em 1973.

As confluências encontradas em São José dos Campos, em uma estrutura que se modificou ao longo de um século (ca.1870-1973), são: a Fábrica de Louças "Santo Eugênio", fundada em 1921, de produção tradicional, utilizou a mão-de-obra joseense disponível, com porcentagem considerável de jovens de 13 a 17 anos de idade, que trabalhavam por causa de sua manifesta pobreza. De 1921 a 1973 a cidade passou, de "Estância" de tratamento de tuberculosos para massivamente industrializada, devido a sua privilegiada localização geográfica, entre o eixo Rio-São Paulo, facilidade de transportes após a abertura da Rodovia Presidente Dutra (1951), além das facilidades e incentivos oferecidos à Municipalidade a investidores.

[282] SOARES, L. L. ; SOUSA, A. M. S. Modernidade e Urbanismo Sanitário – São José dos Campos, p. 96.

3.2. Confluências quantificadas: análise dos dados contidos nas fichas de jovens trabalhadores – 13 a 17 anos de idade – da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", fundada em 1921, sempre utilizou mão-de-obra juvenil em suas instalações. Quando fundada, a Fábrica era considerada de monta, utilizando cerca de 70 funcionários.[283] A utilização de dados das fichas de 1935-1973 apenas deve-se à disponibilidade da documentação existente, conforme já apontado. Na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" o trabalhador – fosse menor de idade ou não – tinha dados cadastrados numa ficha no ato da admissão. A fotografia do jovem era obrigatória, embora tenhamos encontrado aproximadamente apenas 30% das fichas com fotos.

Apesar da lacuna indicada acima, é possível afirmar que a análise e sistematização de dados das fichas de jovens trabalhadores no período 1935-1973 podem elucidar vários aspectos relacionados ao trabalho juvenil na cidade de São José dos Campos.

Nesse período, São José dos Campos transformou-se de uma cidade que chegou a ser considerada oficialmente uma "Estância" de tratamento de tuberculosos em uma cidade tipicamente industrial. É interessante notar que essas atividades econômicas conviveram de forma nem sempre harmônica na cidade, pois ambas geravam restrições entre si: eflúvios poluentes prejudicavam os ares "puros e adequados" joseenses para tratamento de tuberculosos, além dos resíduos industriais que eram jogados no Rio Paraíba e riachos secundários. Ambas as atividades eram restritivas, mas não excludentes entre si, para os padrões estabelecidos pelos grupos dirigentes da cidade.

Estes grupos, entre a década de 10 e meados da década de 50, não tinham a intenção de especializar a cidade numa única atividade econômica, tal como o realizado por Campos do Jordão, que, quando o tratamento de tuberculosos estava no auge, dedicava-se a esta atividade com todas as suas forças. Quando a penicilina fez com que os métodos de

tratamento em "Estâncias" fossem considerados antiquados e de proveito mínimo, os jordanenses especializaram-se em promover a cidade como turística, principalmente para as classes mais favorecidas.

Nosso objetivo neste capítulo é elucidar as principais características da mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", um estabelecimento comercial de produção tradicional e de administração familiar, através de uma análise quantitativa.

Consideramos como critério para nossa análise a faixa etária de 13 a 17 anos de idade não de forma arbitrária, mas adotando – em parte – parâmetros estabelecidos por Michelle Perrot. De acordo com a historiadora francesa,

> (...) instaura-se uma categoria de jovens trabalhadores – doze a dezesseis, ou treze a dezoito anos – que corresponde à adolescência, cuja percepção biológica se aguça. Com efeito, essas medidas são tomadas em nome de um "crescimento incompleto", ou de uma menor resistência à fadiga.[284]

Para Michelle Perrot, a mão-de-obra infantil estende-se de tenras idades até o limite de 12 anos.[285] Em nossa pesquisa, não trabalhamos com dados dos jovens de 12 ou de 18 anos, pois os que possuíam 12 anos quase não eram admitidos na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", ao menos no período 1935-1973. A Fábrica de Louças contratava jovens de 18 anos de ambos os sexos em grande quantidade, o que dificultaria a nossa análise, pois o *corpus* documental seria obrigatoriamente maior.

Portanto, adequamos em parte, com fins de estabelecer um recorte que favorecesse o desenvolvimento de nosso trabalho, os parâmetros estabelecidos por Perrot para o período da adolescência. Estudamos, tão somente, fichas de jovens trabalhadores de 13 a 17 anos de

---

[283] CORREIO JOSÉENSE, 06.11.1921, nº 84, s.p.
[284] PERROT, M. A juventude operária. Da oficina à fábrica, pp. 92-93.

idade, período que, ao nosso ver, especifica claramente um período na vida do jovem em que há uma transição entre o início da puberdade e o limiar da vida adulta. Isso, tal como especifica Groppo, é forjar uma representação sociocultural,[286] o que foi necessário para viabilizar nossa pesquisa, sistematização e análise dos dados contidos nas fichas de trabalhadores menores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

A discussão sobre elementos da mão-de-obra juvenil em estabelecimentos fabris no Estado de São Paulo recebeu tratamento original e incisivo de alguns historiadores. Destacamos, especificamente, as obras de Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, cujas leituras, serviram de inspiração e parâmetro de excelência para a presente Dissertação de Mestrado. A autora discute, dentre outros assuntos, a questão dos acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes na indústria, além da presença e ações destes e de mulheres nas fábricas, dentro da dinâmica capitalista.[287]

Por outro lado, desconhecemos a existência de outros estudos que versem sobre a mão-de-obra juvenil através da análise de fichas de funcionários em São José dos Campos ou em sua região, o Vale do Paraíba paulista, dentro da chamada "longa duração". Nosso estudo, portanto, ressalta a importância dos jovens na industrialização de São José dos Campos, além de elementos inerentes a esta mão-de-obra.

A seguir apresentamos as tabelas referentes à amostragem utilizada, levando em consideração o número de jovens referentes a cada ano:

Tabela 9 – Amostragem de Fichas de Jovens
(1935-1973) – Por Ano – Sexo Feminino

Ano	Número de Jovens
1935	5

[285] PERROT, M. A juventude operária. Da oficina à fábrica, p. 92.
[286] Cf. GROPPO, L. Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas.
[287] Cf. MOURA, E. B. B. de. "Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do Capital" e "O acidente de trabalho em São Paulo (1890-1919)".

1936	9
1937	8
1938	9
1939	5
1940	6
1941	10
1942	10
1943	11
1944	10
1945	6
1946	13
1947	4
1948	7
1949	5
1950	8
1951	13
1952	3
1953	3
1954	6
1955	4
1956	4
1957	4
1958	9
1959	0
1960	9
1961	0
1962	4
1963	1
1964	1
1965	0
1966	0
1967	8
1968	7
1969	1
1970	3
1971	5
1972	7
1973	1

Total	219

A amostragem de fichas do sexo feminino mostra, além do número utilizado (219), a noção de que nos anos de 1946 e 1951 encontra-se o número majoritário de jovens em relação ao período estudado (13 em cada ano).

Por outro lado, nos anos de 1959, 1961, 1965 e 1966 não houve meios de incluir fichas de trabalhadores do sexo feminino em nossa amostragem, por absoluta escassez das mesmas e/ou por falta de informações básicas, tais como a data de admissão, demissão etc.

Tabela 10 – Amostragem de Fichas de Jovens
(1935-1973) – Por Ano – Masculino

Ano	Número de Jovens
1935	6
1936	7
1937	18
1938	12
1939	6
1940	5
1941	3
1942	10
1943	15
1944	13
1945	3
1946	13
1947	11
1948	11
1949	10
1950	10
1951	7
1952	6
1953	5
1954	6
1955	9
1956	4

1957	2
1958	6
1959	4
1960	6
1961	0
1962	2
1963	0
1964	2
1965	0
1966	0
1967	11
1968	1
1969	3
1970	2
1971	0
1972	0
1973	2
Total	231

A amostragem de fichas do sexo masculino mostra, além do número utilizado (231), a noção de que nos anos de 1937 e 1943 encontra-se o número majoritário de jovens em relação ao período estudado (18 em 1937, 15 em 1943).

Por outro lado, nos anos de 1961, 1963, 1965, 1966, 1971 e 1972 não houve meios de incluir fichas de trabalhadores do sexo masculino em nossa amostragem, por absoluta escassez das mesmas e/ou por falta de informações básicas, tais como a data de admissão, demissão etc.

Os anos que são comuns na falta de dados para a composição de nossa amostragem referentes a ambos os sexos são 1961, 1965 e 1966, anos de grande incerteza econômica no Brasil. O ano de 1961 foi um período de incertezas na política nacional (renúncia de Jânio Quadros após sete meses de governo, com posterior implantação do parlamentarismo), e 1965

e 1966 foram anos de recessão, no início do governo militar de Humberto de Alencar Castelo Branco.[288]

No contexto da cidade de São José dos Campos, 1961 foi o ano da implantação da indústria de armários de cozinha e congêneres Fi-El e em 1965 a Avibrás instalou-se na cidade. Não houve a implantação de indústrias de porte na cidade em 1966. A implantação da Avibrás acompanhou, tão somente, a anterior ida para a cidade das indústrias do setor aeroespacial, tais como a Neiva (1954), Tecnasa (1962), Aerotec (1963), culminando, em 1969, na fundação da EMBRAER.

Portanto, a ausência de dados relativos a alguns anos na documentação de Fichas de funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" são, ao nosso ver, justificáveis. A contratação de novos funcionários, numa época de recessão na economia brasileira, fez com que o número de menores e, acreditamos, de trabalhadores maiores na Fábrica diminuísse.

Lacunas em algumas tabelas, ao nosso ver, não são entraves para a análise dos dados referentes aos jovens de 13 a 17 anos de idade da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

A quantificação dos dados contidos nas fichas foi dividida em três grupos, através da transcrição de 450 (quatrocentas e cinqüenta) fichas de trabalhadores em *fichas-resumo*. Estas foram sistematizadas em planilhas. O olhar sobre as fichas foi norteado pela História Serial. A análise dos dados foi realizada e dividida em três grandes grupos:

Primeiro grupo: *Dados pessoais do trabalhador na Fábrica.*

Itens: a. Idade; b. Estado civil declarado; c. Anotações sobre os pais do jovem; d. Naturalidade; e. Níveis aparentes de escolaridade; f. Local de moradia.

Segundo grupo: *Dados de inserção do trabalhador na Fábrica.*

Itens: a. Função inicial; b. Beneficiários; c. Formas de pagamento; d. Salários iniciais; e. Cálculo do tempo de serviço.

Terceiro grupo: *Dados de ocorrências sobre o trabalhador na Fábrica.*

[288] Cf. FAUSTO, Boris. História do Brasil.

Itens: a. Acidentes de trabalho; b. Afastamento pelo I.A.P.I. ou I.N.P.S.; c. Participação do trabalhador em greves; d. Registros quanto a atitudes diversas.

Para a análise dos dados, não utilizamos termos tais como “meninos”, “meninas”, “rapazes”, “moças” etc. Classificamos os jovens trabalhadores conforme o sexo: “feminino” e “masculino”.

3.2.1. Dados pessoais do trabalhador na Fábrica

a. Idade

Tivemos o cuidado de elencar, em tabelas, os dados referentes à idade exata de admissão do jovem trabalhador na Fábrica de Louças. Exemplo: o funcionário Lázaro dos Reis A. nasceu em 16 de Agosto de 1953. Foi admitido em 08 de Agosto de 1967. Tinha, portanto, 13 anos e 357 dias de vida quando adentrou à Fábrica.[289]

O número de trabalhadores menores de 13 a 17 anos de idade encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 11 – Idade do jovem quando admitido
Sexos Feminino e Masculino

Idade	Quantidade
13	11
14	178
15	118
16	81
17	62
Total	450

[289] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 1, env. 28.

A Fábrica de Louças concentrava, portanto, a maioria de suas contratações de menores entre as idades de 14 e 15 anos, trabalhadores que representam 65,77% do total.

De posse dos dados sistematizados em planilha, tivemos condições de indicar a média, por sexo, dos quesitos básicos de inserção por idade na Fábrica:

Tabela 12 – Idade do jovem quando admitido

Sexo Feminino

Idade	Quantidade
13	3
14	81
15	66
16	40
17	29
Total	219

Tabela 13 – Idade do jovem quando admitido

Sexo Masculino

Idade	Quantidade
13	8
14	97
15	52
16	41
17	33
Total	231

Em relação ao sexo feminino, o número de jovens que contavam na época da contratação com 14 e 15 anos corresponde a 67,12% do total, porcentagem apenas um pouco acima da média geral. Já o sexo masculino contou com 64,50% de trabalhadores entre 14 e 15 anos.

A média etária em anos e dias de idade no período de admissão do jovem também foi estabelecida:

Tabela 14 – Média etária de idade – admissão do jovem

Sexo Feminino

Idade	Média – Dias
13	226
14	149
15	171
16	175
17	175
Total:	15 anos, 164 dias.

Tabela 15 – Média etária de idade – admissão do jovem

Sexo Masculino

Idade	Média – Dias
13	224
14	161
15	160
16	193
17	212
Total:	15 anos, 175 dias.

A diferença de 11 dias de média entre jovens do sexo masculino e feminino indica uma uniformidade no ato da admissão dos trabalhadores. Jovens que quisessem ser admitidos pela Fábrica de Louças deveriam possuir, de preferência, entre 14 e 15 anos. Já os de 13 anos eram contratados apenas em caráter excepcional e, ainda assim, de preferência, quando estivessem prestes a completar 14 anos.

Seja qual for o sexo do jovem, suas condições físicas, tais como a sua altura,[290] eram avaliadas. A tenra idade deveria ser capaz de cumprir uma carga horária condizente com as necessidades da Fábrica. Tal avaliação era fundamental para um tipo de indústria tradicional,

[290] Algumas fichas de funcionários possuem indicação da altura dos trabalhadores na ocasião da admissão.

com muitos de seus setores internos que demandavam, quando não força, destreza e habilidade no manuseio da louça.

Outro elemento que levantamos em nossa análise foi a demissão de menores:

Tabela 16 – Demissão de menores

Sexos Feminino e Masculino

Enquanto menor	326
Após 18 anos	124
Total	450

A esmagadora maioria – 72,44% – era demitida da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" antes de completar 18 anos.

Tabela 17 – Preservação de mão-de-obra na Fábrica após os 18 anos

Por Sexo

Feminino	64
Masculino	60
Total	124

A preservação da mão-de-obra na Fábrica após os 18 anos mostra uma vantagem ínfima (3,22%) para a manutenção do emprego de menores do sexo feminino.

Portanto, através da análise dos dados, chegamos à conclusão que, dentro do ambiente da Fábrica de Louças, não havia preferência declarada por um dos sexos. Ambos eram capazes de fazer, em pé de igualdade, grande parte das funções disponíveis no ambiente fabril, fossem tarefas delicadas ou não.

b. Estado civil declarado

O estado civil declarado por parte dos menores é um indicativo aparente de não estabelecerem família própria em tenra idade:

Tabela 18 – Estado Civil do jovem no ato da admissão
Sexos Feminino e Masculino

Estado Civil	Quantidade
Solteiro	406
Casado	5
Sem informações	39
Total	450

Quatrocentos e seis jovens declararam ser "solteiros" no ato da admissão, o que representa 90,22%. Por outro lado, 5 jovens declararam ser casados (1,11% do total). Trinta e nove fichas não possuem informações sobre o estado civil no ato da admissão.

Por outro lado, sabemos que casamentos em tenra idade não eram incomuns na época. Jovens funcionários poderiam casar-se ou mesmo viver maritalmente sem informar a Fábrica de seus atos, portanto, perfazendo um índice maior do que os 1,11% encontrados. Dentre os jovens cujas fichas fazem parte da amostragem, verificamos a existência de uma menor de idade que conseguiu licença de um mês,[291] incomum entre os jovens. Esta "licença de um mês" pode indicar o afastamento da trabalhadora para o parto e posterior resguardo. Outra hipótese possível é a de que a declaração, no ato de admissão, de que o jovem era casado restringia a entrada deste na Fábrica, portanto, uma informação que valia a pena ser omitida no ato de fornecer informações para o preenchimento da ficha.

Na análise das fichas, não encontramos referências de que os funcionários responsáveis pelo registro das informações em fichas pedissem a Certidão de Casamento dos

menores que estavam se empregando. Encontramos registros de, no ato da demissão, serem devolvidos ao trabalhador documentos tais como caderneta do Instituto de Saúde e certificado de alfabetização.[292]

Já os menores que declararam ser "casados" no ato da admissão divIdem-se por sexos da seguinte forma:

Tabela 19 – Menores enquanto casados

Por Sexo

Feminino	3
Masculino	2
Total	5

Portanto, 60% dos trabalhadores que declararam ser "casados" eram do sexo feminino.

c. Anotações sobre os pais do jovem

A sistematização de dados sobre os pais do jovem foi fundamental para demarcar as condições familiares que levaram ao preenchimento de mais um posto de trabalho. Algumas lacunas são explicativas:

Tabela 20 – Anotações sobre os pais do jovem

Por Sexo		Sexos	
Situação	Quantidade	Feminino	Masculino
Sem nome da mãe na ficha	46	16	30
Sem nome do pai na ficha	20	12	8
Pai falecido	8	6	2
Pai "incógnito"	8	3	5
Filho "ilegítimo"	3	2	1

[291] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 8, env. 785.
[292] Idem, caixa 1, env. 51.

Mãe falecida	3	3	0
Órfão de pais	3	3	0
Total	91	45	46

A ausência dos nomes do pai ou da mãe na lista atingiu uma porcentagem considerável, perfazendo 14,66% das fichas. Não acreditamos que tal lacuna tenha acontecido por desleixo na ocasião de registro do trabalhador menor. Por outro lado, a existência de pais "incógnitos" e filhos "ilegítimos" atingiu a porcentagem de 2,43%.

O estigma de ter um pai "incógnito" ou de ser um filho "ilegítimo" era determinante para que dados tão importantes como o nome da mãe ou do pai, no ato do preenchimento da ficha, fossem simplesmente omitidos. Acreditamos que a porcentagem de filhos "ilegítimos" ou de pais "incógnitos" seja maior do que o registrado.

A constatação de que 2,43% dos trabalhadores eram órfãos de pai ou de mãe também reforça a afirmação acima. Acreditamos que a porcentagem de filhos órfãos seja maior; talvez seja essa uma das razões da alta porcentagem de lacunas no registro do nome dos pais nas fichas. Apenas 0,66% eram órfãos de ambos os pais.

Reafirmando a questão de que havia um estigma em ser um jovem órfão, "ilegítimo" ou de ter um pai "incógnito", vejamos o texto de Luiza Irene Galvão sobre a questão da orfandade na época em São José dos Campos:

> As relações de compadrio e a prática informal da solidariedade e da caridade, quase sempre inspiradas em preceitos cristãos, não deixavam transbordar para fora das famílias as emergências de atendimento à saúde dos adultos e o cuidado com as crianças que, por algum motivo, haviam ficado sem suas famílias genealógicas. Assim, na década de 40, os dois asilos para menores desamparados existentes em

> São José [dos Campos], a Casa Santa Inês e o Asilo Éden (no Buquira) [depois cidade de Monteiro Lobato], não tinham sequer clientela para as vinte vagas disponíveis em cada um deles! O primeiro abrigava sete e o outro quatorze crianças.[293]

Acreditamos que as relações de compadrio, na época, eram suficientes para tirar boa parte dos jovens da orfandade. Entretanto, a entrada ou não de órfãos no Asilo dependia da boa vontade de quem abrigava os menores, e, também, da disposição da criança ou jovem em ir ou continuar abrigado em alguma instituição de caridade, sem fugas. Muitos acabavam, sem pai ou mãe, encontrando sobrevivência na Fábrica, sempre necessitada de mão-de-obra barata. Para a Fábrica, se o jovem omitisse a informação de que não possuía pai, mãe, ou mesmo ambos, não era determinante para afastá-lo da atividade fabril.[294]

d. Naturalidade

As sete cidades que mais forneceram mão-de-obra para a Fábrica de Louças "Santo Eugênio", foram, pela ordem:

Tabela 21 – Locais de nascimento dos jovens trabalhadores

Por Sexo

Cidades	Número de Jovens
São José dos Campos	237
Jambeiro	21
São Paulo	19
Paraibuna	17
Caçapava	14
Jacareí	13
Aparecida do Norte	5

[293] GALVÃO, L. I. Santa Casa de São José dos Campos: um século de vida, salvando vidas, p. 9.
[294] Não havia, nas 450 fichas analisadas, indícios que revelem que havia alguma suspeição por parte dos empregadores em admitir trabalhadores menores oriundos de instituições de caridade ou Asilos.

Outros	124
Total	450

A maioria dos trabalhadores (52,66%) declarou-se natural de São José dos Campos, o que contraria conclusões quanto à existência de uma presença massiva de indivíduos oriundos de outras cidades na composição da mão-de-obra fabril joseense, ao menos na década de 70 do século passado, tal como afirma Léa Francesconi, cuja pesquisa foi realizada em 1974, quando a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" já não existia:

> A participação da mão-de-obra migrante é sempre majoritária em todos os setores das indústrias de São José dos Campos e Jacareí. Sempre mais de 60% de pessoal de outros municípios participa da mão-de-obra, seja em indústrias 'tradicionais', 'intermediárias', 'diversas'."[295]

Outro centro de atração de migrantes, São Paulo, cidade que sempre atraiu mão-de-obra de outras cidades e Estados, forneceu 4,22% da mão-de-obra da Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Os locais de nascimento dos jovens trabalhadores foram elencados na tabela abaixo:

Tabela 22 – Locais de nascimento dos jovens trabalhadores

Vale do Paraíba

Posição	Cidades	Número de Jovens
1	São José dos Campos	237
2	Jambeiro	21
3	Paraibuna	17
4	Caçapava	14

[295] FRANCESCONI, L. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares*. Dissertação de Mestrado, p. 63.

5	Jacareí	13
6	Aparecida do Norte	5
7	Guaratinguetá	3
	Taubaté	3
	Tremembé	3
8	Areias	2
	Igaratá	2
	Lorena	2
	Monteiro Lobato	2
	Natividade da Serra	2
	Pindamonhangaba	2
	São José do Barreiro	2
	São Luiz do Paraitinga	2
9	Bananal	1
	Cachoeira Paulista	1
	Lavrinhas	1
	Santo Antônio do Pinhal	1
	Silveiras	1
	Total	337

Considerando tão somente o Vale do Paraíba, a esmagadora maioria (70,22%) declarou-se natural de São José dos Campos. Somadas, as cidades do Vale do Paraíba tiveram a porcentagem de 74,88%.

Verificamos, também, o número de localidades (por Estado) que tiveram citações como áreas de nascimento por parte dos trabalhadores:

Tabela 23 – Locais de nascimento dos jovens trabalhadores

Por Estado

Posição	Estado	Número de Localidades
1	São Paulo	53
2	Minas Gerais	17
3	Rio de Janeiro	2
4	Alagoas	1
	Mato Grosso	1

	Pará	1
	Pernambuco	1
	Santa Catarina	1
	Total	77

Levando em consideração os dados da tabela acima, verificamos que o número de cidades do Estado de São Paulo representa 68,83% do total, e que Minas Gerais representa 22,07%. A região Nordeste, representada na tabela por Alagoas e Pernambuco, representa apenas 2,59% do total.

O sul de Minas Gerais era o local de origem da maior parte do contingente de trabalhadores fora do Estado de São Paulo (92,30%):

Tabela 24 – Locais de nascimento dos jovens trabalhadores

Minas Gerais

Posição	Cidades	Número de Jovens
1	Itajubá	7
2	Paraisópolis	3
3	Sapucaí-Mirim	2
4	Baependi	1
	Cristina	1
	Diamantina	1
	Dom Silvério	1
	Soledade de Minas	1
	Silvianópolis	1
	Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas)	1
	São Lourenço	1
	Pouso Alegre	1
	Pouso Alto	1
	Poços de Caldas	1
	Maria da Fé	1
	Machado	1
	Itamonte	1

	Total	26

A cidade de Itajubá forneceu 26,92% da mão-de-obra juvenil oriunda de Minas Gerais. A cidade que mais se aproximou de Itajubá nas estatísticas foi Paraisópolis, com 11,53%, seguida pela cidade de Sapucaí-Mirim, com 7,69%. O restante das cidades mineiras perfaz 53,84% do total.

A importância do estudo das migrações de Minas Gerais para o Vale do Paraíba e, especificamente, para São José dos Campos é grande. A análise do exemplo acima comprova a importância crescente da mão-de-obra mineira na composição da mão-de-obra disponível para as indústrias. Altino Bondesan afirma sobre a presença dos mineiros em São José dos Campos:

> Minas vai conquistando o Vale do Paraíba, através da fecundidade de suas mulheres e do engenho de seus filhos. Há épocas de mais mineiros e menos mineiros. Mas não conhecemos época sem mineiros.[296]

e. Níveis aparentes de escolaridade

Dentre os documentos disponíveis junto às Fichas de funcionários da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", é rara a existência de cópias xerográficas que comprovem a escolaridade do menor. Assim, tivemos que verificar os níveis aparentes de escolaridade do jovem mediante sua capacidade ou não de assinar a ficha:

[296] BONDESAN, A. São José em quatro tempos, p. 97.

Tabela 25 – Alfabetismo e analfabetismo

Por Sexo

Situação	Número de trabalhadores
Assinou a ficha	369
Analfabeto (a rogo de)	49
Sem informações	32
Total	450

Oitenta e dois por cento dos jovens trabalhadores assinaram a ficha, uma porcentagem alta, se considerarmos os índices de analfabetismo da população brasileira no período de 1935-1973. Seriam analfabetos funcionais, dada a precariedade no ensino em São José dos Campos, ao menos até o início da década de 70? Dentre os trabalhadores "alfabetizados", extraímos os dados abaixo:

Tabela 26 – Alfabetismo

Por Sexo

Sexo	Número de trabalhadores
Feminino	185
Masculino	184
Total	369

A diferença entre a alfabetização ocorrida entre os sexos é ínfima (apenas 0,27%), o que indica, no mínimo, a preocupação dos jovens e/ou das famílias em proporcionar a alfabetização para os jovens de ambos os sexos. No período 1935-1973, a educação pública em São José dos Campos possuía uma crônica escassez do oferecimento de vagas, com inúmeras lutas encetadas pela população para pressionar o Poder Público a construir mais escolas.[297]

[297] O VALEPARAIBANO, 04.02.1958, p. 4.

A diferença entre jovens do sexo masculino e feminino em relação ao “analfabetismo” é de 10,21%. Os jovens do sexo masculino tendiam a ser admitidos pela Fábrica em maior quantidade sem necessariamente estar alfabetizados:

Tabela 27 – Analfabetismo

Por Sexo

Sexo	Número de trabalhadores
Feminino	22
Masculino	27
Total	49

As lacunas que ocorrem na informação se o jovem é alfabetizado, ou não, são mais presentes em relação ao sexo masculino (62,50%), o que não é necessariamente uma surpresa, pois vimos na tabela anterior que o número de trabalhadores analfabetos admitidos era consideravelmente maior no caso do sexo masculino:

Tabela 28 – Lacunas na informação sobre alfabetismo / analfabetismo

Por Sexo

Sexo	Número de trabalhadores
Feminino	12
Masculino	20
Total	32

f. Local de moradia

Os locais de moradia dos jovens trabalhadores da Fábrica de Louças “Santo Eugênio” encontram-se abaixo:

Tabela 29 – Ruas que sediaram as moradias dos jovens

São José dos Campos-SP

Posição	Nome da rua	Número de Registros
1	Paraibuna	63
2	Siqueira Campos	14
3	24 de Outubro	13
4	Floriano Peixoto	8
	Pedro Álvares Cabral	8
	São José	8
5	Eugenio Bonadio	7
	Rubião Júnior	7
	Vilaça	7
6	Dolzani Ricardo	6
	Coronel José Monteiro	6
7	Conselheiro Rodrigues Alves	5
	São João	5
8	9 de Julho	4
	Adhemar de Barros	4
	Antonio Saes	4
	Cemitério	4
	Francisco Rafael	4
	Lavapés	4
	Luiz Jacinto	4
	Major Antônio Rodrigues	4
	Riachuelo	4
	Rui Barbosa	4
	Serafim Dias Machado	4
9	Outros	100
10	Não identificado na ficha	149
	Total	450

A rua Paraibuna, situada nas imediações da rua Eugênio Bonadio, local da Fábrica de Louças, representa 14,00% do total. Como afirmava Palmiro Masiero sobre a rua,

> (...) assim denominada no período urbano, na realidade era a estrada de Paraibuna, inaugurada por volta de 1905. Foi construída para melhor comunicação entre as duas cidades, às expensas das prefeituras de Paraibuna e São José dos Campos, participando cada uma, respectivamente, com 2:000$000 e 1:000$000. Ao governo estadual coube apenas a construção da ponte sobre o rio Paraíba. Essa rua sempre teve grande movimento, pois, mesmo antes da Rodovia Pres. Dutra, ligava a cidade com a antiga Estrada de Rodagem São Paulo-Rio.[298]

Como vimos acima, a Estrada, quando foi criada, teve uma maior contribuição da cidade de Paraibuna do que a de São José dos Campos. Acreditamos que a última não pôde contribuir com mais recursos monetários por absoluta falta dos mesmos, no início do século XX. Ao longo do período 1921-1973, os trabalhadores da Fábrica de Louças viviam, provavelmente, em sub-locações diversas, algumas, acreditamos, não longe do que é denominado "cortiço" na rua Paraibuna. Entretanto, levando em consideração o final do leito da citada rua, era possível fazer o trajeto do final desta rua até os portões da Fábrica em vinte minutos, a passo rápido, sem a tomada de atalhos por terrenos baldios.[299]

Também criamos uma tabela que informa, por bairro, qual a incidência de moradias dos jovens trabalhadores da Fábrica:

Tabela 30 – Bairros que sediaram as moradias dos jovens

São José dos Campos-SP

Posição	Nome do bairro	Número de Registros
1	Centro	197
2	Vila Progresso	50

[298] MASIERO, P. São José dos Campos de Omar Fonseca, s.p.
[299] Tivemos a ocasião de refazer tal trajeto no dia 13 de Setembro de 2008, para estabelecer o tempo necessário para o trabalhador chegar aos portões da Fábrica caminhando até o final da rua Paraibuna.

3	Vila Maria	32
4	Jardim Paulista	30
5	Vila Ema	17
6	Outros	66
7	Não especificado	58
	Total	450

O Centro de São José dos Campos sediava 43,77% das moradias dos trabalhadores. A Vila Progresso, Vila Maria, Jardim Paulista e Vila Ema eram relativamente próximas, entre vinte e trinta minutos de bicicleta. Portanto, os bairros próximos ao Centro eram os locais preferidos para o estabelecimento de moradias, pois seria penoso morar a muitos quilômetros do local de trabalho. Já 12,88% das fichas não possuíam quaisquer referências sobre moradia.

Por outro lado, 14,88% das fichas possuíam registro dos locais mais diversos, desde locais na Zona Rural de São José dos Campos, distantes a mais de 20 quilômetros do Centro, até de jovens (0,66%) que viviam na "Linha Velha", a primeira favela de São José dos Campos, construída em um local que sediara o anterior leito da Estrada de Ferro.

3.2.2. Dados de inserção do trabalhador na Fábrica

a. Função inicial

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), de 1943, e por legislações complementares, os jovens podiam trabalhar a partir dos 14 anos como aprendizes.[300] Em nossa amostragem, dos 99 jovens que eram "aprendizes", 4 deles possuíam menos de 14 anos, o que contrariava a legislação vigente, pois, segundo Mesquita,

[300] DECRETO FEDERAL n.º 32.546, de 06.10.1952. In: CAMPANHOLE, A. Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar, pp. 793-795.

> (...) o aprendiz é empregado menor, entre 14 e 18 anos, porque, segundo a legislação vigente, a formação profissional, ministrada por aprendizagem, só existe para os empregados adolescentes, menores, com o mínimo de 14 anos e o máximo de 18 anos. É certo que os empregados com idade inferior ou superior a esses limites podem receber ensino ou formação profissional; porém, não sob a forma de aprendizagem, que supõe um contrato especial de trabalho neste sentido, próprio e específico para os menores naquela faixa de idade entre 14 e 18 anos.[301]

Entretanto, três dos menores que possuíam 13 anos e receberam o rótulo de "aprendizes", estavam quase completando 14 anos,[302] e a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" não se furtou em admiti-los como aprendizes, embora, pela letra da lei, estivessem agindo de forma ilegal. Outros rótulos foram utilizados para atribuir funções a seus jovens empregados:

Tabela 31 – Funções dos jovens na Fábrica

Por Sexo

Funções	Quantidade
Aprendiz	99
Servente	97
Auxiliar	64
"Serviços Avulsos"	63
Ajudante	4
Outros	123
Total	450

[301] MESQUITA, L. J. de. apud NOGUEIRA, P. L. Comentários ao Código de Menores, p. 143.
[302] APM-SJC, fichas de funcionários n.ºs 28, (caixa 1), 3624 (caixa 37), 3711 (caixa 38) e 3777 (caixa 38).

Vinte e dois por cento dos jovens admitidos à Fábrica eram considerados "aprendizes"; os "serventes" atingiram a porcentagem de 21,55%; já os "auxiliares", e os "ajudantes" tiveram 14,22% e 0,88% respectivamente.

A exceção à regra quanto a rotular com nome específico a função exercida pelo jovem é referente à expressão "serviços avulsos", que atingiu a porcentagem de 14,00%. Este termo indica que o jovem não tem sequer o direito de possuir um rótulo de função que o diferencie dos demais funcionários. O jovem que se enquadrava em "serviços avulsos", podia, num mesmo dia, trabalhar no forno, na escolha ou mesmo no encaixotamento das louças, o que lhe exigiria mais ou menos esforços físicos.

Os principais setores em que os jovens de 13 a 17 anos de idade trabalhavam eram:

Tabela 32 – Setores dos jovens na Fábrica

Por Sexo		Sexos	
Setor	Quantidade	Feminino	Masculino
Decoração / Pintura	77	73	4
Tornos / Fábrica	219	68	151
Escritório	22	10	12
Outros	132	68	64
Total	450	219	231

O setor que mais empregava os jovens de 13 a 17 anos de idade na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" era o de "Tornos", colocado na mesma categoria de "Fábrica", com 48,66%, que congregava funções diversas, desde amassar a mistura necessária para as louças, fazer a moldagem destas e providenciar a sua queima. Neste setor, a mão-de-obra majoritária era masculina, com 68,94%.

Outro setor que empregava muitos jovens era o da "Decoração e Pintura" das peças, perfazendo 17,11% do total. Nesse setor temos o domínio quase exclusivo da mão-de-obra feminina, com 94,80%.

O terceiro setor que empregava consideravelmente a mão-de-obra jovem era a de "Escritório", com 4,88%. Neste setor, há, por parte dos empregadores, uma pequena diferença na escolha do sexo de seus funcionários: 54,54% dos jovens que trabalhavam no "Escritório" eram do sexo masculino.

Diversas outras funções dentro da Fábrica atingiram 29,33%.

b. Beneficiários

Nos envelopes que continham as fichas de funcionários, encontramos, muitas vezes, uma "via" contendo uma apólice de seguro (da Sul América S.A.). Quando o trabalhador informava seus dados para o preenchimento da Ficha, obrigatoriamente era levado a afirmar quem eram seus "beneficiários", ou seja, as pessoas que desejava beneficiar em caso de acidente de trabalho:

Tabela 33 – Verificação dos Beneficiários

Sexos Feminino e Masculino

Beneficiários	Quantidade
Pais	248
Mãe	84
"Não Há"	36
Irmãos	10
Pai	7
Filhos	3
Tia	3
Avós	2
Esposa	1
Sem informações	56
Total	450

A maioria (55,11%) indicou os pais como beneficiários. A indicação da mãe obteve 18,66%. Já o termo "não há" teve 8,00%, o que indica a existência de jovens que, por um motivo ou outro, não tinham parentes próximos para indicar como beneficiários.[303]

Outros parentes, tais como irmãos, pai, filhos, tia, avós e esposa atingiram, respectivamente, as porcentagens de 2,22%, 1,55%, 0,66%, 0,66%, 0,44% e 0,22%. Já as fichas que não possuem informações atingem 12,44%, uma porcentagem alta, o que não surpreende, pois vimos anteriormente que havia muitas lacunas na própria declaração da paternidade/maternidade de muitos jovens que adentravam à Fábrica.

Também elaboramos uma tabela que registra as indicações dos beneficiários por sexo:

Tabela 34 – Beneficiários escolhidos

Por Sexo

Beneficiários	Feminino	Masculino
Pais	131	117
Mãe	40	44
"Não Há"	15	21
Irmãos	4	4
Pai	2	5
Filhos	2	1
Esposa	0	1
Outros	2	2
Sem informações	23	36
Total	219	231

Jovens do sexo feminino indicavam como beneficiários os pais com uma freqüência maior (59,81%) do que os jovens do sexo masculino (50,64%). Já a indicação tão somente da mãe era maior por parte dos jovens do sexo masculino (19,04%). A utilização da declaração

[303] O termo "não há" era preenchido pelo funcionário responsável pelo cadastro do novo e jovem funcionário, de acordo com as informações prestadas por este.

"não há" também era maior em relação ao sexo masculino (9,04%), assim como a completa falta de informações (15,58%).

Isso tudo pode indicar pais "incógnitos", ausentes, mães que criaram seus filhos sozinhas, orfandade, residência distante de um ou de ambos os progenitores, ruptura de relações com ambos ou com um deles, ressentimentos familiares, um leque, enfim, de possibilidades que os dados não permitem esclarecer.

c. Formas de pagamento

As formas de pagamento mais comuns aos jovens trabalhadores eram:

Tabela 35 – Formas mais comuns de pagamento aos jovens
Sexos Feminino e Masculino

Forma de Pagamento	Quantidade
Empreitada	269
Mensal	101
Semanal	56
Quinzenal	15
Hora	1
Não informado	9
Total	450

O recurso à "empreitada" valia-se de um elemento presente em diversos tipos de trabalho no âmbito rural, e foi estendido às atividades da Fábrica de Louças. A "empreitada" consistia na lógica de que o salário seria composto de uma ou mais "tarefas", ou seja, após o cumprimento da "empreita", seria realizado um determinado pagamento, acordado entre as partes anteriormente. Em uma Fábrica de produção tradicional, pouco mecanizada e de administração familiar não é surpresa que 59,77% dos trabalhadores recebessem por "empreitada".

Outros 38,43% recebiam salários fixados por mês, por quinzena ou por semana. Pagar conforme a demanda de louças do mercado fez com que a Fábrica de Louças “Santo Eugênio” se tornasse um estabelecimento fabril viável na cidade de São José dos Campos.

A tabela abaixo informa sobre formas de pagamento de acordo com os sexos:

Tabela 36 – Formas de pagamento

Por sexo

Forma de Pagamento	Feminino	Masculino
Empreitada	133	136
Mensal	53	48
Semanal	25	31
Quinzenal	6	9
Hora	0	1
Não informado	2	6
Total	219	231

A diferença de formas de pagamento entre os sexos masculino e feminino é exígua, indicando que, para a produção, não importava se havia uma maior disponibilidade no mercado de trabalho de jovens do sexo masculino ou feminino; ambos podiam fazer os trabalhos na Fábrica em pé de igualdade, recebendo, de preferência, por empreitada.

A mão-de-obra jovem, ao ser contratada por empreitada, poderia facilmente ser pressionada pela direção da Fábrica para produzir grandes quantidades de louça para atender encomendas do mercado, e mantida com baixos rendimentos nas ocasiões de retração das vendas.

d. Salários iniciais

Das 450 fichas por nós analisadas, verificamos a incidência de declaração, por parte do empregador, dos salários iniciais empenhados com os jovens trabalhadores:

Tabela 37 – Verificação do salário inicial

Por Sexo

Sem informações	308
Informado	142
Total	450

Apenas 31,55% das fichas declaravam o salário inicial dos trabalhadores, mesmo com a C.L.T., em seu artigo 78, dispor que:

> Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário-mínimo por dia normal da região ou sub-região.[304]

Se as fichas não registravam o número de peças produzidas pelo trabalhador, ou o valor da empreitada que este fazia, não temos como comprovar se o Artigo 78 da C.L.T. era cumprido por parte dos empregadores na íntegra. Das fichas empregadas na amostragem, 50,70% referiam-se à mão-de-obra feminina e 49,29% à masculina, uma diferença irrisória. No período de 1935-1973, o Brasil adotou três moedas: o mil-réis (anterior a 1942), o cruzeiro (1942-1967 e de 1970 a 1973) e o cruzeiro novo (1967 a 1970). Verificamos a incidência do recebimento de cada moeda pelos jovens:

[304] CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Art. 78. In: CAMPANHOLE, A. C.L.T. e legislação complementar, p. 29.

Tabela 38 – Moedas pagas aos jovens

Por Sexo

Moedas	Feminino	Masculino	Total - por moeda
Réis	29	34	63
Cruzeiros	26	22	48
Novos Cruzeiros	17	14	31
Total	72	70	142

Em mil-réis, a declaração do salário inicial na Ficha da mão-de-obra masculina é um pouco superior à feminina (53,96% a 46,03%). Entretanto, nas moedas cruzeiros e novos cruzeiros a porcentagem de declaração do salário na ficha do trabalhador em relação à mão-de-obra feminina é maior do que a masculina (54,16% e 54,83% a 45,83% e 45,16%, respectivamente).

Em relação aos salários que os jovens trabalhadores receberam, tivemos o cuidado de elencar algumas das funções exercidas por estes na Fábrica, e as diferenças salariais entre diferentes funções, em três moedas diferentes:

Tabela 39 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Mil-Réis, salário por hora, sexo feminino (1935-1939)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Espanadeira	250	1935
Fornos	300	1936
Armazém	300	1937
Encaixotadeira	350	1938
Chicreira	500	1939
Pintora	600	1937

Verificamos que a maior diferença salarial entre as funções foi entre a pintora e uma trabalhadora do armazém: 100,00%.

Também verificamos as diferenças salariais ocorridas entre a mão-de-obra masculina:

Tabela 40 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Mil-Réis, salário por hora, sexo masculino (1935-1939)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Armazém	300	1936
Tornos	300	1937
Ajudante – Pintura	400	1935
Lastreiro	400	1939
Servente – Fornos	500	1936
Serviços Avulsos	500	1937

Uma diferença que encontramos quanto a salários é a estabelecida entre o trabalhador dos "serviços avulsos" – que, como vimos anteriormente, podia assumir as mais diversas funções dentro da Fábrica – e o trabalhador dos Tornos: 66,66%.

Portanto, dentro da mesma Fábrica, existiam diferenças em termos de salários entre os trabalhadores menores de idade.

Como já vimos anteriormente na Tabela n.º 36, 60,73% dos jovens trabalhavam por "empreitada". As fichas de funcionários não possuem informações sobre os salários posteriores mensais, exceto alguns registros esporádicos de aumentos salariais.

Tivemos a ocasião de comparar os salários dos Auxiliares de Escritório (que recebiam salários mensais), com o de trabalhadores que eram denominados "serventes", em diferentes épocas, e, portanto, moedas:

Tabela 41 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Cruzeiros, salário por hora, sexo feminino (1948-1972)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Auxiliar – Escritório	350,00	1948
Servente – Fábrica	0,91	1948
Aprendiz – Pintura	2,00	1954
Aprendiz	0,39	1970
Servente	0,56	1972

Obs.: Auxiliar de Escritório ganha salário por mês.

Tabela 42 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Cruzeiros, salário por hora, sexo masculino (1945-1970)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Auxiliar – Armazém	0,65	1945
Servente – Fábrica	0,91	1948
Servente – Tornos	0,91	1949
Auxiliar – Escritório	200,00	1949
Auxiliar – Balconista	2.550,00	1959
Servente	0,39	1970

Obs.: Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Balconista ganham salário por mês.

Considerando que – hipoteticamente – o auxiliar de escritório de sexo feminino trabalhava 20 dias por mês, com uma jornada diária de 8 horas por dia, verificamos quantos dias o servente de fábrica teria que trabalhar para ter o mesmo salário bruto do que o auxiliar de escritório, desconsiderando horas-extras, e estabelecendo o ano de 1948 como parâmetro:

Tabela 43 – Cálculo de aproximação entre os salários do auxiliar de escritório e o servente de fábrica

Ano de 1948, sexo feminino

0,91 x 8 (horas por dia) =	7,28
7,28 x 20 (dias por mês) =	145,60
7,28 x 30 (dias por mês) =	218,40
7,28 x 48 (dias por mês) =	349,44
7,28 x 49 (dias por mês) =	356,72
Total de dias necessários para equiparação salarial	49 dias (145,00% a mais)

Portanto, o servente de fábrica, do sexo feminino, teria que trabalhar aproximadamente 49 dias (145,00% a mais), oito horas por dia, para ter um salário apenas um pouco superior ao do auxiliar de escritório.

Entretanto, a diferença salarial entre o servente de fábrica e o auxiliar de escritório do sexo masculino não foi tão evidente quanto no caso acima:

Tabela 44 – Cálculo de aproximação entre os salários do auxiliar de escritório e o servente de fábrica

Ano de 1949, sexo masculino

0,91 x 8 (horas por dia) =	7,28
7,28 x 20 (dias por mês) =	145,60
7,28 x 30 (dias por mês) =	218,40
7,28 x 27 (dias por mês) =	196,56
7,28 x 28 (dias por mês) =	203,84
Total de dias necessários para equiparação salarial	28 dias (40,00% a mais)

Portanto, a diferença de 21 dias de trabalho para que o servente de fábrica de ambos os sexos conseguisse equiparar seu salário ao de auxiliar de escritório é manifesta. Duas hipóteses: ou o auxiliar de escritório do sexo feminino recebia salários acima da média, levando em consideração os demais salários da fábrica, ou o salário do servente de fábrica encontrava-se absolutamente defasado.

A diferença entre o salário do auxiliar de escritório e o servente é ainda maior se considerarmos o período de 1967-1970 – em que vigorava o cruzeiro novo – como parâmetro:

Tabela 45 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Cruzeiros Novos, salário por hora, sexo feminino (1967-1968)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Servente	0.21,875	1967
Aprendiz - Decoração	0.21,875	1968
Auxiliar – Escritório	105,00	1967

Obs.: Auxiliar de Escritório ganha salário por mês.

Tabela 46 – Salário inicial do trabalhador em diferentes funções

Em Cruzeiros Novos, salário por hora, sexo masculino (1967-1970)

Funções	Salário	Ano de Recebimento
Aprendiz - Estampador	0.21,875	1967
Servente	0,488	1970
Auxiliar – Escritório	78,00	1970

Obs.: Auxiliar de Escritório ganha salário por mês.

Tabela 47 – Cálculo de aproximação entre os salários do auxiliar de escritório e o servente de fábrica

Ano de 1967, sexo feminino

0.21,875 x 8 (horas por dia) =	1,75
1,75 x 20 (dias por mês) =	35,00
1,75 x 30 (dias por mês) =	52,50
1,75 x 45 (dias por mês) =	78,75
1,75 x 60 (dias por mês) =	105,00
Total de dias necessários para equiparação salarial	60 dias (200,00% a mais)

Portanto, o servente de fábrica do sexo feminino teria que trabalhar 60 dias se quisesse ter o mesmo salário mensal da funcionária que exercia a função de auxiliar de escritório. Naturalmente, com horas-extras, a servente de fábrica poderia aproximar-se do salário da auxiliar de escritório, mas a um preço alto – a perda de horas que poderiam ser utilizadas para estudos, lazeres ou mesmo para a família.

Tabela 48 – Cálculo de aproximação entre os salários do auxiliar de escritório e o servente de fábrica

Ano de 1970, sexo masculino

0,488 x 8 (horas por dia) =	3,90
3,90 x 20 (dias por mês) =	78,00
Total de dias necessários para equiparação salarial	20 dias (00,00% a mais)

Verificamos que o salário do servente de fábrica do sexo masculino estava totalmente equiparado ao auxiliar de escritório do mesmo sexo.

Chegamos à conclusão de que o salário das serventes de fábrica encontrava-se absolutamente defasado em relação ao das auxiliares de escritório, com a agravante de sabermos que serventes de fábrica do sexo masculino, quando não tinham equiparado em número de dias o salário com o do auxiliar de escritório, tinham que trabalhar muito menos

em quantidade de dias do que o sexo feminino para ter um salário igual ou um pouco superior. Dessa forma, a exploração da mão-de-obra feminina em relação à masculina era uma realidade na Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

Procuramos, também, verificar a porcentagem de aumentos, ao longo dos anos, que foram dados a funcionários da mesma função, mediante dados específicos dos auxiliares de escritório de ambos os sexos:

Tabela 49 – "Escalada" dos salários

Função: Auxiliar de Escritório, salário mensal e em cruzeiros, sexo feminino (1951-1972)

Ano	Salário
1951	350,00
1963	21.000,000
1964	42.000,000
1971	112,60
1971	170,00
1972	180,00

Entre os anos de 1963 e 1964, conforme a tabela acima, os auxiliares de escritório receberam um aumento de 100,00%, fato que deve ser explicado ao grande crescimento do custo de vida e da inflação ocorridos no governo João Goulart (1961-1964).[305] Já no período militar, no ano de 1971, os auxiliares de escritório receberam o que deveria ser um aumento de 50,97%.

Deveria ser um aumento, pois a funcionária que recebia 170,00 cruzeiros mensais, Celina Misai I., foi admitida em 19 de abril de 1971[306], e a funcionária Waldinéia da Silva F., que foi admitida em 17 de maio do mesmo ano, recebia 112,60 cruzeiros mensais[307], portanto, perfazendo uma diferença de 50,97%.

[305] SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo, pp. 295;312-313.
[306] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 15, env. 1488.
[307] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 14, env. 1335.

Houve, portanto, um favorecimento por parte dos empregadores em relação à funcionária Celina Misai I., em detrimento do salário inicial de Waldinéia da Silva F. Não encontramos motivos explicitados nas fichas para tal discrepância, mas acreditamos que, quanto mais habilidades o auxiliar de escritório tivesse (escolaridade, datilografia, letra legível etc.) o seu salário tendia a ser maior no ato da admissão, e, talvez, com maiores chances de receber posteriores aumentos.

Entre 1971 e 1972 houve uma variação salarial de 5,88% para os auxiliares de escritório.

Em relação ao sexo masculino, tivemos as seguintes variações salariais:

Tabela 50 – "Escalada" dos salários

Função: Auxiliar de Escritório, salário mensal e em cruzeiros, sexo masculino (1949-1962)

Ano	Salário
1949	200,00
1950	250,00
1956	1.700,00
1960	6.500,00
1962	10.000,00

Entre 1949 e 1950 houve um aumento de 25,00% no salário do auxiliar de escritório. Já entre 1956 e 1960, um período maior, tivemos um aumento de 282,35%, o que equivale a 70,58% de aumento anual, período este que corresponde ao Governo Juscelino Kubitschek, em que a economia brasileira modificou-se com a entrada maciça de empresas multinacionais, da construção de Brasília e de uma inflação considerável. São José dos Campos passou a sediar, no período citado, as fábricas da Kanebo (1956), General Motors, Bendix (1957), Eaton (1957) e Alpargatas (1960).

Entre 1960 e 1962 o salário do auxiliar de escritório subiu 53,84%, o que perfaz um aumento de 26,92% por ano, porcentagem menor, portanto, do que o período anterior.

e. Cálculo do tempo de serviço

Como já vimos anteriormente na Tabela de n.º 16, o número de trabalhadores que foram demitidos enquanto menores atingiu 326 jovens, o que perfaz 72,44% do total.

Calculamos o tempo de serviço que os jovens completaram como menores na Fábrica:

Tabela 51 – Cálculo de tempo de serviço do trabalhador enquanto menor

Por Tempo (dias) e Sexos

Tempo	Número de Funcionários	Feminino	Masculino
1 a 30 dias	30	13	17
31 a 60 dias	30	12	18
61 a 90 dias	33	14	19
91 a 240 dias	87	44	43
241 a 365 dias	38	19	19
366 a 500 dias	27	12	15
501 a 999 dias	59	34	25
1000 ou mais dias	22	7	15
Total	326	155	171

Verificamos que 28,52% dos jovens foram demitidos com até três meses de serviço na Fábrica, uma porcentagem considerável. Os motivos para as demissões podem ser os mais diversos: inadaptação do jovem ao sistema fabril, indisciplina, necessidade de diminuição de mão-de-obra, abandono do emprego etc. As fichas de trabalhadores, muitas vezes, silenciam quanto aos motivos de demissão dos trabalhadores menores. A mão-de-obra masculina tendeu a ser demitida com maior freqüência, tomando em consideração este parâmetro – de 1 a 90 dias – 58,06% do total.

Por outro lado, 26,68% dos operários trabalharam de 91 a 240 dias, o que significa, tendo como base a uniformização de todos os meses em 30 dias, que os mesmos trabalharam

de quatro a oito meses. Os jovens que foram demitidos até completarem um ano de serviço atingiram 66,87%, uma porcentagem alta, o que indica uma grande rotatividade de mão-de-obra na Fábrica.

Os trabalhadores que conseguiram continuar empregados na Fábrica após 365 dias perfazem 33,12% do total. Portanto, cerca de um terço dos jovens conseguia trabalhar mais de um ano na Fábrica, sendo que 6,74% trabalharam mais de 1000 dias, o que corresponde aproximadamente a pouco mais de 33 meses de trabalho efetivo. Destes trabalhadores, 50,92% eram do sexo masculino.

3.2.3. Dados de ocorrências sobre o trabalhador na Fábrica

a. Acidentes de trabalho

O atendimento a acidentes de trabalho ocorridos na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" resumia-se a registros incisivos até meados da década de 60. Deste período até o fechamento da fábrica, a responsabilidade pelo atendimento aos trabalhadores acidentados esteve documentalmente a cargo do Dr. José de Carvalho Florence, que chegara em São José dos Campos em 1937.[308] O médico possuía consultório na rua 7 de Setembro, no centro da cidade. O Dr. Florence, figura destacada da cidade, possuía laços fraternos com a família Bonadio: Sérgio Bonadio Weiss, em entrevista, o chamou de "segundo pai".[309]

A partir do final da década de 60, a documentação existente sobre os acidentes de trabalho na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" se tornou mais substanciosa, pois o que acontecia na fábrica era registrado por escrito e o médico expedia uma pequena "guia"

[308] A FOLHA ESPORTIVA, número especial, 10.11.1938, s.p. Acreditamos que o Dr. Florence já entendia os trabalhadores da Fábrica de Louças em períodos anteriores à década de 60.
[309] ENTREVISTA de Sérgio Adelchi Bonadio Weiss (Sérgio Weiss), concedida em 08 de Maio de 2006.

informando a data do acidente e a alta do trabalhador. Infelizmente, tais informações registradas nas "guias" são minoria no montante de registros:

> Comunicação de Acidente de Trabalho
>
> Data: 19.02.1970
>
> Horário: 17:30 após 7:30 horas serviço
>
> Ocorrência: Ao deixar a secção a fim de efetuar limpesa [sic] escorregou-se [sic] sofrendo ferimentos no pé e joelho direito – causado por um caco de louça.
>
> Registro: 20.02.1970.
>
> Registro do Dr. Florence:
>
> Acidente: 19.02.1970 Alta: 02.03.1970.[310]

Os acidentes de trabalho que vitimavam os jovens trabalhadores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" perfazem os seguintes dados:

Tabela 52 – Acidentes de trabalho enquanto menores

Por Sexo

Sexo	Número de trabalhadores
Feminino	26
Masculino	62
Total	88

Em relação ao total de jovens acidentados (83), verificamos que 80,35% eram do sexo masculino e 19,64% do sexo feminino. Se considerarmos o montante total de nossa amostragem (450), as porcentagens decrescem para 13,77% e 5,77%, respectivamente.

[310] APM-SJC, ficha de funcionário – Nadir de A. –, caixa 1, env. 14. A jovem possuía 17 anos e 60 dias no ato do acidente.

Existiram, portanto, consideráveis índices de acidentes de trabalho na Fábrica de Louças. Fizemos uma verificação dos locais do corpo atingidos pelos acidentes:

Tabela 53 – Locais do corpo mais atingidos pelos acidentes de trabalho

Por Sexo		Sexos	
Locais	Quantidade	Feminino	Masculino
Mão	9	1	8
Pé	8	3	5
Perna	3	2	1
Joelho	3	3	0
Cabeça	2	1	1
Tórax	2	0	2
Costas	2	2	0
Olho	1	1	0
Braço	1	1	0
Nariz	1	1	0
Sem informações	56	11	45
Total	88	26	62

A mão é a parte do corpo mais afetada pelos acidentes de trabalho (10,22% do total). Entretanto, apenas uma jovem do sexo feminino machucou-se nesta parte do corpo (11,11%). Os restantes 88,88% são referentes a jovens do sexo masculino.

Por outro lado, jovens do sexo feminino machucaram partes de seus corpos que não encontraram correspondência na parte masculina, tais como braço, olho e nariz; um jovem do sexo masculino feriu o tórax.

A falta de informações sobre as partes do corpo lesionadas em acidentes de trabalho atinge uma porcentagem alta: 63,63% das fichas não possuem informações. As fichas apenas indicam que houve um acidente de trabalho, negaceando, muitas vezes, a data do mesmo, e se houve afastamento ou não da Fábrica.

Quanto ao afastamento da Fábrica sem pedido formal de auxílio junto ao I.A.P.I. ou ao I.N.P.S., e, também, à média de idade dos trabalhadores acidentados, temos os seguintes dados:

Tabela 54 – Idade do trabalhador no ato do acidente e liberação para volta ao trabalho - médias

Por Sexo

Sexo	Idade média	Liberação
Feminino	16 anos, 167 dias	16 dias
Masculino	16 anos, 151 dias	12 dias

A média de idade dos jovens trabalhadores do sexo feminino acidentados possui uma diferença ínfima de 16 dias, o que é um dado que possui imediata relação com as médias etárias de idade dos trabalhadores que adentravam à Fábrica.[311] Entretanto, as jovens do sexo feminino tendiam a manter-se mais tempo afastadas da Fábrica quando acidentadas, 4 dias a mais do que os do sexo masculino, o que perfaz uma diferença de 33,33%.

Os registros não nos permitem afirmar se as jovens do sexo feminino acidentavam-se de maneira mais grave. De qualquer forma, os dados indicam que as jovens demoravam mais para retornar ao trabalho. Não tivemos como pesquisar sobre doenças profissionais dentro da Fábrica, pois nenhuma das fichas que consultamos de trabalhadores de 13 a 17 anos de idade possuía referências, diretas ou indiretas, a respeito.

b. Afastamento pelo I.A.P.I. ou I.N.P.S.

O I.A.P.I. (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), uma autarquia fundada em 1938,[312] recebia pedidos de auxílio do trabalhador quando este se ausentava por mais de quinze dias corridos do ambiente de trabalho. O Governo Federal, em 1966, unificou

[311] Vide Tabelas 14 e 15 desta Dissertação.

os vários IAPs existentes, tais como o I.A.P.M. (1933), I.A.P.B. e I.A.P.C. (1934) e o I.A.P.I. (1938) no I.N.P.S. (Instituto Nacional de Previdência Social).[313]

Calculamos a idade média do trabalhador acidentado ou com doença profissional quando pedia ajuda ao Instituto:

Tabela 55 – Média de afastamento do jovem trabalhador
por causas médicas quando requer auxílio ao I.A.P.I ou I.N.P.S. – por sexo

Geral	Feminino	Masculino
14 anos, 216 dias	15 anos, 224 dias	14 anos, 201 dias

Verificamos que os jovens do sexo masculino possuíam menos idade quando pediam afastamento pelo I.A.P.I. ou I.N.P.S., o que pode indicar que estes estavam em funções com maior exposição a acidentes de trabalho e/ou que eram mais predispostos aos acidentes, por desatenção, cansaço oriundo de longas jornadas de trabalho etc.

Também calculamos a média de afastamento do trabalhador quando necessitava da ajuda do I.A.P.I. ou I.N.P.S.:

Tabela 56 – Média de afastamento do jovem trabalhador por causas médicas
Requerimento de Auxílio ao I.A.P.I. ou I.N.P.S. / Fim do afastamento – em dias.

Sexo	Requisição ao I.A.P.I. ou I.N.P.S.	Fim do afastamento
Feminino	17	85
Masculino	47	201

As jovens do sexo feminino demoravam menos a pedir a ajuda do I.A.P.I. ou I.N.P.S., mas afastavam-se em menor tempo (136,47% a menos). Tal diferença pode ser explicada por um caso excepcional, o do trabalhador Benedito de F., que após demorar 107 dias para requerer auxílio junto ao I.A.P.I., morreu 554 dias depois,[314] o que perfaz 1 ano e 189 dias.

[312] RIBEIRO, H. P. ; LACAZ, F. A. de C. (orgs.) De que adoecem e morrem os trabalhadores, p. 152.
[313] Idem, p. 154.
[314] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 14, env. 1310.

Este caso específico fez com que as porcentagens referentes a afastamento de jovens trabalhadores do sexo masculino se tornassem maiores do que realmente acreditamos. Acreditamos que o fim do afastamento do trabalho por parte dos jovens do sexo masculino deva ocorrer com porcentagens apenas um pouco maiores do que as do sexo feminino elencadas na Tabela n.º 48.

c. Participação do trabalhador em greves

A direção da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" considerava a participação em greve como um anátema, pois a ameaça dos trabalhadores pararem a produção era onipresente: "Os ceramistas ameaçavam greve, caso a Bonadio não lhes desse abono de Natal",[315] afirma Altino Bondesan, sem especificar a data precisa. Provavelmente, a ameaça de greve citada acima foi realizada em algum período em que as encomendas à Fábrica eram grandes. Sem ter como atender às encomendas, o prejuízo seria certo. Todo trabalhador, que participou das duas grandes greves que foram dignas de registro, teve anotada a seguinte frase em sua ficha: "Tomou parte nas greves de 31-12-53 e de 2-9-54."[316] Nas fichas não existem outros registros que revelem punições por outras greves, grandes ou não.

Do total de fichas, cinco trabalhadores do sexo feminino (2,28%) e quinze trabalhadores do sexo masculino (6,49%) tiveram o registro de "grevista". A diferença entre estes dados é considerável: o direito de entrar em greve era mais exercido pelos jovens do sexo masculino do que os do sexo feminino.

d. Registros quanto a atitudes diversas

[315] BONDESAN, A. São José de Ontem e Hoje, p. 62.
[316] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 3, env. 243. Outras 19 fichas de menores indicam termos parecidos.

Constam, nas fichas, campos para o registro de "observações diversas". Não encontramos fichas que possuam comentários elogiosos à postura do jovem na Fábrica; as anotações tinham o fito de registrar os principais fatos acontecidos com o trabalhador, principalmente aqueles que possuíam imediata relação com indisciplina e/ou faltas do trabalhador ao serviço (o que gerava repreensões, advertências e suspensões), ausências forçadas do trabalhador (licença para o serviço militar obrigatório, aulas no SENAI, acidentes de trabalho, pedidos de auxílio junto ao I.A.P.I. ou I.N.P.S.), além de raríssimas referências a aumentos salariais.

Também não encontramos referências à feitura de horas-extras por parte dos jovens trabalhadores de 13 a 17 anos.

d.1. Referências sobre indisciplina

O jovem Lázaro dos Reis A. recebeu a seguinte Carta de Suspensão:

> Por ter V.S. desrespeitado o regulamento interno da firma, travando com um companheiro de serviço, brincadeira durante o expediente normal, lhe é aplicada a pena disciplinar de 1 dia útil de suspensão, a partir de 10/02/68 devendo retornar ao trabalho em 12/02/68.[317]

Maria José A. recebeu a seguinte nota de suspensão:

> Nota de advertência ou suspensão. 2 de outubro de 1953 (...) Tem a presente o fim especial de comunicar-lhe que, por motivos de ordem administrativa e atendendo a falta

> praticada por V. S. nesta data, ou seja apesar de avisada estar ainda em correria na hora da saída para almoço, foi-lhe aplicada a pena diciplinar [sic] de 3 (três) dias de suspensão devendo regressar ao serviço no próximo dia 6 após o almoço. Esperamos que voltando não reincida em falta idêntica e mesmo outra o que nos obrigará a tomar medidas acauteladoras dos nossos interesses de conformidade com as leis em vigor imprescindíveis à boa ordem e disciplina em nosso estabelecimento.[318]

Maria Aparecida B. foi advertida:

> Nota de advertência: 21-2-68. Por ter V.S. demonstrado desinteresse pelo serviço, brincando durante o expediente normal, e ainda deixando que as cabines ficassem sem abastecimento, fica V.S. advertida. Esperamos que não reincida em falta idêntica, para não sermos obrigados a tomar medidas disciplinares mais severas.[319]

João B. recebeu duas menções na ficha: "Recebeu cartas de repreensão por brigar com o companheiro em 29-6-54 e por brincadeira em serviço em 25-11-1954."[320]

José B. foi suspenso por duas semanas: "Suspenso por 15 dias a contar de 21/1/49 por brigar em serviço, quinze dias."[321]

José G. foi suspenso várias vezes: "Suspenso 28/2/55. Suspenso 6 dias 11/04/55. Suspenso 6 dias 30/12/55. Suspenso 10 dias 09/01/56."[322]

---

[317] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 1, env. 28.
[318] Idem, caixa 2, env. 180.
[319] Idem, caixa 5, env. 428.
[320] Idem, caixa 5, env. 458.
[321] Idem, caixa 5, env. 479.
[322] Idem, caixa 15, env. 1427.

Finalmente, Noel Rodrigues de F. foi suspenso porque se ausentou da Fábrica para, talvez, matar um pouco de sua fome: "Carta de repreensão em 12/09/56 (foi apanhar ameixas)".

Como vimos, alguns funcionários eram prontamente demitidos em caso de briga na seção. Por outro lado, para outros trabalhadores a fábrica contentava-se em promover suspensões repetidamente, sem despedi-lo.

d.2. Ausências forçadas do trabalhador:

Benedito A. deixou suas atividades na Fábrica: "Deixou suas atividades em 26-2-53 p/o serviço militar obrigatório. Voltou em 7-12-1953 apresentando Cert. Reserv. 1.ª cat. Nº 65 [xxx], série A."[323]

José Tibúrcio A. também se retirou das atividades fabris: "Esteve afastado do serviço de 15-1-63 a 21-11-63 em virtude do serviço militar."[324]

Benedito B. F., após o serviço militar, resolveu demitir-se: "Deixou suas atividades em 26-2-53 p/apresentar[sic] ao Serviço Militar obrigatório. Apresentou-se a [sic] firma em 23-3-53 pedindo sua demissão. Demitiu-se em 31-3-53."[325]

José Benedito da C. ausentou-se da Fábrica para aperfeiçoar-se no SENAI: "SENAI em 10.02.60. Regressou em 28.12.60."[326]

d.3. Referências a aumentos salariais

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio" não era nada pródiga em aumentar o salário de seus empregados fazendo o devido registro na Ficha. Mas algumas anotações sobreviveram,

[323] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 1, env. 23.
[324] Idem, caixa 3, env. 205.

inclusive algumas que versam sobre mudança de função com o respectivo salário, tal como foi o caso de Luiz de C.: "Em Abril 1949 passou a ser auxiliar de escritório $ 250,00 mensal."[327]

Yolanda Rodrigues B. teve um aumento de salário dessa forma registrado: "Em Março 1952 passou a Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais."[328]

Elydia B. mudou de função e de salário na Fábrica: "Em [espaço em branco] passou a engradadeira c[om] salário de $400 a hora."[329]

d.4. Registros feitos no ato de demissão do trabalhador

A Fábrica procurava registrar com especial cuidado nas fichas dados sobre a demissão de trabalhadores. Helena Benedicta A., quando deixou de ser funcionária da Fábrica, teve as seguintes anotações em sua ficha: "Saiu em 09-2-39 levando caderneta do Instituto de Saúde [e] certificado de alfabetização. Helena Benedicta A. (assinatura da operária)."[330]

João Benedito A. teve o seguinte registro: "Saiu dia 29-7-40 levando carteira profissional, de saúde e do IAPI."[331]

Outros trabalhadores eram levados a escrever uma declaração de próprio punho na ficha, documentando, para todos os fins possíveis, que não mais faziam parte da Fábrica de Louças, tal como o caso de Alice A.: "Saiu em 25-3-1939, por sua livre e espontânea vontade. (...) Recebi dos Snrs. Bonadio & Cia Ltd/a a minha caderneta de saúde, do IAPI e certidão de nascimento. (...)"[332]

Outros, como Antônio B., eram demitidos e tinham o registro do empregador informando que os documentos do ex-trabalhador eram efetivamente devolvidos: "Em 20-3-

[325] Idem, caixa 5, env. 446.
[326] Idem, caixa 9, env. 817.
[327] Idem, caixa 7, env. 653.
[328] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 5, env. 482.
[329] Idem, caixa 5, env. 499.
[330] Idem, caixa 1, env. 51.
[331] Idem, caixa 1, env. 63.
[332] Idem, caixa 1, env. 74.

39, foi dispensado do serviço por brigar na secção levando consigo a caderneta de saúde, do IAPI."[333]

Outros tinham o registro do pré-aviso e da demissão inscritos na ficha, tal como o ocorrido na ficha de Euny A.: "Recebeu carta Pré-aviso em Abril de 1958. Demitida em 14-5-58."[334]

Maria Lydia B. pediu demissão: "Saiu em 17-12-39 por sua livre vontade."[335]

d.5. Outros registros

O funcionário Luiz B.[336] era um morador da Vila Samaritana, sanatório inaugurado em 1928.[337] Se Luiz B. fora contagiado pela tuberculose, a ficha não continha tal informação.

A funcionária Lucília A. teve assim fundamentada a sua demissão: "Demitida por não ir à escola."[338] Zilda A. abandonou o trabalho: "Doente desde 1-7-944. Não voltou mais ao serviço.[339] Maria Alice da C. trabalhou apenas um dia na Fábrica, o que fez constar em sua ficha: "Não admitida por não ter 14 anos completos".[340]

Dayse C. F. teve fundamentada a sua admissão na ficha: ""Para substituir a empregada Herminia Carlos F. durante período de licença."[341] Já no caso de Roseli Aparecida de A., além da ficha, teve acrescentado, no envelope que contém a sua ficha no Arquivo Público de São José dos Campos, um documento que revela algumas características que os funcionários menores deveriam possuir para adentrar à Fábrica:

[333] Idem, caixa 4, env. 327.
[334] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 3, env. 268.
[335] Idem, caixa 4, env. 357.
[336] Idem, caixa 5, env. 422.
[337] BITTENCOURT, T. Arquitetura Sanatorial, p. 87.
[338] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 2, env. 121.
[339] Idem, caixa 2, env. 162.
[340] Idem, caixa 10, env. 988.
[341] APM-SJC, ficha de funcionário, caixa 12, env. 1136.

> 48 - Requisição de empregado. (....) Idade aproximada: 15 a 17 anos. Capacidade física: boa. Grau de instrução: primário. Qualificações necessárias: datilógrafa, com alguns conhecimentos e prática no setor de vendas. Motivos da requisição do funcionário: em substituição à funcionária Marilena Gonçalves de C., que deverá ser demitida. Data: 06/03/70.[342]

Doralice C. teve algumas licenças concedidas: "Licença de 1 mês 4.2.39." ; "Licença 1 mês 26.2.41. Retorno 26/3/41."[343]. Teriam tais licenças tenham sido concedidas para a empregada ter filhos, embora tenha declarado, no ato da admissão, ser solteira?

Já Maria Antônia de J. ausentou-se para ter um filho, mas declarou-se casada no ato da admissão: "Em 9/5/41 ausentou-se para dar a luz."[344]

Finalmente, o funcionário José Pereira d. S. teve uma única palavra registrada em sua ficha: "Não"[345], o que indicava, basicamente, que o empregado menor já não mais servia como mão-de-obra para a Fábrica de Louças "Santo Eugênio".

[342] Idem, caixa 2, env. 165.
[343] Idem, caixa 8, env. 785.
[344] APM-SJC, caixa 16, env. 1521.
[345] Idem, caixa 39, env. 3865.

Considerações finais

> A juventude passa por muito sofrimento oculto, do qual nem desconfia. Um sofrimento negro que não se divide com ninguém, que somente o tempo é capaz de aliviar. É como uma pedra que jogamos na água e que descreve círculos na superfície. À medida que as ondas se afastam, mais lisas se tornam. Nessas ondulações passa-se a vida de todos.[346]

Entre o final do século XIX e começo do século XX, a cidade de São José dos Campos situava-se numa região pobre, mas que estava disposta a revigorar a sua economia. O rótulo de "cidades mortas" dado por Monteiro Lobato às cidades do Vale do Paraíba que viveram o período áureo do café é parcialmente verdadeiro: se havia modorra e decadência em várias cidades da região, também existia um movimento de várias cidades do Vale do Paraíba, tais como Taubaté e Jacareí, de dinamizar suas economias através de uma incipiente industrialização.

A economia de São José dos Campos dependia de um comércio relativamente sortido, de pequenos sítios e/ou fazendas de café, que geravam poucos lucros, do plantio de arroz nas várzeas e também da criação de gado, principalmente leiteiro, em terras que estavam longe de serem férteis, se compararmos com o que os "barões do café" conseguiam extrair da terra "roxa" do Oeste Paulista. Naturalmente, o comércio joseense sofria com a falta de recursos monetários na cidade. Boa parte dos grupos dirigentes da cidade dedicava-se ao comércio.

Qualquer atividade econômica seria bem-vinda para a cidade prosperar e ter maiores rendas. Entre o final do século XIX e o começo do século XX surgiu a oportunidade de complementar a economia da cidade através do tratamento de tuberculosos. Não havia a

[346] MAJEROVA, M. A Pequena Robinson, p. 86.

exigência de que o doente despendesse grandes recursos monetários. Espalhou-se a fama da "Tisiópolis" paulista.

Monteiro Lobato, em 1911, conseguira a concessão de montar um hotel-sanatório em São José dos Campos, não o conseguindo, dentre outros fatores, pelas excessivas taxas de manutenção da obra que seriam cobradas pela Câmara Municipal. Quando a concessão a Monteiro Lobato caducou, já em março de 1914, a cidade conseguiu que um grande Sanatório fosse construído, que foi batizado de "Vicentina Aranha" e inaugurado em 1924.

Os tuberculosos, mesmo fazendo com que a cidade adquirisse o estigma de "fimatosa", propiciaram à economia joseense desenvolver-se em vários aspectos, principalmente após a transformação de São José dos Campos em "Estação Hidromineral e Climatérica", em 1935, com verbas especiais do Estado de São Paulo. Para obter essas verbas, os grupos dirigentes da cidade abdicaram, inclusive, de algumas vezes contar com o posto de Prefeito. Muitos Prefeitos – de preferência, médicos ou engenheiros – eram "elementos estranhos" aos grupos dirigentes da cidade.

No início do século XX, a industrialização no Vale do Paraíba atingia cidades como Jacareí e Taubaté. Ao mesmo tempo em que apregoavam a "pureza" dos ares, os grupos dirigentes joseenses resolveram investir seus esforços em incrementar outra área, a industrial. Não uma industrialização maciça, ao contrário; uma ou outra fábrica de "porte", para não atrapalhar os ares puros da "Estância Climatérica".

A concessão de favores a industriais, em 1920, passou primeiro pelos grupos dirigentes locais, que não tiveram capitais, técnica ou disposição suficientes para a empreitada. Os "favores" à implantação de fábricas foram promulgados, inicialmente, para os próprios grupos dirigentes se aproveitarem das benesses que aprovavam.

No mesmo ano, surgiu na cidade um ceramista italiano, Eugênio Bonadio, que só conseguiu entrar no seleto clube dos beneficiados pelas isenções fiscais oferecidas pelos

grupos dirigentes de São José dos Campos por garantir a construção imediata de uma Fábrica de Louças na cidade, dada a urgência – velada – da municipalidade em obter novas rendas e diminuir a quantidade de mão-de-obra ociosa da cidade e aliviar as tensões sociais que gerava: mendicância, prostituição e delinqüência, resultantes do pauperismo da população, eram fatos, creditados pelos grupos dirigentes da cidade à falta de ocupação para os ociosos, dentre os quais se encontravam jovens de ambos os sexos. Uma grande indústria – para os padrões da época, que empregasse no mínimo setenta funcionários – geraria rendas para a cidade e ocupação produtiva aos que se encontravam em situação econômica precária.

A intenção de industrializar São José dos Campos, na década de 20, contou com a concessão de "favores" por parte da Câmara Municipal. Entretanto, em 1925, a Câmara fez algumas restrições aos capitalistas que desejavam investir no ramo industrial na cidade. Estas restrições desestimularam pedidos junto à municipalidade de pequenos capitalistas, o que não ocorreu com os que detinham grandes capitais, tais como a Tecelagem Parahyba, que se instalou em São José dos Campos em 1926, ao lado da nova estação de trem na cidade, um pouco afastada do Centro, o que prejudicou a Fábrica de Louças "Santo Eugênio", pois suas instalações estavam próximas à antiga estação.

Após a revolução de 30, muitos membros dos antigos grupos dirigentes joseenses foram apeados do poder. A partir de então a cidade, principalmente após 1935, passa a ser governada por prefeitos indicados pelo Governo Estadual. As maiores preocupações de Prefeitos da década de 30 até o fim da II Guerra Mundial foram "higienizar" a cidade para o recebimento de doentes tuberculosos.

Após a II Guerra Mundial, em plena recuperação econômica, outros países, tais como a França, resolveram investir capitais em São José dos Campos. A primeira empresa multinacional a se instalar em São José dos Campos foi a francesa Rhodosá de Rayon, que, em 1946, se instalou em Santana, zona Norte da cidade. São José dos Campos começava a

transformar-se. Havia falta de moradias adequadas; quando as havia, algumas não eram suficientemente salubres. Os aluguéis e o custo de vida em geral aumentaram consideravelmente na cidade. Favelas como a "Linha Velha" se tornaram maiores e a porcentagem de homens, mulheres e crianças vivendo abaixo do limite de subsistência tornou-se considerável. Surgiram loteamentos sem infra-estrutura básica, dada a grande demanda por habitações, numa cidade que, caso necessário, era maquiada para aparentar asseio e civilidade.

São José dos Campos venceu uma batalha, em 1950, para conseguir que a Aeronáutica nela instalasse seu Centro Técnico. Desde então, o CTA desenvolveu novas tecnologias, o que se constituiu em fator de atração de indústrias para São José dos Campos e cidades vizinhas, pois uma das grandes dificuldades para uma industrialização em setores considerados "não-tradicionais" é justamente a falta de mão-de-obra altamente especializada.

Em 1952, o Prefeito – nomeado e "forasteiro" – Benoit Victorelli promulgou um Decreto para incentivos à industrialização. Indústrias multinacionais como a Johnson & Johnson e a General Motors, entre outras, investiram muitos capitais em São José dos Campos, transformando completamente a paisagem de duas regiões joseenses, respectivamente, sul e leste, eixos diversos da Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951, a qual facilitou o acesso da cidade a São Paulo e Rio de Janeiro.

A Lei de Incentivos joseense de 1952, aliada a uma conjuntura econômica nacional favorável ao investimento de capitais em indústrias, possibilitou à cidade ser vista como terreno atrativo para novas instalações. Havia a necessidade, para os capitalistas, de procurarem terrenos, incentivos fiscais, farta disponibilidade de água e energia elétrica e existência de mão-de-obra altamente especializada em cidades que estivessem no eixo São Paulo/Rio. São José dos Campos oferecia essas condições.

A cidade modificou-se. A paisagem urbana ganhou novos bairros, muitos deles sem qualquer infra-estrutura. A própria família Bonadio, que vendera parte da Fazenda "Sant'Anna" para a Alpargatas (1960), fazenda originalmente comprada para o plantio de eucaliptos para serem transformados em lenha para os fornos da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", percebeu que lotear suas terras geraria lucros: surgiram novos bairros ao longo das décadas de 60 e 70, capitalizando, dessa forma, membros da família.

Na década de 60, a partir do quarto governo do Prefeito Elmano Ferreira Veloso, a cidade industrializou-se consideravelmente, atraindo grandes investimentos em diversos ramos de indústria, vendo, dessa forma, um grande acréscimo em sua população, composta principalmente de migrantes que, muitas vezes, aumentavam suas famílias com filhos joseenses. Veloso, em 1970, pouco antes de deixar o poder, criou mais uma lei de incentivo às indústrias. São José dos Campos, em pleno Governo Militar, passou a ser considerada uma cidade de "Segurança Nacional". Um coronel, Sérgio Sobral de Oliveira, foi nomeado Prefeito pelo Governador de São Paulo.

Como prefeito no período 1970-1975, um dos primeiros atos de Sobral, que alterava a sua própria patente para "brigadeiro", foi anular vários decretos de Veloso, inclusive uma nova Lei de Incentivo a indústrias. Por outro lado, Sobral exercia uma política dúbia: deplorava publicamente o amplo crescimento da cidade e a sua falta de estrutura para comportar o acréscimo de população e, ao mesmo tempo, incentivava a vinda de novas indústrias através da concessão de favores e farta propaganda.

A cidade recebeu várias indústrias no período Sobral: o clima de euforia econômica em São José dos Campos era grande, o que fez a população da cidade crescer extraordinariamente. Entretanto, a antiga Fábrica de Louças "Santo Eugênio" fechava suas portas em 1973, merecendo apenas algumas poucas notas nos jornais da época.

A juventude joseense era empregada na Fábrica de Louças “Santo Eugênio” em proporções próximas a 50% para cada sexo. As funções que demandavam maior esforço físico estavam concentradas em mãos masculinas; em mãos femininas concentrava-se a delicadeza da decoração e a pintura de louças, embora estas mesmas mãos não recusassem trabalhos pesados.

A porcentagem de 72,44% de jovens era demitida da Fábrica de Louças antes de completar 18 anos, o que indica uma grande rotatividade na contratação da mão-de-obra. O período 1941-1951 marcou o auge da utilização de mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças.

No ato de declaração do estado civil, 90,22% de jovens alegavam ser solteiros, não informando a existência de dependentes. Duas hipóteses: ou os jovens abdicavam do casamento para adentrarem à Fábrica, ou não declaravam que eram casados ou amasiados para evitar a não-contratação. Tendemos em acreditar na segunda hipótese.

De forma geral, os jovens indicavam ambos os pais como beneficiários (55,11%). A mãe era indicada como beneficiária por 18,66%. A falta de informações nas fichas chegava a 12,44%. Muitos jovens sequer declaravam o nome de pai, mãe ou de ambos quando adentravam à Fábrica; a ausência de informações quanto aos beneficiários dos jovens apenas corrobora a afirmativa de que o estigma de ser filho natural ou mesmo de não conhecer quem eram os pais biológicos é determinante para a omissão de informações no ato do preenchimento da Ficha. Conflitos familiares podem estar latentes nas fichas, quando filhos de mesmos pais indicam apenas um deles como beneficiário.

Jovens naturais de São José dos Campos compunham 52,66% da mão-de-obra juvenil da Fábrica, o que é um elemento novo a ser devidamente cotejado por outros pesquisadores; vários estudos, tais como os de Léa Francesconi e Nice Lecocq Muller, além do que se constitui em senso comum, enfatizam que a mão-de-obra fabril de São José dos Campos era composta maciçamente de migrantes, o que não se revelou em nossa pesquisa.

O Vale do Paraíba forneceu 74,88% da mão-de-obra juvenil da Fábrica. O Estado que mais forneceu mão-de-obra, exceto São Paulo, foi Minas Gerais, que contribuiu com 22,07%. Destes, 92,30% vieram do Sul de Minas Gerais, destacando a cidade de Itajubá, com 26,92% da porcentagem anterior. Outros Estados possuíram participação mínima na constituição da mão-de-obra da Fábrica de Louças.

Oitenta e dois por cento dos jovens assinaram as fichas de funcionário, índice que acreditamos ser alto, pois o analfabetismo no Brasil, na época, era grande. O período 1921-1973 foi caracterizado por escassez de vagas nas escolas públicas de Ensino Estadual e Municipal, e pela luta da população joseense em pressionar o Poder Público em relação a seu oferecimento.

Entretanto, acreditamos que os níveis de analfabetismo dos funcionários que adentravam à Fábrica de Louças seja significativamente maior do que o apontado. Afinal, assinar a Ficha não indica, necessariamente, plena alfabetização. Quando a Fábrica empregava analfabetos, tendia a utilizar funcionários do sexo masculino, em funções que demandavam grande esforço físico.

O local de moradia dos jovens era majoritariamente o Centro de São José dos Campos, com 43,77% do total, seguido por bairros circunvizinhos. A rua Paraibuna, cujo final é distante dos portões da fábrica a cerca de 20 minutos a pé, concentrava 14,00% das moradias, o que facilitava sensivelmente o acesso dos trabalhadores às instalações fabris.

Dos trabalhadores admitidos, 22,00% eram denominados “aprendizes” e 21,55% “serventes”. Por outro lado, 14,00% dos jovens eram colocados nos “serviços avulsos”, o que indica uma despersonalização: em um dia o jovem poderia ser colocado na pintura, outro dia, como auxiliar de escritório, e num terceiro dia, como amassador da mistura da louça. Tal despersonalização era necessária numa Fábrica que produzia as suas louças de acordo com as encomendas ou ditames do mercado. Se uma seção precisasse de mais um funcionário, nada

mais natural do que deslocar para o setor necessitado o jovem encarregado da função de "serviços avulsos", pois este, desde a contratação, era sabedor de que seria pago por inúmeros serviços prestados à Fábrica.

A empreitada, paga por "tarefa", era utilizada para 59,77% dos jovens. A empreitada era mais do que necessária para equilibrar os custos da mão-de-obra – se a demanda do mercado exigisse, simplesmente exigia-se uma empreitada maior para o jovem cumprir. Se o número de funcionários fosse insuficiente, mais jovens seriam contratados.

Das 450 fichas de funcionários analisadas, 28,52% dos jovens eram demitidos antes de completarem três meses de serviço. Dessa mão-de-obra demitida, 58,06% era do sexo masculino. Já 66,87% de jovens trabalhavam, no máximo, um ano na Fábrica. Isso indica uma grande rotatividade da mão-de-obra. Pouco mais de 30% criava vínculos temporais maiores com a Fábrica. A disponibilidade de mão-de-obra jovem em São José dos Campos era grande, indicando que a cidade próspera possuía uma parte da população pauperizada.

Em relação aos acidentes de trabalho, 13,77% dos trabalhadores do sexo masculino e 5,77% do sexo feminino tiveram algum tipo de acidente na Fábrica. Por outro lado, de 83 jovens acidentados, 80,35% eram do sexo masculino, o que se justifica, levando em consideração que os jovens do sexo masculino eram colocados de forma mais rotineira em trabalhos fabris pesados e suscetíveis a uma maior probabilidade de acidentes. A mão era a parte do corpo mais afetada pelos acidentes de trabalho (10,22%).

Os trabalhadores jovens do sexo masculino se afastavam pelo I.A.P.I. ou I.N.P.S. com uma média de idade ligeiramente inferior (16 anos, 151 dias) aos jovens do sexo feminino (16 anos, 167 dias). Entretanto, as jovens, quando afastadas, ficavam mais dias longe da Fábrica (16 dias) do que os jovens (12 dias).

A direção da Fábrica era consciente de que deveria controlar o trabalhador de formas mais acentuadas. Demissões por brigas nas seções eram comuns, além de suspensões por

indisciplina. Não há quaisquer registros de elogios ao jovem trabalhador nas fichas, apenas em um texto do Almanaque de 1934, e priorizava-se o registro de elementos que porventura fossem utilizados pela Fábrica de Louças como forma de manter ou não o trabalhador em seus quadros empregatícios. Um simples "não" escrito na ficha por algum funcionário responsável pelo controle das fichas dos jovens trabalhadores da fábrica já poderia ser sinônimo de demissão.

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi testemunha viva das múltiplas transformações conjunturais ocorridas em São José dos Campos no período 1935-1973. As fichas de seus trabalhadores documentam (e especificam) características do jovem trabalhador joseense.

As 450 fichas da amostragem nos permitem compreender as relações entre a cidade, a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" e a mão-de-obra juvenil joseense, levando em consideração uma estrutura situada necessariamente na longa duração (1870-1973) e uma conjuntura aberta pela existência e análise historiográfica de um conjunto documental voltado ao registro de jovens funcionários (1935-1973).

Em 1951, o Álbum de São José dos Campos concluía:

> Quando se fizer, algum dia, o levantamento histórico de São José dos Campos e se procurar entre as muitas causas que determinaram seu extraordinário surto de progresso, uma, sem dúvida, terá que ser ressaltada. É a indústria de louças.(...)[347]

A sistematização das 450 fichas da amostragem sobre o emprego de mão-de-obra juvenil em São José dos Campos, particularmente na Fábrica de Louças "Santo Eugênio", é

[347] SIMÕES, Edward. Álbum de São José dos Campos de 1951.

exemplar na demonstração da existência dessa ampla oferta de mão-de-obra na cidade, de sua exploração mediante baixos salários, assim como da precária situação econômica e social de boa parte de seus habitantes.

No entanto, conforme demonstramos neste trabalho, se a indústria de louças deve ser ressaltada no que se refere à história de São José dos Campos, a mão-de-obra juvenil não deve permanecer esquecida no que diz respeito à história de cada uma das fábricas da cidade no século XX. Que este trabalho possa incentivar outros pesquisadores à busca de dados sobre outros jovens trabalhadores em outras fábricas, ampliando, assim, os conhecimentos sobre a industrialização em São José dos Campos e, quiçá, em outras cidades brasileiras.

Anexos

1. Textos referentes à concessão feita pela Câmara Municipal de São José dos Campos a José Bento Monteiro Lobato para a construção de um hotel-sanatório (1911-1914).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Atas da Câmara Municipal, p. 17.

Ata da sessão extraordinária do dia 10 de Janeiro de 1911.

Presidência do Coronel José Monteiro

(...)

Expediente

Requerimento de José Bento Monteiro Lobato, solicitando diversos favores para estabelecer nesta cidade um hotel-sanatório, em edifício-modelo. À Comissão de Fazenda e Contas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Atas da Câmara Municipal, pp. 18-19.

Ata da sessão extraordinária em 28 de Março de 1911.

Presidência do Coronel José Monteiro

(...)

Expediente

Requerimento de J. B. Monteiro Lobato, pedindo à Câmara que na concessão de favores para a construção de um hotel-sanatório, ao requerente seja facultado o direito de desapropriação em terrenos e prédios que se fizerem necessários para tal fim. À Comissão de Fazenda e Contas. (...)

Posto em discussão o parecer sob n.º 1, foi aprovado o parecer e o projeto de lei, discordando o vereador Mário Galvão do ponto para a localização do hotel-sanatório, que em sua opinião deve ser fora do perímetro urbano da cidade. (p. 19)

...foram apresentados e lidos os pareceres da Comissão de Fazenda e Contas, opinando pela concessão de favores a J. B. Monteiro Lobato para o estabelecimento de um hotel-sanatório, nesta cidade (...) (p. 19)

Parecer n.º 1

A Comissão de Fazenda e Contas, estudando o requerimento em que o cidadão José Bento Monteiro Lobato, propõem-se [sic] a construir nesta cidade um hotel-sanatório mediante a concessão de favores por parte da municipalidade, convicta esta da grande utilidade de tal empreendimento que importa em um melhoramento de incalculáveis vantagens para esta localidade, atendendo as condições especialíssimas do seu privilegiado clima, ultimamente procurado por numerosos enfermos na sua maioria composta por pessoas enfraquecidas e predispostas a sofrerem da terrível tuberculose que tantas vidas vai ceifando. Por outro lado, encarando o problema pela face da higiene, não deixa de reconhecer as reais vantagens que esse estabelecimento oferecerá a este meio, porque, é evidente que as pessoas doentes que procuram esta cidade em busca dos seus ares saudáveis, preferirão o hotel-sanatório, onde encontrarão verdadeiro conforto e onde haverá um regime especial, benéfico não só aos que ali se internarem como também à salubridade pública, não ficando a população tão exposta ao contágio de uma moléstia microbiana de tão deploráveis efeitos. Assim, para a Comissão de Fazenda e Contas que deve ser deferido o requerimento acima aludido, nos termos do projeto de lei que submete à deliberação da Câmara. São José dos Campos, 28 de Março de 1911. Benedito da Silva Ramos. João Alves da Silva Cursino.

Projeto de Lei

A Câmara Municipal de São José dos Campos, decreta:

Artigo 1.º Fica concedida licença ao cidadão José Bento Monteiro Lobato ou à empresa ou companhia que organiza, para estabelecer nesta cidade um hotel-sanatório em edifício modelo que para esse fim construirá.

Artigo 2.º A presente concessão de favores será pelo prazo de vinte e cinco anos, contados da assinatura do contrato, salvo aquelas condições que por sua natureza terão vigor por tempo indeterminado e claramente especificadas na presente lei.

Artigo 3.º A Câmara Municipal cederá gratuitamente o terreno que possui à entrada da Avenida Dr. João Guilhermino, outrora pertencente a José Ricardo Leite, conforme as condições da presente lei.

Artigo 4.º Durante o tempo da concessão o edifício do hotel-sanatório e seus anexos ficarão isentos de impostos municipais de qualquer natureza, sendo feito gratuitamente o fornecimento de água pela municipalidade durante o tempo de vinte e cinco anos e na quantidade necessária aos diversos misteres do estabelecimento.

Artigo 5.º A municipalidade obriga-se a não conceder licença para estabelecimentos congêneres, durante o prazo de concessão.

Artigo 6.º O terreno é cedido sem título oneroso em quanto [sic] se destinar o edifício ao fim especial de um hotel-sanatório. Caso seja apropriado a outro fim a municipalidade cobrará um foro anual nunca inferior a 500$000.

Artigo 7.º A Câmara Municipal fará desapropriação por utilidade pública dos prédios e terrenos que José Bento Monteiro Lobato ou a empresa que organizar julgar necessários aos seus serviços, correndo todas as despesas, indenizações etc, por conta do concessionário ou concessionários.

Artigo 8.º As derivações d'água serão feitas à custa do concessionário ou concessionários.

Artigo 9.º Trinta dias depois de promulgada a presente lei, o concessionário assinará o respectivo contrato na prefeitura municipal, correndo as despesas deste à sua custa.

Artigo 10.º Dentro de seis meses após a assinatura do contrato, o concessionário ficará obrigado a submeter à aprovação da Câmara as plantas, projetos, memoriais descritivos e todas as demais informações relativas às obras a executar.

Artigo 11.º Depois de aprovados pela Câmara os projetos, plantas etc, o concessionário dará início às obras dentro do prazo de trinta dias, concluindo-as no prazo de seis meses.

Artigo 12.º O não cumprimento do artigo 10.º importa na rescisão total do contrato e na revogação da presente lei.

Artigo 13.º A não conclusão das obras, uma vez encetadas, digo, uma vez retardadas por mais de três meses, além do prefixado no artigo 12.º, dará lugar a uma multa de 500$000 mensais, por parte do concessionário e em favor da municipalidade, até um ano mais de dilatação, findo o qual caducará a presente concessão, não tendo o concessionário direito à indenização alguma pelo que houver feito, podendo retirar tudo que lhe pertencer, revertendo o terreno à municipalidade.

Artigo 14.º Durante o tempo da concessão do edifício para o hotel-sanatório e seus anexos o concessionário entregará mensalmente à municipalidade a quantia de 300$000, para pagamento do serviço de fiscalização do engenheiro que irá [se] incumbir disso.

Artigo 15.º Para os efeitos fiscais do pagamento de selos, fica arbitrado em dez contos de réis, o valor do contrato de que trata esta lei.

Artigo 16.º Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões – São José dos Campos, 28 de Março de 1911. Benedito da Silva Ramos [vereador]. João Alves da Silva Cursino [vereador].

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Atas da Câmara Municipal, p. 28.

Ata da sessão ordinária do dia 18 de Março de 1912.

Presidência do Coronel Monteiro Ferreira [Ferreira Monteiro]

(...)

Expediente

Requerimento de José Bento Monteiro Lobato, concessionário de um hotel-sanatório, solicitando uma prorrogação de seis meses, do respectivo contrato, tempo necessário para o Congresso do Estado votar a garantia de juros solicitada e precisa à esse fim. À Comissão de Obras Públicas.

Ordem do Dia

A Câmara concedeu, de acordo com o parecer favorável da Comissão de Obras Públicas, prorrogação de prazo por seis meses, para José Bento Monteiro Lobato dar execução ao contrato de um hotel-sanatório nesta cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Atas da Câmara Municipal, p. 40.

Ata da sessão ordinária do dia 16 de Fevereiro de 1914.

Presidência do Coronel José Monteiro

(...)

Expediente

Ofício n.º 34 da prefeitura, pedindo autorização para auxiliar a compra da chácara do finado Francisco Berling, onde o Dr. Olavo de Souza Aranha, vai construir um sanatório para tuberculosos, auxílio esse da quantia de três contos de réis, em trinta letras do empréstimo municipal ao valor nominal de cem mil méis cada uma, declarando-se caduca a concessão feita para tal fim ao Dr. José Bento Monteiro Lobato. À Comissão de Fazenda e Contas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Atas da Câmara Municipal, p. 41.

Ata da sessão ordinária do dia 16 de Março de 1914.

Presidência do Coronel José Monteiro

Declarada caduca a concessão feita a Monteiro Lobato.

2. Panfleto para a exposição de cerâmicas de Ines Bonadio Weiss, dias 02 e 03 de outubro de 19??, APM-SJC, Caixa 3 – Memória.

A história de Dona Ines e de sua família se confunde com a história da cerâmica no Estado de São Paulo.

Tudo começou quando Eugênio Bonadio, italiano de Treviso, veio para o Brasil em 1.909 e abriu em 1.911 a primeira fábrica de cerâmica paulista, em Pedreira. Em 1.920 tempo em que o prefeito era o Cel. João Cursino, o Sr. Bonadio mudou sua fábrica e sua família para a retraída e amena cidade de São José dos Campos.

Com a morte do sr. Eugênio, sua viúva Dona Ana Santoro [Bonadio], senhora de extraordinária energia levou adiante a organização da fábrica, assim como a educação de seus 06 filhos, um deles a jovem Ines que posteriormente já casada, com o engenheiro Roberto Weiss assume junto com a irmã do Dr. Roberto, o comando da fábrica que até então produzia louça de mesa.

Dona Ines já fazia suas peças especiais, mais pelo prazer de fazer, ou pela necessidade que todo artista tem de transformar magicamente em material, extravasando seu espírito criador.

Foram amigos do casal e fregueses da fábrica que costumeiramente Dr. Roberto Weiss levava em sua residência que começaram a encomendar uma peça ou outra que decorava a casa, e para atender à demanda que aumentava, nasceu em 1.940 [1942, em outras fontes] a

fábrica de cerâmica decorativa, Cerâmica Weiss. As irmãs Ines e Sérgia Bonadio casadas com os irmãos Roberto e Mario Weiss, para bem cuidarem da nova atividade passaram a fábrica de louça utilitária a outros membros da família.

Desde lá, nada escapou a sensibilidade e atenção de Dona Ines, como estímulo à sua arte.

A insigne ceramista é detentora de muitas medalhas e participou de inúmeras exposições.

Em 1.951 ela recebeu da Santa Sé, uma carta de agradecimento pelo grande sino de faiança que depois de apresentado no III Salão de Cerâmica Brasileiro, foi enriquecer o patrimônio do Vaticano.

A qualidade de sua obra, a quantidade de trabalho produzido, a variedade de experiências e descobertas conseguidas, a ininterrupta dedicação à milenar arte do fogo e à pintura, são algumas das razões que fizeram a importância de Dona Ines Weiss no cenário artístico brasileiro e no exterior.

Algumas palavras de Dona Ines podem mostrar um pouquinho dela para quem não a conhece pessoalmente – “A arte é a vida da pessoa.” – “A Natureza é o ideal de tudo o que é belo. Somos meros copistas.”

Nos dias 02 e 03 de outubro uma retrospectiva de sua obra poderá ser visitada, no Buffet Betilla, à Av. Floriano Peixoto, 494.

3. Texto da Lei n.º 155, de 14 de abril de 1952.

A Câmara Municipal de São José dos Campos decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º – Fica a Prefeitura Sanitária de São José dos Campos autorizada a conceder isenção dos impostos de Indústrias e Profissões e Predial Urbano, a indústrias que se instalarem neste município, da data de publicação desta Lei a 31 de dezembro de 1.957, nas seguintes bases:

a) às que inverterem em instalações e maquinários importância até Cr$ 500.000,00 – 4 anos de isenção;

b) às que inverterem em instalações e maquinários importância até Cr$ 1.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 30 operários – 5 anos de isenção;

c) às que inverterem em instalações e maquinários importância superior a Cr$ 2.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 50 operários – 6 anos de isenção;

d) às que inverterem em instalações e maquinários importância superior a Cr$ 2.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 80 operários – 8 anos de isenção;

e) às que inverterem em instalações e maquinários importância superior a [Cr$] 5.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 150 operários – 10 anos de isenção;

f) às que inverterem em instalações e maquinários importância superior a 10.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 300 operários – 12 anos de isenção;

g) às que inverterem em instalações e maquinários importância superior a Cr$ 15.000.000,00 e que se utilizarem de mais de 500 operários – 15 anos de isenção;

§ Único – O favor fiscal estabelecido neste artigo será cedido mediante requerimento dos interessados ao Prefeito Sanitário, os quais deverão fazer as seguintes provas:

a) de aquisição do terreno;

b) de constituição da sociedade, espécie de indústria e montante do capital;

c) extrato das contas próprias da Contabilidade, comprovando o valor do investimento em instalações e maquinários;

d) de número de operários empregados. (...)

Artigo 3.º – A manutenção da isenção até o seu término fica condicionada ao funcionamento regular da indústria.

Artigo 4.º – Constatando-se em qualquer tempo que o beneficiário não mantém o número de operários a que se obrigou, o prazo da isenção será reduzido para o tempo correspondente ao número de operários empregados.

Artigo 5.º – O cancelamento da isenção ou a sua redução será aplicada pelo Snr. Prefeito Sanitário, mediante processo administrativo, ficando assegurado ao interessado o direito de defesa, de cuja decisão final caberá recurso à Câmara Municipal. (...)

Artigo 8.º – As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades industriais no Município, que pleitearem os favores desta lei, sujeitar-se-ão às seguintes exigências:

1) Manutenção de suas atividades industriais atuais;

2) Estabelecimento em ramo diferente;

§ Único – A mudança do local de instalação, sua remodelação como a conversão da indústria para fabricar produto ou ramo diferente não autoriza a concessão dos favores prescritos nesta Lei.

Artigo 9.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos, 14 de Abril de 1952.

Engº. Benoit Almeida Victoretti

Prefeito Sanitário

4. Texto da Lei n.º 1535, de 6 de janeiro de 1970.

Lei n.º 1535

De 6 de janeiro de 1970

A Câmara Municipal de São José dos Campos aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º – Ficam isentas do pagamento dos impostos Predial, Territorial Urbano e Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo prazo de 10 (dez) anos, as indústrias que se instalarem no território do Município.

§ Único – O prazo de duração da isenção de que trata este artigo será contado a partir da data de concessão do benefício.

Artigo 2.º – Para gozar dos benefícios de que trata o artigo anterior, deverão as empresas interessadas requerer ao Prefeito Municipal no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta lei, satisfazendo os seguintes requisitos:

a) – prova de constituição e registro da sociedade e espécie de indústria;

b) – prova de aquisição de terreno destinado à localização do estabelecimento industrial;

c) – projeto das instalações industriais devidamente aprovado pela Prefeitura;

d) – viabilidade da realização do projeto.

Artigo 3.º – A isenção concedida nos termos desta lei, será a qualquer tempo cancelada se a beneficiária não iniciar a sua produção industrial no prazo máximo de 4 (quatro) anos, a contar da data da concessão da isenção, caso em que os impostos serão exigidos com os acréscimos legais.

Artigo 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos, 6 de janeiro de 1970.

Elmano Ferreira Veloso

Prefeito Municipal

Bibliografia e Fontes

1. Livros e Teses:

ANDRADE, M. B. de C. *O uso da terra em São José dos Campos: exemplos de transformações recentes.* 1980. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). Levantamento Estratégico de São José dos Campos. III Ciclo de Estudos. São José dos Campos : Dez. 1976, mimeo.

BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.* 7. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1988.

BAPTISTA, C. D. *Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento no Governo Adhemar de Barros.* Taubaté : Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio/Instituto do Estado de São Paulo em Campinas, 1940.

BARBOSA, W. do N. *Balanço da economia brasileira: 1940-1980.* São Paulo : LCTE Editora, 2006.

BASTOS, H. *O pensamento industrial no Brasil.* São Paulo : Martins, 1952.

BERTOLLI FILHO, C. *História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950*. 1993. Tese de Doutorado (História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

BITTENCOURT, T. M. M. *Arquitetura Sanatorial.* São José dos Campos : T. M. M. Bittencourt, 1998.

BONDESAN, A. *São José em quatro tempos.* São Paulo : Ed. Bentivegna, 1967.

_____. *São José de ontem e de hoje.* São José dos Campos : JAC Editora, 1996.

BOTELHO, T. R. et alii. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço.* Goiânia : ANPUH-MG, 2001.

BRANDÃO, I. de L. *Dutra 50 anos: quatro séculos em cinco horas.* São Paulo : DBA Dórea Books, 2001.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história.* São Paulo : Perspectiva, 1978.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil.* 8. ed. São Paulo : Brasiliense, 1979.

BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.* São Paulo : Ed. Fundunesp, 1997.

CALDEIRA, J. N. *Álbum de São José dos Campos (1934)*. São Paulo : Organização Cruzeiro do Sul, 1934.

CAMPANHOLE, A. *Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar.* São Paulo : Atlas, 1978.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo : Hucitec, 1984.

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 5. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1990.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo: Difel, 1964.

CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945).* Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo : Ed. SENAC, 2001.

CENNI, F. *Italianos no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Martins / Edusp, 1975.

CHAUNU, P. *A História Como Ciência Social – a Duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna.* Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.

COSTA, L. P. *Histórias & Estórias de São José dos Campos*. São José dos Campos : JAC Editora, v. 1, 2005.

CRONIN, A. J. *A Cidadela.* 11. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1951.

CURSINO, J. C. R. *São José Urgente – 2000*. São José dos Campos : ACI-SJC / JAC Editora, 2000.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo : Martins : EDUSP, 1972.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo : DIFEL, 1971.

DECCA, E. S. de. *O silêncio dos vencidos.* São Paulo : Brasiliense, 1981.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História.* Campinas/São Paulo : Ed. da UNICAMP/Ed. Ensaio, 1992.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (IBGE). XXX volume. Rio de Janeiro : 1958.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930.* 15. ed. São Paulo : Brasiliense, 1995.

_____. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo : EDUSP/FDE, 1996.

FORACCHI, M. A. *A juventude na sociedade moderna.* São Paulo : Liv. Pioneira Editora, 1972.

FRANCESCONI, L. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares.* 1978. Dissertação de Mestrado (Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil.* 11. ed., São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1971.

GALVÃO, L. I. e SALVADO, P. G. D. *Santa Casa de São José dos Campos: um século de vida, salvando vidas.* São José dos Campos : s.ed., 1999.

GROPPO, A. C. *Juventude. Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas.* Rio de Janeiro : DIFEL, 2000.

IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965.

IGLÉSIAS, F. *Periodização do processo industrial no Brasil*. Belo Horizonte : Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1963.

JÚNIOR, M. D. *Imigração, urbanização, industrialização.* Rio de Janeiro : Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1964.

LADURIE, E. Le R. *A Nova História*. Lisboa : Edições 70, 1984.

LE GOFF, J. *História e Memória.* Campinas : UNICAMP, 1990.

_____. *A História Nova.* 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

LIMA, H. F. *Evolução industrial de São Paulo : esboço histórico*. São Paulo : Martins, 1954.

_____. *História político-econômica e industrial do Brasil.* 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1976.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo : DIFEL, 1961.

MAGALHÃES, G. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha.* São Paulo : FAPESP/Ed. UNESP, 2000.

MAJEROVA, M. *A Pequena Robinson.* São Paulo : Brasiliense, 1960.

MASIERO, P. *São José dos Campos de Omar Fonseca.* São José dos Campos : FVE-Fundação Valeparaibana de Ensino, 1989.

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 1916-1952. s/loc., Pancrom, 1984.

MONTEIRO LOBATO, J. B. *Urupês.* 16. ed. São Paulo : Brasiliense, 1948.

_____. *"Meu Conto de Maupassant"*. In: Urupês. 16. ed. São Paulo : Brasiliense, 1948.

_____. *Cidades Mortas.* São Paulo : Brasiliense, 1948.

MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo : Difel, 1970.

MORSE, R. M. & STALEY, E. *Industrialização e desenvolvimento: a pequena indústria moderna para países em desenvolvimento.* São Paulo : Ed. Atlas, 1971.

MOURA, E. B. B. de. *O Acidente de Trabalho em São Paulo (1890-1919)*. 1984. Tese de Doutorado (História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

_____. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do Capital*. Petrópolis : Vozes, 1982.

MULLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Paraíba – São Paulo*. Rio de Janeiro : Fundação IBGE, 1969.

NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990).* Campinas : Ed. da Unicamp, 1996.

NOGUEIRA, P. L. *Comentários ao Código de Menores.* 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1985.

ORWELL, G. *Mantenha o Sistema.* São Paulo : Hemus, s.d.

PELÁEZ, C. M. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro : APEC, 1972.

PENEDO, A. *Arquitetura moderna: São José dos Campos*. São José dos Campos : A. Penedo, 1997.

PEREIRA, J. C. *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo.* São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1967.

_____. *Formação industrial do Brasil*. São Paulo : Hucitec, 1984.

PEREIRA, W. *Evolução industrial do estado de São Paulo.* São Paulo : IPFMCEAO, 1969.

PILEGGI, A. *Cerâmica no Brasil e no Mundo.* São Paulo : Brasiliense, ca. 1960.

PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil.* 20. ed. São Paulo : Brasiliense, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *A ampliação da Via Dutra e São José dos Campos*, s. loc., dez. 1975.

_____. *Monografia Estatístico-Corográfica São José dos Campos-SP – 1977*. São José dos Campos : s/ed., 1978.

QUEIROZ, C. P. de. *Um fazendeiro paulista no século XIX.* São Paulo : Imprensa Oficial do Estado/Conselho Estadual de Cultura/Secretaria do Governo, 1965.

REGATO, R. & ASSAZ, V. *São José dos Campos: o comércio e o desenvolvimento*. Mogi das Cruzes : R. Regato e V. Assaz, 1994.

REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.* São Paulo : Ed. Ática, 1994.

RIBEIRO, H. P. & LACAZ, F. A. de C. *De que adoecem e morrem os trabalhadores.* São Paulo : DIESAT/IMESP, 1984.

RICARDO, C. *Viagem no tempo e no espaço (memórias)*. Rio de Janeiro : Liv. José Olympio Ed., 1970.

RICCI, F. *Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento – o caso do Vale do Paraíba*. Taubaté : Cabral Ed. e Liv. Universitária, 2006.

RODRIGUES, M. L. E. *Produção do espaço e expansão industrial.* São Paulo : Loyola, 1983.

RUFFATO, L. *Rotas do comércio do Vale do Paraíba*. São Paulo : SESC / Museu da Pessoa, 2004.

SANTOS, A. P. dos. *Arquitetura industrial: São José dos Campos*. São José dos Campos : A.P. Santos, 2006.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade (ensaios).* Petrópolis : Vozes, 1979.

SETÚBAL, P. *Confiteor*. 12. ed. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1983.

SILVA, A. C. da. *O espaço fora do lugar.* São Paulo : Hucitec, 1978.

SILVA, A. E. P. *Estruturação de São José dos Campos como Estância Hidromineral e Climática (1935-1950).* 2001. Tese de Doutorado (História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo : Alfa-Ômega, 1976.

SIMÕES, E. (org.). *Álbum de São José dos Campos de 1951*. São Paulo : Rev. dos Tribunais, 1951.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização.* 8. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.

_____. *A Crise do "Milagre"*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

SIQUEIRA, J. C. de. *Nossa cidade de São José dos Campos.* São José dos Campos : Fundação Cassiano Ricardo, 1991.

SIRKS, S. et alii. *Energia elétrica: pioneirismo e desenvolvimento na região Rio-São Paulo*. Rio de Janeiro : Edições "O Cruzeiro", 1966.

SOARES, L. L; SOUSA, A. M. S. *Modernidade e urbanismo sanitário: São José dos Campos*. São José dos Campos : L.L. Soares : A.M.S. Sousa, 2002.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo : Hucitec, Ed. da UNICAMP, 2000.

_____. *Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica.* Rio de Janeiro : Pesquisa e Planejamento Econômico, dez. 1975.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, O. M. *São José do Orlando, dos Campos, do Bacilo de Koch.* São José dos Campos : JAC Editora, 1995.

VERISSIMO, E. *Olhai os Lírios do Campo.* s. ed. Rio Grande do Sul : Ed. Globo, 1953.

VERSIANI, F. R & MENDONÇA DE BARROS, J. R. *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização.* São Paulo : Saraiva, 1977.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889 - 1945.* Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 2.ª ed., 1975.

2. Artigos

BAER, W. et alii. *"Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais no Brasil"*. In: Dimensões do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro : Campus, 1978.

BRAUDEL, F. *"Por uma economia histórica"*. In: Revista de História, vol. XXX, n. 61, 1965.

_____. *"História e Ciências Sociais. A longa duração"*. In: Revista de História, vol. XXX, n. 62, 1965.

CARDOSO, F. H. "*Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo"*. Revista Brasileira de Estudos Políticos (Belo Horizonte), n. 11, 1961.

COHN, G. "*Problemas da industrialização no século XX."* In: MOTA, C. G. (org.) Brasil em Perspectiva. São Paulo : Difel, 1968.

DAVIDOVICH, F. & GEIGER, P. P. *"Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização"*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro : IBGE, 1974, ano 36, n. 3.

LAPOUGE, G. *"A vocação industrial de São Paulo"*. In: Ensaios Paulistas (contribuição de "O Estado de São Paulo" às comemorações do IV Centenário da cidade). São Paulo : Ed. Anhembi S/A, 1958.

LIMA, T. A. *"Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX."* In: Anais do Museu Paulista, jan-dez. 1995.

LOPES, J. R. B. *"Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-cultural"*. In: Estudos CEBRAP 6. São Paulo : Ed. CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências Ltda., out.-nov.-dez.- 1973.

MANSO, A. P. "*Planejamento urbano"*. In: CURSINO, J. C. R. São José Urgente – 2000. ACI-SJC / JAC Editora, 2000.

MARTINS, L. *"Formação do empresariado industrial"*. In: Revista Civilização Brasileira, n. 13, 1967.

MOURA, E. B. B. de. *Higiene e segurança do trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas em torno da definição de acidente de trabalho*. In: Revista de História, n. 13, ago-dez. 1992/jan-jul. 1993.

_____. *Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo*. In: PRIORE, M. L. M. del (org.) História da criança no Brasil. São Paulo : Contexto, 1996.

NEGRI, B. *"As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985"*. In: TARTAGLIA, J. C. & OLIVEIRA, O. L. Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo. São Paulo : Fundunesp, 1988.

PAPALI, M. A. C. R. "*Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)"*. In: Boletim de Pesquisa n. 7, PUC/São Paulo, 1997.

PEREIRA, L. C. B. *"Origens étnicas e sociais do empresariado paulista"*. In: Revista de Administração de Empresas, FGV, vol. 2, n. 11, 1964.

PERROT, M. *"A juventude operária. Da oficina à fábrica."* In: SCHMITT, J. C. e LEVI, G. História dos jovens: a época contemporânea. São Paulo : Cia. das Letras, 1996.

QUEIRÓS, M. V. de et alii. *"Introdução à análise estrutural dos grupos econômicos"*. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais do Rio de Janeiro, vol. II, n. 1, 1965.

SUPLICY, E. M. *"São José dos Campos e as bicicletas"*. In: Política econômica brasileira e internacional. Petrópolis : Vozes, 1977.

VILAR, P. *"A Noção de Estrutura em História"*. In: BASTIDE, R. (coord.) Usos e Sentidos do Termo "Estrutura". São Paulo : EDUSP, 1971.

3. Fichas

Fichas de funcionários da Fábrica de Louças Santo Eugênio (1935-1974).

4. Prontuário

Relatório de Investigação do Bel. José Otávio Carneiro da Silva para o Gabinete de Investigações. Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Ordem Política e Social. São José dos Campos, 06-12-1957, s/fl, n.º 4, Pasta 850 – Delegacia do Interior de São José dos Campos.

5. Panfleto

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Os Campos de São José ou tudo que São José dos Campos oferece como parque industrial*, ed. bilíngüe, s.p., ca.1972.

6. Jornais

A CARIDADE, São José dos Campos.

A FOLHA ESPORTIVA, São José dos Campos.

CORREIO JOSÉENSE, São José dos Campos.

DIÁRIO DA MANHÃ, São José dos Campos.

DIÁRIO DE S. JOSÉ DOS CAMPOS, São José dos Campos.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo.

O VALEPARAIBANO, São José dos Campos.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo.

7. Revista

Revista “O Cruzeiro”, 11.11.1967.

8. Legislação

Cidade de São José dos Campos – SP

Atos municipais – 1920 a 1973.

Decretos municipais – 1920 a 1973.

Decretos-leis municipais e estaduais – 1920 a 1973.

Leis municipais e estaduais – 1920 a 1973.